

Relatório

Janeiro de 2019



BÚSSOLA DE ARMAS

Mapeamento dos Fluxos de Armas em África



BÚSSOLA DE ARMAS

Mapeamento dos Fluxos de Armas em África



Uma publicação conjunta do Small Arms Survey e da Comissão da União Africana (UA), com o apoio financeiro do Ministro Federal das Relações Externas da Alemanha e os Estados membros da UA

Créditos

Publicado em Suíça por Small Arms Survey

© Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies, Genebra, 2019

Publicado pela primeira vez em Janeiro de 2019

Publicado em Português em Março de 2019

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio sem permissão por escrito do Small Arms Survey, ou conforme expressamente permitido por lei, ou nos termos acordados com a devida organização de direitos reprográficos. Perguntas relativas à reprodução fora do acima estipulado devem ser enviadas ao coordenador de publicações do Small Arms Survey, no endereço abaixo.

Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies
Maison de la Paix, Chemin Eugène-Rigot 2E, 1202 Geneva, Switzerland

O Small Arms Survey não toma qualquer posição relativamente ao estatuto ou nome de países ou territórios mencionados nesta publicação.

Coordenadoras de produção: Emilia Dungal e Olivia Denonville

Verificadora de factos: Natasia Kalajdziovski

Revisor: Alex Potter (alex.potter@mweb.co.za)

Design e paginação: Rick Jones (rick@studioexile.com)

Infografia: Daly Design (studio@dalydesign.co.uk)

Cartografia: Jillian Luff (www.mapgrafix.com)

Revisora do texto original em inglês: Stephanie Huitson (readstephanie@ymail.com)

Tradução: Sérgio Bittencourt dos Anjos

Impresso por Gonnet em France

ISBN 978-2-940548-69-9

Fotografia da capa: Gendarme segura arma de fabrico artesanal em Banfora, Burkina Faso, próximo à fronteira com a Côte d'Ivoire e o Mali. Fonte: Matthias Nowak/Small Arms Survey

Os autores

Nicolas Florquin trabalha no Small Arms Survey há mais de 12 anos, sendo um investigador sénior e o coordenador de investigação da organização. Coordena projectos sobre actores armados e fluxos ilícitos de armas e munições numa variedade de contextos. Trabalhou anteriormente para a Geneva Call, organização especializada na mediação com grupos armados não estatais em causas humanitárias, e para o Grupo de Peritos das Nações sobre a Libéria. Possui mestrado em Administração Pública pelo Middlebury Institute of International Studies at Monterey.

Sigrid Lipott é investigadora associada no Small Arms Survey, onde trabalha com os temas proliferação e tráfico de armas ilícitas, embargo de armas e manutenção da paz. Possui dois mestrados em Ciências diplomáticas e internacionais pela Universidade de Trieste e pelo Instituto de Investigações em Negociação (Itália), doutoramento em Políticas transfronteiriças pela Universidade Internacional de Estudos Europeus, e pós-doutoramento em Estudos fronteiriços pela Universidade de Vitoria (Canadá). Trabalhou anteriormente na Associação de Projectos Europeus e no Serviço Europeu para a Acção Externa em Bruxelas, onde contribuiu para a programação da Política Europeia de Vizinhança na região do MENA (Médio Oriente e Norte de África) e na Associação Oriental. Também recebeu a Bolsa de Excelência da Confederação Suíça de Pós-Doutoramento para Acadêmicos Estrangeiros em 2015.

Francis Wairagu é investigador sénior no Small Arms Survey. Trabalhou anteriormente como gestor de equipa em programas e operações, e chefe de investigação e género no Centro Regional para Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (RECSA), em Nairobi. Tem publicações nas áreas de armas ligeiras e de pequeno calibre, reforma do sector de segurança, e ética e conflitos na região dos Grandes Lagos e Chifre de África. Possui mestrado em Gestão de paz e segurança pela Universidade de Adis Abeba, MPhil em Filosofia pela Universidade Moi no Quênia, e é diplomado em Paz e Segurança em África pela Universidade Upsália, Suécia.

Índice

Lista de tabelas, mapas e caixas	6
Siglas e abreviaturas	8
Apresentação	10
Prefácio	12
Agradecimentos	14
Resumo Executivo	16
Constatações	17
Introdução	19
Secção 1. Avaliação da escala e disponibilidade de armas ligeiras ilícitas em África	23
1.1 Definição e indicadores	26
1.2 Transparência e prestação de informações	28
1.3 Estimativa da distribuição sub-regional	32
1.4 Tipos de armas ilícitas	36
Secção 2. Principais características, padrões de fornecimento e actores	39
2.1 Tráfico transfronteiriço e comércio formiga	40
2.2 Desvio de armas lícitas	48
2.2.1 Desvios de transferências	48

2.2.2 Desvio de armas de arsenais nacionais	52
2.2.3 Desvio de armas civis	56
2.3 Fontes de armas já ilícitas	58
2.3.1 Fabricação artesanal	58
2.3.2 Conversão ilícita de imitações de armas de fogo	61
Secção 3. Boas práticas e recomendações	63
3.1 Elaboração de avaliações para suprir lacunas de conhecimentos	64
3.2 Desenvolvimento de orientações práticas e ferramentas	70
3.3 Apoiar e coordenar a implementação	73
Conclusão	79
Anexos	83
Anexo 1. Sub-regiões estatísticas (“M49”) da ONU	84
Anexo 2. Boas práticas e recomendações para combater os fluxos de armas ilícitas identificadas no workshop de validação, Adis Abeba, 19-20 de Setembro de 2018	85
Notas	90
Referências	95

Lista de tabelas, mapas e enquadramentos

Tabelas

1	Capacidades de fabricação de armas ligeiras e munições recentemente publicadas em África, por sub-região da ONU	29
2	Valor das armas ligeiras fornecidas para as sub-regiões africanas, segundo relatório do UN Comtrade, 2001–14	30
3	Distribuição estimada de armas de fogo civis por sub-região africana, 2017	34
4	Armas ligeiras e de pequeno calibre e munições documentadas pela CAR em países africanos, 2014–17	38
5	Armas de fogo declaradas perdidas ou roubadas no banco de dados iARMS por sub-região africana, 2013-Outubro de 2017, por sub-região da ONU	57

Mapas

1	Mortes violentas por arma de fogo por 100 000 habitantes em países africanos, 2016	27
2	Distribuição estimada de armas de fogo em posse civil por 100 habitantes em África, 2017	35
3	Rotas de comércio e tráfico na fronteira entre Chade, Líbia e Sudão, 2017	46
4	Fluxos documentados de armas e pessoal armado não estatal no Sahel, 2011–17	53
5	Fabricação artesanal documentada de armas ligeiras	59

Enquadramentos

1	Fabricação e transferências de armas em África	29
2	Perfil geral de armas e munições documentadas no banco de dados iTrace	37

3	Aquisição de armas ligeiras por terroristas: o caso de grupos ligados à al-Qaeda na África Ocidental	43
4	Lacunas nos controlos de utilização e utilizadores finais	50
5	O extravio de armas e munições durante operações de paz	55
6	Dimensões de género dos fluxos de armas ilícitas	67
7	Mudanças na paisagem DDR	71
8	O mecanismo da Convenção da CEDEAO para o monitoramento da utilização e utilizador finais	74

Siglas e abreviaturas

AFRIPOL	Mecanismo da União Africana para a Cooperação Policial
CAR	Conflict Armament Research
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CER	Comunidade Económica Regional
Convenção da CEDEAO	Convenção da CEDEAO sobre armas ligeiras e de pequeno calibre, suas munições e outros materiais conexos
CPS	Conselho de Paz e Segurança (da União Africana)
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDG	Danish Demining Group
DDR	Desarmamento, desmobilização e reintegração
EAPCCO	Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Oriental
IIR	Instrumento Internacional de Rastreo
iARMS	Sistema de gestão de registo e rastreio de armas ilícitas da Interpol
IATG	Directrizes Técnicas Internacionais sobre Munições
MINUSMA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali
MNJTF	Grupo de Trabalho Multinacional Conjunto contra o Grupo Terrorista Boko Haram
MOSAIC	Compêndio de Módulos para a Implementação do Controlo de Armas Ligeiras (anteriormente conhecido como “Normas Internacionais de Controlo das Armas Ligeiras” (ISACS))
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OR	Órgãos Regionais Intergovernamentais com um mandato sobre as armas ligeiras

PCT	País contribuidor de tropas
PoA	Programa de Ação (da ONU) para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre em todos os seus Aspectos
POP	Procedimento operacional padrão
RDC	República Democrática do Congo
RECSA	Centro Regional para as Armas de Pequeno Calibre na Região dos Grandes Lagos, no Chifre de África e nos Estados Limítrofes
Roteiro da UA	Roteiro Orientador da União Africana das Medidas Práticas para o Silenciar das Armas em África até ao Ano de 2020
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SARPPCO	Organização de Cooperação Regional dos Chefes de Polícia da África Austral
TCA	Tratado sobre o Comércio de Armas
UA	União Africana
UE	União Europeia
UN Comtrade	Banco de Dados Estatísticos de Comércio de Commodities das Nações Unidas
UNIDIR	Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento
UNODC	Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime
UNREC	Centro Regional das Nações Unidas para a Paz e o Desarmamento em África
UNSD	Divisão Estatística das Nações Unidas
USD	Dólar americano

Apresentação

As armas ligeiras e de pequeno calibre ilícitas constituem uma grave ameaça para a segurança, protecção e estabilidade em África. Da mesma maneira, armas ligeiras e de pequeno calibre já são, há muito tempo, consideradas as principais ferramentas e agentes facilitadores de violência ao longo de toda a história de conflitos no continente. Em situações de conflito, armas ligeiras e de pequeno calibre são frequentemente utilizadas para cometerem-se uma grande variedade de violações aos direitos humanos e ao direito humanitário, incluindo extermínios em massa, desocupações forçadas, violência de género e atentados contra soldados da paz e trabalhadores humanitários. Fora do contexto imediato do conflito armado, as armas ligeiras ilícitas agravam tanto os conflitos intercomunitários como a concorrência pelos recursos naturais, além de facilitar um vasto leque de actividades criminosas.

Por conseguinte, o controlo da proliferação, circulação e tráfico ilegais de armas ligeiras e de pequeno calibre ocupa o âmago dos esforços realizados pela União Africana visando prevenir conflitos, atenuar o seu impacto adverso e consolidar a paz. Nas últimas décadas, adoptaram-se, em escala continental, importantes políticas e instrumentos jurídicos em resposta a este problema, cuja aplicação tem produzido melhorias significativas. Contudo, persistem em África sérias lacunas em matéria de esforços para eliminar as armas ligeiras ilícitas.

A adopção do Roteiro Orientador da União Africana das Medidas Práticas para o Silenciar das Armas em África até ao ano de 2020 oferece uma oportunidade para se renovarem os esforços com seriedade, a fim de se combater o problema das armas ligeiras ilícitas. Componente essencial das acções da União Africana na tentativa de cumprir este corajoso compromisso, o controlo das armas ligeiras ilícitas deve constituir um elemento central dos esforços de África para prevenir, gerir e solucionar conflitos. Isso exige, entre outras medidas, uma maior atenção aos fluxos de armas em zonas frágeis ou de conflito, bem como a responsabilização dos indivíduos e entidades por trás do fornecimento ilícito de armas a grupos armados não estatais. Devem-se também

concentrar grandes esforços para neutralizar os factores jurídicos, políticos e sociais que contribuem para as elevadas taxas de posse de armas de fogo por civis.

É, portanto, um prazer apresentar o primeiro estudo já realizado sobre o mapeamento dos fluxos ilícitos de armas ligeiras em África. Encabeçado pela Comissão da União Africana, este estudo foi lançado com os seguintes objetivos: primeiramente, fornecer aos Estados membros, órgãos de decisão da União Africana e organizações regionais intergovernamentais uma avaliação actualizada da extensão e natureza da proliferação de armas ligeiras ilícitas por todo o continente; e, em segundo lugar, fundamentar melhor a formulação de políticas relativas a armas ligeira e medidas direccionadas de combate. Com o lançamento deste estudo, a Comissão da União Africana deseja também promover a transparência e incentivar um compromisso mais sólido por parte dos Estados membros para a adopção de abordagens baseadas em factos ao controlo da proliferação, circulação e tráfico ilícitos de armas ligeiras. Estes dois princípios são fundamentais para a realização de uma acção eficaz e a obtenção de resultados mensuráveis dos esforços para combater este flagelo.

Quero aproveitar esta oportunidade para exprimir a nossa gratidão ao Small Arms Survey por ter colaborado com a Comissão no empreendimento deste estudo, partilhando preciosos dados, reunidos ao longo de anos de investigação na área das armas ligeiras. Quero também agradecer aos Estados membros da União Africana por terem respondido o questionário que serviu de base informativa para este estudo, assim como às comunidades económicas regionais, agências das Nações Unidas, organizações internacionais e instituições de investigação que, de diversas maneiras, forneceram valiosos contributos.

—Embaixador Smaïl Chergui

Comissário para Paz e Segurança
Comissão da União Africana

Prefácio

Em Junho de 2015, a Comissão da União Africana (UA) e o Small Arms Survey assinaram um memorando de entendimento para cooperar na implementação da estratégia da UA visando a combater os problemas das armas ligeiras ilícitas e da violência armada. Para o Survey, este acordo representou uma importante oportunidade para estabelecer um elo directo com a UA e apoiar umas das principais áreas de actuação regional da organização. Na sequência, em 2016, a UA apresentou um pedido para tornar operacional o acordo de cooperação, solicitando que o Survey realizasse o mapeamento dos fluxos de armas ilícitas no continente. Este mapeamento passou, então, a ser considerado um componente essencial do seu Roteiro Orientador da União Africana das Medidas Práticas para o Silenciar das Armas em África até ao ano de 2020.

O Survey pôde embarcar no ambicioso projecto que conduziu à publicação deste relatório, graças ao importante apoio político da UA e ao generoso apoio financeiro da Alemanha. A trabalhar com a UA, levando em consideração os prazos políticos e recursos disponíveis, o Survey recorreu à rede existente de organizações e especialistas que já trabalhavam com as questões de armas ligeiras no continente. Esta inclui, em primeiríssimo lugar, os Estados membros da UA – muitas vezes através das suas comissões nacionais dedicadas – 21 dos quais responderam os nossos questionários por escrito. As dez comunidades económicas regionais e órgãos regionais intergovernamentais com um mandato sobre armas ligeiras, da UA, contribuíram activamente para a delimitação do campo de investigação e revisão das constatações. Uma série de agências especializadas da ONU, bem como organizações da sociedade civil, também forneceram valiosos conteúdos e conhecimentos para a elaboração do relatório.

As constatações e conclusões do estudo confirmam o esperado: não há uma solução imediata para os problemas dos fluxos de armas ilícitas e da violência armada em África. Os desafios por superar são numerosos e particularmente complexos. Não há um mercado único de armas ilícitas por desarticular, assim como também não há um

corretor de armas único a abastecer conflitos no continente. Muitas vezes, as comunidades adquirem armas ilícitas por viverem em regiões remotas em que o Estado é incapaz de garantir a segurança. De maneira geral, o estudo identifica ao menos seis principais tipos de fontes de armas ilícitas em África. Algumas delas têm origem fora do continente, ao passo que várias outras, como a produção artesanal clandestina, são exclusivamente continentais. Cada um desses fluxos de armas ligeiras vem acompanhado do seu próprio conjunto de actores e apresenta desafios operacionais únicos para qualquer um que o tente controlar.

Além disso, muitas das possíveis soluções ainda não tiveram a sua eficácia comprovada. O continente tem-se demonstrado bastante activo na esfera diplomática, tendo adoptado diversas convenções sub-regionais e concedido a mais de 20 organizações regionais e sub-regionais mandatos para apoiarem a implementação desses e de outros instrumentos internacionais. Contudo, ainda é subótima a partilha das informações acerca dos êxitos e fracassos dos esforços no terreno, o que entrava a divulgação das lições aprendidas e a elaboração de uma orientação prática para disseminar as iniciativas mais promissoras. Os desafios que enfrenta a coordenação de implementação – que incluem os interesses dos doadores – também revelam que os esforços até hoje realizados tendem a concentrar-se em determinados tipos de fluxos de armas ilícitas, enquanto outros são largamente ignorados.

Apesar do que foi dito acima, há motivos para otimismo. Os Estados africanos e as suas organizações regionais e sub-regionais possuem uma experiência significativa na elaboração de estratégias e programas para reduzir os fluxos de armas ilícitas. A UA reconheceu os desafios que o continente está a enfrentar e demonstrou a liderança necessária para promover este programa e criar um espaço em que as organizações da sociedade civil possam partilhar os seus conhecimentos e trabalhar em conjunto com os governos africanos, a fim de controlar os fluxos de armas ilícitas e reduzir a incidência da violência armada. Esperamos que este estudo possa auxiliar a UA a coordenar e priorizar a utilização de recursos a fim de apoiar os esforços mais promissores na luta contra esses problemas, que estão intimamente inter-relacionados. O Survey dispõe-se a ajudar a UA, as várias organizações sub-regionais, bem como os seus Estados membros a levarem a cabo a sua visão de um continente em que as armas terão sido silenciadas.

—Eric G. Berman

Director, Small Arms Survey
Genebra, Suíça

Agradecimentos

Os autores estão particularmente gratos à Comissão da União Africana por ter iniciado este projecto, prestado apoio político e garantido um processo consultivo amplo e de alto nível para a sua execução. Agradecimentos especiais vão para Einas Osman Abdalla Mohammed, que acompanhou e apoiou a iniciativa desde o lançamento até à sua conclusão, trabalhando incansavelmente para mobilizar as competências necessárias e a vontade política ao mesmo tempo que contribuía para a elaboração deste relatório com conhecimentos e orientações significativos e substanciais. Desejamos também agradecer ao Dr. Tarek Sharif, cuja confiança no Survey foi essencial para levar esta iniciativa adiante, bem como a Tsege Teferi pelo seu infalível apoio logístico.

As comunidades económicas regionais e os órgãos regionais com um mandato sobre armas ligeiras, da União Africana, também desempenharam um papel crucial na pilotagem do projecto, mas também na mobilização dos seus Estados membros e ligação com eles. A participação activa dos seus representantes em *workshops* e as suas respostas às nossas solicitações de informações adicionais foram fundamentais no processo de recolha de dados e na validação das nossas constatações.

Hardy Giezendanner, Mike Lewis (Conflict Armament Research) e Savannah de Tessières redigiram documentos de apoio especializados, cujas constatações foram incorporadas a este estudo. A Interpol e a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali forneceram informações pormenorizadas atendendo aos nossos pedidos de dados, enquanto o Instituto das Nações Unidas para Investigação sobre Desarmamento disponibilizou acesso às análises que havia compilado sobre os controlos da utilização final e dos utilizadores finais em África. Entre aqueles que participaram do lançamento do projecto e dos *workshops* de validação, Leonardo Lara (Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime), Jonathan Rickell (Conflict Armament Research) e Mohamed Sesay (Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas) merecem agradecimentos especiais pelos materiais adicionais que partilharam e observações substanciais que forneceram.

No Small Arms Survey, muitos deverão-de reconhecer que os esforços de longa data de Eric Berman para estabelecer elos com organizações regionais e sub-regionais africanas foram determinantes para a criação da dinâmica política necessária à realização deste estudo. Os colegas e consultantes seguintes também apoiaram o projecto em diversas fases: Jovana Carapic, Olivia Denonville, Emilia Dungal, Robert Harding, Gergely Hideg, Paul Holtom, Stephanie Huitson, Hasnaa el Jamali, Rick Jones, Natasia Kalajdziovski, Luigi De Martino, Mathieu Morelato, Alex Potter e Mihaela Racovita.

Resumo Executivo

Na 28ª Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada em Janeiro de 2017, adoptou-se o Roteiro Orientador da União Africana (UA) das Medidas Práticas para o Silenciar das Armas até ao ano 2020 (Roteiro da UA) (UA, 2016). O Roteiro da UA compreende uma série de medidas práticas e modalidades de acção para abordar os subjacentes factores de conflito, as ferramentas e os agentes facilitadores da violência, incluindo a prevenção dos fluxos de armas ilícitas no continente e para zonas de conflito. Com o intuito de fornecer aos órgãos de decisão e Estados membros da UA uma análise mais completa e actualizada, a Comissão da UA trabalhou em parceria com o Small Arms Survey na realização de um mapeamento regional dos fluxos de armas ilícitas. Este relatório oferece uma síntese das informações pertinentes sobre o assunto, recolhidas dos Estados membros da UA, comunidades económicas regionais (CER), órgãos regionais com um mandato sobre armas (OR), e entidades especializadas da sociedade civil. Com isso, este relatório busca ajudar a identificar tendências e padrões de relevância para a formulação de políticas contra a proliferação de armas ilícitas em África, bem como as lacunas ainda existentes em matéria de política e conhecimento.

Constatações

- Os Estados membros da UA consideram ser o tráfico de armas e munições transfronteiriço o principal tipo de fluxo ilícito com que se encontram confrontados. Grupos armados, inclusive organizações terroristas, têm demonstrado capacidade para movimentar armas através de fronteiras ou cometer atentados.
- Embora o arsenal de armas ilícitas seja predominantemente constituído de velhos modelos e marcas muitas vezes do período da guerra fria, apreensões de modelos recentes de diversas origens apontam para a existência de novas e emergentes fontes de fornecimento de armas ligeiras para agentes armados e criminosos operando no continente.
- As fontes externas de armas ligeiras ilícitas incluem transferências em violação a embargos a partir do Médio Oriente e da Europa Oriental, o comércio de imitações de armas de fogo facilmente conversíveis e o desvio de importações recém-autorizadas, tanto de armas como de munições. Parte deste equipamento é rapidamente desviada para grupos armados logo que chegam ao solo africano.
- As fontes regionais de armas ilícitas incluem o tráfico transfronteiriço de armas já ilegais, o desvio de armas de arsenais nacionais – inclusive em posse de forças de manutenção da paz – e de armas civis obtidas através de furto, extravio ou corrupção, e a fabricação caseira ou artesanal de armas de fogo. As armas de fabrico artesanal encontradas no continente variam desde pistolas e espingardas rudimentares até sofisticadas espingardas de tipo assalto.
- Devido à escassez de dados relativos à posse de armas ilícitas, pode-se apenas ter uma estimativa aproximada da magnitude actual do fenómeno. No entanto, a sua compreensão revela-se melhor num número limitado de países, que realizaram avaliações a nível nacional e contam com múltiplas fontes de informações e métodos de recolha de dados.
- Como ilustram tanto o Roteiro da UA como as convenções sub-regionais relevantes, os Estados membros da UA têm demonstrado uma forte vontade política para combater o flagelo dos fluxos de armas ilícitas. As medidas práticas identificadas no Roteiro da UA – nomeadamente o desenvolvimento de capacidades governamentais nas áreas de gestão de arsenais, registos e rastreios, bem como a destruição de armas de fogo ilícitas – podem contribuir para a redução da ameaça. Um importante desafio consiste em priorizar, coordenar e implementar esses compromissos e iniciativas.
- Até hoje tem sido muito limitada a participação de Estados membros da UA em plataformas internacionais de partilha de informações que possam auxiliar na obtenção de informações secretas críticas sobre o tráfico de armas. Priorizar esforços nesta área permitirá, potencialmente, ao continente dispor de informações oportunas e práticas sobre novas e emergentes tendências no tráfico de armas de fogo ilícitas.

- O continente acolheu intervenções inovadoras, nomeadamente nas áreas de recolha de armas em contextos de (pós-)conflitos, iniciativas fronteiriças conjuntas e controlos de utilizadores finais, que merecem ser mais divulgadas e formuladas como directrizes práticas.



Informações e análises fiáveis são cruciais para a compreensão da amplitude, natureza e impacto da proliferação de armas ligeiras ilícitas, o desenvolvimento de medidas eficazes e a avaliação do impacto destas medidas.”

Introdução

O Roteiro da UA reconhece que, enquanto as causas de conflitos no continente e os factores que os alimentam vêm evoluindo, a utilização de armas ligeiras e de pequeno calibre continua sendo uma característica comum a tais conflitos. A disponibilidade de armas ligeiras ilícitas apresenta efeitos perniciosos generalizados e de longo prazo, provocando mortes, deslocações de populações e perturbações aos meios de subsistência; exacerbando conflitos e violências tanto dentro como entre Estados; e impedindo a manutenção da paz. O Roteiro da UA contém uma série de medidas e modalidades de acção, com foco na prevenção do fluxo de armas ilícitas por todo o continente.

Informações e análises fiáveis são cruciais para a compreensão da amplitude, natureza e impacto da proliferação de armas ligeiras ilícitas, a identificação e o desenvolvimento de medidas relevantes e eficazes contra esse problema, e o monitoramento e avaliação do impacto destas medidas. Contudo, são poucos os Estados africanos que instauraram mecanismos para rastrear o tráfico de armas e a violência armada. Além disso, o Conselho de Paz e Segurança da UA (CPS) carece actualmente das ferramentas necessárias para monitorar os fluxos de armas para zonas de conflito, conforme exigido pelo seu mandato sobre a gestão e prevenção alargadas de conflitos. A resultante falta de conhecimentos empíricos entrava a habilidade da região africana para agir com eficácia diante do flagelo dos fluxos de armas ilícitas e para medir as melhorias derivadas das suas acções.

Neste contexto, este relatório mapeia o problema dos fluxos de armas ilícitas em África e, mais especificamente, esforça-se por:

- destacar tendências e questões emergentes relativas à fabricação e ao comércio de armas;
- oferecer uma melhor compreensão das dimensões das importações, exportações e fabricação de armas ligeiras em África;
- expor as fontes de armamentos em zonas de conflito bem como os conexos fornecedores, rotas de abastecimento e financiadores;
- identificar lacunas restantes em matéria de conhecimentos e medidas de controlo nacionais; e
- fornecer uma ferramenta para priorização, monitoramento e avaliação das atividades de combate ao tráfico.

O relatório baseia-se na análise dos conhecimentos disponíveis e em novas investigações, incluindo consultas realizadas com diversas entidades interessadas e contributos fornecidos pelas mesmas, nomeadamente: Estados membros da UA, CER, OR e entidades especializadas da ONU e da sociedade civil. Na reunião de lançamento do projecto, realizada em Adis Abeba nos dias 13 e 14 de Junho de 2017, a Comissão da UA e os CER e OR presentes concordaram em facilitar o envio de questionários aos Estados membros

da UA (em árabe, inglês, francês e português), bem como pedidos de dados a órgãos internacionais e sub-regionais responsáveis pela recolha de informações relevantes (Small Arms Survey e UA, 2017). Vinte e um Estados membros¹ e vários actores internacionais² submeteram respostas por escrito aos questionários, entre Novembro de 2017 e Junho de 2018. O relatório valeu-se também de projectos de investigação do Small Arms Survey, recentes ou em curso, no continente, bem como de contributos por parte de peritos e organizações especializadas, tais como a Conflict Armament Research (CAR, 2017; de Tessières, 2018c; Giezendanner, 2018). Nos dias 19 e 20 de Setembro de 2018, a Comissão da UA realizou um *workshop* de validação em Adis Abeba, a fim de revisar o esboço do relatório e desenvolver mais aprofundadamente as recomendações de políticas que o relatório apresenta. Vinte e três participantes representando Estados membros da CPS da UA,³ CER, OR e entidades especializadas da ONU e da sociedade civil tomaram parte no *workshop*. Salvo especificação em contrário, as informações revisadas cobrem o período de 2011 a meados de 2018.

O relatório está dividido em três principais secções, que examinam os assuntos identificados durante a reunião de lançamento de Junho de 2017. A primeira secção trata da escala e disponibilidade das armas ilícitas em África, incluindo uma análise dos principais indicadores existentes e a revisão dos conhecimentos disponíveis sobre os tipos e a distribuição de armas ilícitas no continente. As principais características, padrões de fornecimento e actores envolvidos nos fluxos de armas ilícitas são analisadas na secção 2, que apresenta as várias maneiras pelas quais armas legais estão a ser desviadas para utilizadores não autorizados, bem como as fontes de armas já ilícitas. A secção 3 comenta exemplos de boas práticas existentes e resume as recomendações formuladas no *workshop* de validação do projecto para combater esses fluxos ilícitos. O relatório conclui-se com uma série de observações, de relevância para a elaboração de políticas, acerca do estado dos conhecimentos sobre os fluxos de armas ilícitas em África, lacunas restantes nessa área, boas práticas e acções prioritárias.

Se por um lado o relatório se concentra em identificar tendências e questões transversais, o problema dos fluxos de arma ilícitas em África, por outro lado, também assume formas fortemente específicas a cada contexto. A fim de captar as percepções, a nível nacional, das ameaças e prioridades, o Small Arms Survey compilou os perfis dos países, resumindo os relatos feitos ao projecto pelos Estados membros, bem como as informações oficiais submetidas pelos mesmos a estruturas internacionais de controlo de armas. Esses perfis serão disponibilizados no website da UA. ●



Embora haja uma verdadeira dinâmica política regional e global para combater os fluxos de armas ligeiras ilícitas, medir o progresso para realizar este objectivo è um desafio devido ao sigilo desse comércio complexo, multifacetado e próprio a cada contexto.”

Secção 1. Avaliação da escala e disponibilidade de armas ligeiras ilícitas em África

A preocupação com os impactos dos fluxos de armas ilícitas estende-se bem além do continente africano. Em 2015, os Estados membros da ONU adotaram os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que identificam a violência e os fluxos de armas ilícitas como obstáculos ao desenvolvimento. Em conformidade com a Meta dos ODS 16.4, os Estados membros da ONU comprometeram-se a “reduzir significativamente os fluxos. . . de armas ilícitas” até 2030 (AGNU, 2015). No documento sobre o resultado da Terceira Conferência de Revisão do Programa de Acção da ONU (PoA) sobre armas ligeiras, realizada em 2018, os Estados membros da ONU declararam que permaneciam “convencidos de que a implementação total e eficaz tanto [do PoA como do Instrumento Internacional de Rastreamento (IIR)] é essencial para manter a paz, favorecer a reconciliação e a segurança, proteger vidas e promover o desenvolvimento sustentável” (AGNU, 2018, p. 7).

Embora haja uma verdadeira dinâmica política regional e global para combater os fluxos de armas ligeiras ilícitas, medir o progresso rumo à realização deste objectivo revela-se ser um desafio devido ao aspecto sigiloso desse comércio e à sua natureza complexa, multifacetada e própria a cada contexto. Esta secção analisa a prestação de informações e a transparência relativas às questões das armas ligeiras no continente, assim como os principais indicadores disponíveis para monitorar os fluxos de armas ilícitas em África. Discutem-se, em seguida, os conhecimentos disponíveis sobre a distribuição de armas ligeiras no continente e os principais tipos de equipamentos em circulação.



Pai e filho nigerianos tiram fotografias em frente à escultura “Não Violência” na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Fonte: Kim Houghton/UN Photo

Definições de armas ligeiras e de pequeno calibre

Armas ligeiras

Revólveres e pistolas automáticas, espingardas e carabinas, espingardas de assalto, submetalhadoras e metralhadoras ligeiras.



Armas de pequeno calibre

Metralhadoras pesadas, lançadores de granadas, armas antitanque e armas antiaéreas portáteis, espingardas sem recuo, lança-foguetes e mísseis antitanque portáteis, lança-mísseis antiaéreos portáteis e morteiros de calibre inferior a 100 mm.



Armas de fogo

Revólveres e pistolas automáticas, espingardas e carabinas, espingardas de caça, submetalhadoras, metralhadoras ligeiras e pesadas.



Armas ligeiras ilícitas

Armas que são fabricadas, transferidas, mantidas em posse ou utilizadas em violação às leis nacionais e internacionais.



1.1 Definição e indicadores

Este relatório utiliza o termo “armas ligeiras e de pequeno calibre” para designar tanto as armas ligeiras e de pequeno calibre de estilo militar como armas de fogo comerciais (armas de fogo curtas e armas de fogo longas). Salvo indicação diversa, segue-se a definição utilizada no *Relatório do Painel de Peritos Governamentais em Armas de Pequeno Calibre* da ONU (AGNU, 1997):

- *armas ligeiras*: revólveres e pistolas automáticas, espingardas e carabinas, espingardas de assalto, submetralhadoras e metralhadoras ligeiras;
- *armas de pequeno calibre*: metralhadoras pesadas, lançadores de granadas, armas antitanque e armas antiaéreas portáteis, espingardas sem recuo, lança-foguetes e mísseis antitanque portáteis, lança-mísseis antiaéreos portáteis e morteiros de calibre inferior a 100 mm.

O termo “armas ligeiras” é utilizado neste relatório para referir-se a armas ligeiras, armas de pequeno calibre e suas munições (como na expressão “tráfico de armas ligeiras”), a menos que seja indicado de outra forma pelo contexto. Já os termos “armas de pequeno calibre” e “munições” referem-se especificamente a estes itens. Utiliza-se o termo “armas de fogo” em referência aos tipos de armas pertencentes apenas às seguintes categorias: revólveres e pistolas automáticas, espingardas e carabinas, espingardas de caça, submetralhadoras, e metralhadoras ligeiras e pesadas.

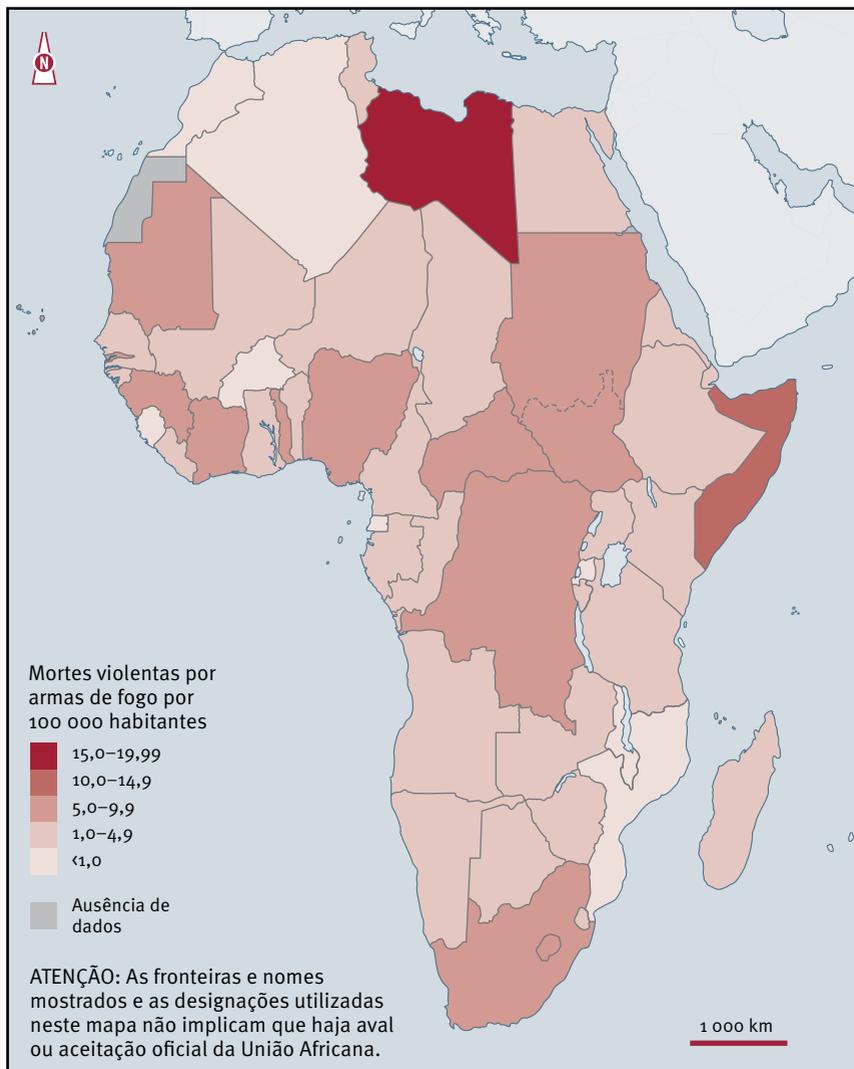
Este relatório define armas ligeiras ilícitas como “armas que são fabricadas, possuídas ou utilizadas em violação às leis nacionais e internacionais” (Schroeder, 2012, p. 314).⁴ Esta definição reconhece as numerosas formas que podem assumir os fluxos de armas ilícitas, e inclui tanto os fluxos internos a um país como transfronteiriços de armas ligeiras e munições.

O indicador acordado pela ONU para monitorar os progressos rumo à Meta 16.4 dos ODS (reduzir os fluxos de armas ilícitas) – ou seja, o Indicador 16.4.2 – é a “proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito tenha sido detectado ou estabelecido por uma autoridade competente, em linha com instrumentos internacionais” (AGNU, 2017). Desde que sejam suficientemente pormenorizados, os dados sobre as apreensões conforme dispostos no Indicador 16.4.2 podem oferecer um panorama útil dos fluxos de armas ilícitas. Contudo, não fornecem uma descrição exaustiva do comércio ilícito, sobretudo porque é apreendida apenas uma fracção das armas ilícitas. Fundamentalmente, o propósito deste indicador, para além do monitoramento do comércio de armas ilícitas, é também criar uma dinâmica e desenvolver capacidades para a geração de melhores informações acerca dos fluxos ilícitos de armas (McDonald, Alvazzi del Frate e Ben Hamo Yeger, 2017, p. 8).

Os estudos sobre a viabilidade de se monitorarem os fluxos de armas ilícitas em ambientes africanos destacaram vários desafios associados ao Indicador 16.4.2. No

Níger, por exemplo, embora várias forças de segurança realizem apreensões de armas e munições mantendo registos úteis, a qualidade dos dados varia e, o que é de extrema importância, as informações relevantes não são centralizadas de forma a permitir a sua análise (de Tessières, 2017, p. 3). À medida que os Estados se empenham em

Mapa 1 Mortes violentas por arma de fogo por 100 000 habitantes em países africanos, 2016



Fonte: Small Arms Survey (s.d.)

alinhar as suas práticas ao quadro de monitoramento dos ODS e aperfeiçoar os seus sistemas de registo sobre a apreensão de armas, uma série de indicadores complementares, muitas vezes específicos ao contexto, revelam-se úteis para o monitoramento das mudanças em matéria de natureza e intensidade dos fluxos de armas ilícitas. Eles podem incluir dados sobre a utilização de armas ligeiras em actos de violência – por exemplo, as taxas de mortes violentas por arma de fogo (ver Mapa 1), as oscilações nos preços de armas e munições, e uma análise qualitativa da evolução das ameaças contra a segurança e das redes de tráfico, que podem ser produzidas por todo um conjunto de actores (Carlson, 2016, p. 1; de Tessières, 2017, pp. 3, 10; Florquin, 2013). Se este relatório leva em consideração dados estatísticos disponíveis sobre as apreensões, também adopta uma abordagem mais ampla ao estudo dos fluxos de armas ilícitas no continente, baseando-se nos dados recolhidos por vários actores governamentais e não-governamentais.

1.2 Transparência e prestação de informações

Apesar da acrescida atenção que se tem dado em todo o mundo às questões relativas às armas ligeiras desde o início do século, observa-se apenas um avanço limitado em matéria de prestação de informações e transparência governamentais sobre os principais aspectos do controlo de armas. Um exemplo disso é a transparência no que respeita ao comércio autorizado: a edição de 2018 do Barómetro de Transparência do Small Arms Survey revela que os 49 grandes exportadores mundiais de armas ligeiras obtiveram, em média, somente pontuação 12,35 numa escala de 0 a 25, e demonstraram pouca melhoria, de maneira geral, em comparação aos anos anteriores. Muito embora se possam classificar mais Estados membros da UA como grandes exportadores de armas ligeiras, segundo a definição do Barómetro de Transparência,⁵ a África do Sul é o único que consta na edição de 2018, com a pontuação 11,50 (Holtom and Pavesi, 2018a, pp. 7–8).

Da mesma forma, uma análise dos dados sobre as posses de armas ligeiras no mundo revelou que, se por um lado se dispõe de mais informações oficiais pormenorizadas em 2018 do que em 2007, por outro lado, há pouca transparência relativamente aos arsenais das forças armadas e dos serviços de aplicação da lei. Com efeito, enquanto estão disponíveis os dados sobre os registos civis de armas de fogo em 133 países e territórios de todo o mundo, apenas 28 países comunicaram informações sobre os seus arsenais militares. O número é o mesmo para as armas de serviços de aplicação da lei (Karp, 2018a; 2018b; 2018c). Por fim, informações sobre fabricações industriais e transferências autorizadas de armas ligeiras e munições permanecem irregulares tanto a nível global como em África (ver Enquadramento 1). A partilha limitada de informações por parte dos governos acerca do comércio legal de armas ligeiras salienta os desafios enfrentados ao se tentar realizar um quadro fiável dos fluxos ilícitos, que são ainda mais sigilosos e difíceis de documentar.

Enquadramento 1 Fabricação e transferências autorizadas de armas em África

Enquanto o desenvolvimento da indústria de armamento em África se encontra relativamente estagnado, vários países mantêm capacidades para produzir ou manter armas ligeiras ou munições (Wezeman e Béraud-Sudreau, 2011, p. 8; Holtom e Pavesi, 2018b). Dezanove Estados africanos publicaram recentemente as suas capacidades de produção de armas ligeiras ou munições (Tabela 1).⁶ Historicamente, ao menos sete Estados fabricaram espingardas de padrão AK, enquanto onze fabricaram munições 7,62 × 39 mm (o principal calibre associado às espingardas de padrão AK) (Chivers, 2016).

O comércio autorizado de armas ligeiras em África está relativamente pouco documentado. Os dados estatísticos disponíveis, registados no Banco de Dados Estatísticos de Comércio

Tabela 1 Capacidades de fabricação de armas ligeiras e munições em África, recentemente publicadas, por sub-região da ONU

Sub-região da ONU*	Estados membros da UA com fabricação em curso ou recente de armas ligeiras ou munições declaradas	
	Armas ligeiras	Munições
Norte de África	Argélia Egipto Sudão	Argélia Egipto Sudão
África Ocidental	Nigéria	Camarões Mali Nigéria
África Central	República Democrática do Congo (RDC)**	Angola Chade** RDC República do Congo
África Oriental	Etiópia** Quênia** Tanzânia Uganda** Zimbábue	Etiópia Quênia Madagáscar Tanzânia Uganda Zimbábue
África Austral	África do Sul	África do Sul Namíbia

* Os agrupamentos desta tabela baseiam-se nas sub-regiões africanas designadas pela UNSD, reproduzidas no Anexo 1. Esta classificação refere-se à África Central como sub-região. ** Não confirmado/incerto.

Fontes: Holtom e Pavesi (2018b); Small Arms Survey e UA (2018); Globalsecurity.org (s.d.); HSBA (2014); IPIS (s.d.); Stork (s.d.); Wezeman e Béraud-Sudreau (2011, pp. 8–11)

de Commodities da ONU (UN Comtrade), baseiam-se nas informações voluntariamente prestadas pelos Estados e podem, portanto, representar apenas uma parcela do total. Com efeito, menos da metade dos Estados africanos prestaram informações a essa plataforma, enquanto alguns dos grandes exportadores não prestam informações sobre as suas transferências para África.

As estatísticas disponíveis sugerem algumas tendências gerais – que devem ser interpretadas com cautela. Embora a África pareça importar menos armas ligeiras, armas de pequeno calibre e munições do que outras regiões, o valor das suas importações declaradas vem crescendo desde pelo menos o começo do século. De 2001 a 2014, o valor anual das importações africanas de armas ligeiras registado no UN Comtrade quase triplicou, passando de USD 82 milhões para USD 237 milhões (UN Comtrade, s.d.). Munições para armas ligeiras são a maior categoria de material militar a ser importado para o continente, representando 37% (USD 87 milhões) do valor total no ano 2014 (Holtom e Pavesi, 2017, pp. 24-25). O Norte de África é a sub-região que importa mais armas ligeiras, com uma média de USD 62 bilhões por ano no período 2001-14, seguida da África Ocidental (USD 35 milhões por ano) e da África Austral (USD 27 milhões por ano). A África Oriental registou o maior aumento sub-regional do valor de importações de armas ligeiras entre 2013 e 2014 (ver Tabela 2).

Em ordem alfabética, África do Sul, Côte d'Ivoire, Egípto, Marrocos e Sudão foram os cinco maiores importadores de armas ligeiras do continente no período de 2001-14. Os seus principais parceiros comerciais em 2014 foram: França, para a Côte d'Ivoire; República Tcheca, Itália e Sérvia, para o Egípto; Itália, Estados Unidos e Espanha, para o Marrocos; Estados Unidos, Itália e República Tcheca para a África do Sul; e Turquia, Federação da Rússia e Côte d'Ivoire, para o Sudão (Holtom e Pavesi, 2017, p. 27). Embora estejam incompletos os registos de transferências autorizadas da China, Federação da Rússia e Turquia para os países africanos, as informações disponíveis sugerem serem os três países exportadores fornecedores importantes de armas ligeiras para o continente (Holtom e Pavesi, 2018b).

Tabela 2 Valor das armas ligeiras fornecidas para as sub-regiões africanas, segundo relatório do UN Comtrade, 2001–14

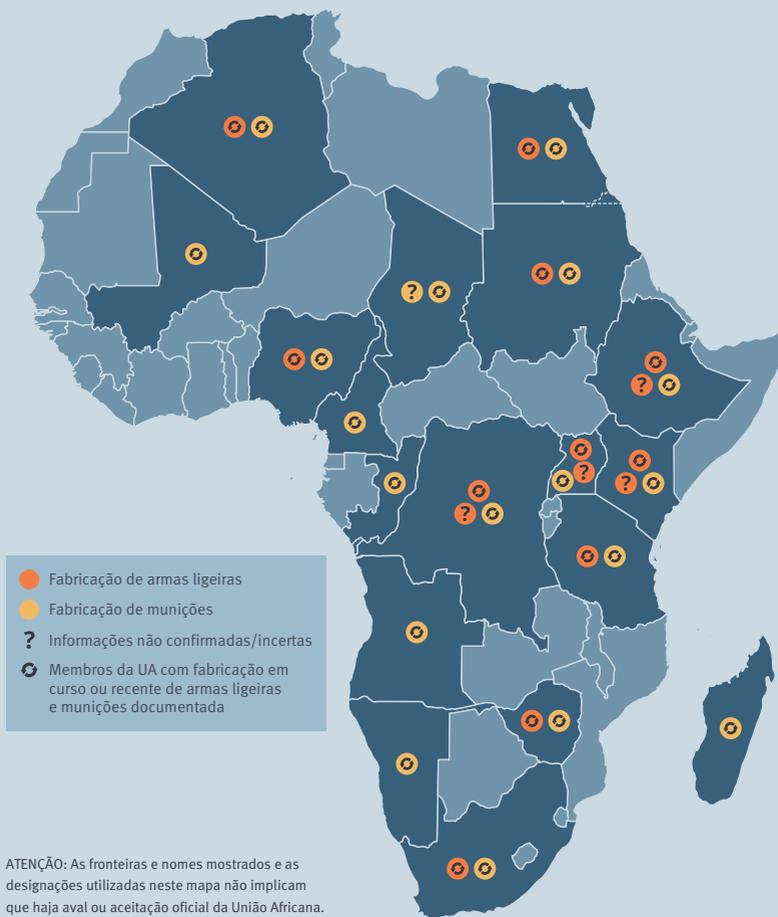
Sub-região da ONU*	Valor das importações de armas ligeiras declaradas (milhões de USD)				% evolução no valor de importação, 2013 - 2014
	2001	2014	Média, 2001–14	Evolução, 2001–14	
Norte da África	22	93	62	71	51%
África Ocidental	20	41	35	21	7%
África Austral	17	58	27	41	24%
África Oriental	17	36	21	20	130%
África Central	6	9	8	4	6%

* Os agrupamentos desta tabela baseiam-se nas sub-regiões africanas designadas pela UNSD, reproduzidas no Anexo 1.

Fonte: Holtom e Pavesi (2017, p. 27), baseado na NISAT (s.d.)

- ▶ Devido à natureza voluntária da prestação de informações ao UN Comtrade, estas tendências são sobretudo representativas das transferências entre os Estados mais transparentes. Além disso, os dados não permitem identificar o contexto de transferências específicas, nem distinguir, por exemplo, aquelas destinadas a equipar forças de manutenção da paz que participam de operações de apoio à paz. Até que os Estados africanos prestem informações mais completas ao Registo da ONU de Armas Convencionas ou ao Tratado sobre o Comércio de Armas (TAC) acerca das suas exportações e importações de armas ligeiras, pode-se apenas especular sobre as transferências de armas ligeiras entre Estado regionais – o que também tem implicações para as tendências gerais da região.

Fabricação autorizada de armas ligeiras em África



O grau de prestação de informações, por parte dos Estados africanos, sobre questões relativas às armas ligeiras varia. Uma avaliação dos relatórios nacionais sobre a implementação do PoA da ONU e do IIR revela que, em média no período de 2012-17, 44% dos Estados africanos membros da ONU submeteram relatórios nacionais durante os anos em que se realizaram reuniões bienais ou uma conferência de revisão. Isto posiciona o continente abaixo dos níveis de prestação de informações da Europa (75%) e das Américas (45%), mas acima da Ásia (36%) e da Oceânia (21%) (Holtom e Ben Hamo Yeger, 2018, p. 27). Durante o mesmo período, 93% dos Estados africanos que prestaram informações indicaram dispor de uma agência nacional coordenadora no país – taxa muito mais elevada do que as de outras regiões (a Oceânia fica em segundo lugar com 71%) – e todos os Estados africanos comunicaram a existência de um ponto de contacto nacional (Holtom e Ben Hamo Yeger, 2018, pp. 32-33). No entanto, o grau de aprofundamento das informações disponibilizadas pelos Estados africanos é irregular, principalmente no que respeita a questões relativas aos controlos da fabricação, medidas para verificar os certificados dos utilizadores finais, regulação das atividades de corretagem, e ações realizadas para lidar com os excedentes e as armas recolhidas (Holtom e Ben Hamo Yeger, 2018, pp. 31-62).

O presente estudo tentou completar as informações existentes submetendo um questionário a todos os Estados membros da UA, em árabe, inglês, francês e português, que foi distribuído pela Comissão da UA e pelas várias CER/OR para os seus respectivos membros. As 22 respostas recebidas de 21 países⁷ entre Novembro de 2017 e Junho de 2018 sugerem que os Estados membros estão cada vez mais decididos a colaborar com a comunidade internacional na luta contra o problema dos fluxos de armas ilícitas. Para fins de comparação, oito países africanos tinham contribuído com dados para o Global Firearms Study, de 2015, do Gabinete da ONU contra a Droga e o Crime (UNODC) (UNODC, 2015, p. 4). Porém, deve ressaltar-se que o grau de aprofundamento das respostas recebidas no âmbito deste estudo de mapeamento também apresentou variações, e que algumas sub-regiões foram sub-representadas (por exemplo, só se recebeu uma resposta dos Estados do Norte de África e nenhuma dos países lusófonos).

Apesar dessas limitações, as informações actualmente fornecidas pelos Estados Membros da UA constituem uma base útil para a compreensão dos desafios que enfrentam os países diante dos fluxos de armas ilícitas, bem como das prioridades no combate a tais fluxos. Perfis individuais dos países reunindo tanto as informações fornecidas pelos Estados através do questionário quanto aquelas comunicadas a iniciativas internacionais, como o PoA, serão disponibilizadas no website da UA. As informações específicas e tendências globais encontradas nestes perfis estão incluídas neste relatório e são citadas nas secções relevantes.

1.3 Estimativa da distribuição sub-regional

Os participantes do *workshop* de lançamento, realizado em Junho de 2017, frisaram a importância de se determinar a escala das posses de armas de fogo ilícitas no continente

(Small Arms Survey e UA, 2017). De facto, estabelecer dados de base fiáveis sobre as armas ilícitas é considerado de suma importância para o monitoramento e a avaliação do êxito de iniciativas tais como os programas de entrega voluntária de armas (Faltas, 2018, p. 20). Contudo, é difícil recolher dados sobre posses lícitas e ilícitas de armas tanto a nível mundial como – e sobretudo – em África. Dos 21 Estados que responderam o questionário do Small Arms Survey e UA, somente nove forneceram números oficiais de armas de fogo registadas, enquanto quatro ofereceram estimativas de registos. Oito países forneceram estimativas de armas de fogo em posse ilícita, elaboradas por autoridades nacionais, organizações sub-regionais ou instituições de investigação como, por exemplo, o Small Arms Survey (Small Arms Survey e UA, 2018). Isto significa que dos Estados que responderam, menos da metade pôde fornecer algum número ou estimativa das armas de fogo lícita ou ilícitamente em posse de civis, nos seus países.

Em 2018, o Small Arms Survey actualizou as suas estimativas globais de armas de fogo em posse de civis, de serviços de aplicação da lei e de forças militares (ver Karp, 2018a; 2018b; 2018c). Esta actualização baseou-se nas informações oficiais submetidas pelos países, como por exemplo, os dados comunicados via o questionário do Small Arms Survey e UA, e numa variedade de outras fontes, incluindo inquéritos realizados em residências sobre a posse de armas de fogo por civis, mas também nas estimativas propostas por peritos. Entre os 55 Estados membros que constam no Global Firearms Holdings Database do Small Arms Survey, 20 deles têm dados disponíveis sobre armas de fogo em posse de civis, enquanto 10 países se beneficiam dos dados sobre os inquéritos em residências, que lança luz sobre a proporção de indivíduos ou residências possuidores de arma (Small Arms Survey, 2018). São ainda mais incompletos os dados oficiais sobre as armas ligeiras em posse dos serviços de aplicação da lei e forças militares do continente (Karp, 2018b; 2018c). Por conseguinte, a compreensão actual da escala de distribuição de armas ligeiras no continente depende, em grande parte, dos procedimentos de estimativa e das avaliações por peritos.

Consideradas essas limitações de dados, as estimativas existentes fornecem uma ideia da escala e distribuição sub-regional de armas ligeiras em África (Tabela 3). Sugerem que os actores africanos civis – que incluem pessoas físicas, empresas registadas, tais quais as companhias privadas de segurança, e grupos armados não estatais – detêm mais de 40 milhões, ou quase 80%, de todas as armas ligeiras no continente. Em contraste, as forças armadas e os serviços de aplicação da lei do continente detêm menos de 11 milhões de armas ligeiras. Entre os 40 milhões de armas de fogo civis, 5 841 200 são apontadas como oficialmente registadas, enquanto 16 043 800 não estão registadas, já as armas restantes não têm estatuto definido (Small Arms Survey, 2018).⁸

Em números absolutos, a África Ocidental concentra o maior número (cerca de 11 milhões) de armas de fogo, lícitas ou ilícitas, em posse de civis no continente. Vem seguida do

Tabela 3 Distribuição estimada de armas de fogo civis por sub-região africana, 2017

Subregião da ONU*	População	Número de armas de fogo em posse civil	Armas de fogo em posse civil por 100 habitantes
África total	1 246 505 000	40 009 000	3,2
África Oriental	416 676 000	7 802 000	1,9
África Central	161 237 000	4 981 000	3,1
Norte de África	232 186 000	10 241 000	4,4
África Austral	63 854 000	6 012 000	9,4
África Ocidental	372 551 000	10 972 000	2,9

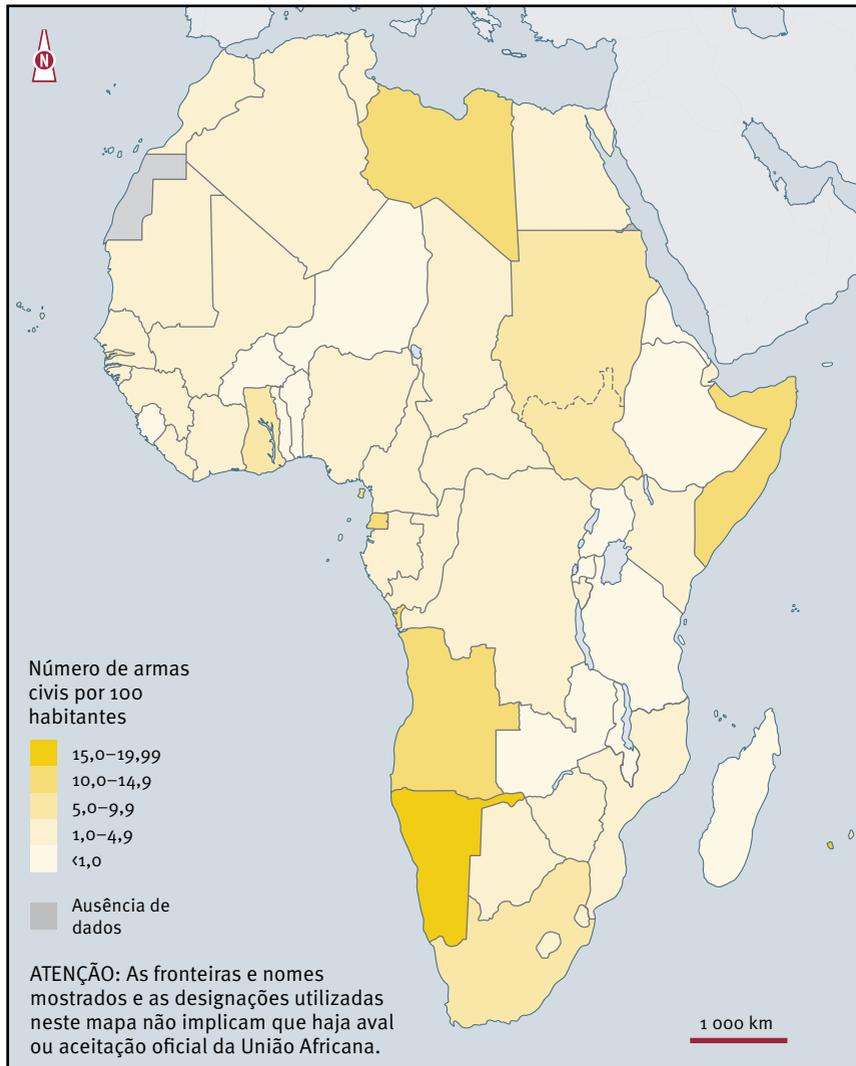
* Os agrupamentos desta tabela baseiam-se nas sub-regiões africanas designadas pela UNSD, reproduzidas no Anexo 1.

Fonte: Small Arms Survey (2018)

Norte de África (10,2 milhões) e da África Oriental (7,8 milhões) (Tabela 3). Quando se trata da distribuição na população, a África Austral é a sub-região com o maior número de armas de fogo em posse de civis por 100 habitantes (9,4), seguida do Norte de África (4,4) e da África Central (3,1). As estimativas dos níveis nacionais estão disponíveis no Small Arms Survey (2018) e serão incluídas nos perfis dos países online. O Mapa 2 oferece uma visualização da distribuição relativa das armas de fogo em posse de civis a nível dos países. É interessante observar que, enquanto alguns Estados, como a Líbia e a Somália, apresentam elevadas taxas tanto de armas de fogo civis como de mortes violentas por arma de fogo (Mapa 1), esta relação não é generalizada. Isso não significa dizer que as armas de fogo não contribuam para a violência no continente, mas demonstra a necessidade de informações minuciosas – incluindo avaliações qualitativas – dos tipos de armas disponíveis, dos actores que as detêm e das principais formas como são controladas e utilizadas.

Embora à primeira vista estas estimativas possam parecer significativas, são na verdade relativamente moderadas a nível mundial. De facto, a taxa africana de 3,2 armas de fogo civis para cada 100 habitantes é inferior àquela de outras regiões do mundo, e muito abaixo da registada nas Américas (46,3 por 100 habitantes). Em termos absolutos, a África talvez só abrigue menos de 5% de todas as armas de fogo civis do mundo (Small Arms Survey, 2018). A abordagem relativizada desses números ressalta a necessidade de se confiar num conjunto de indicadores mais abrangente do que as estimativas das armas em circulação, para monitorar e avaliar o êxito das intervenções relativas às armas de fogo (Faltas, 2018, p. 20). Isso inclui uma compreensão mais pormenorizada dos tipos e modelos de armas ligeiras que circulam ilicitamente

Mapa 2 Distribuição estimada de armas de fogo em posse civil por 100 habitantes em África, 2017



Fonte: Small Arms Survey (2018)

e que têm os impactos mais negativos. Por último, essas constatações devem animar esperanças de que se pode vencer o desafio da proliferação de armas ligeiras ilícitas em África.

1.4 Tipos de armas ilícitas

A tipologia das armas ilícitas em circulação no continente depende do contexto e dos actores. No que respeita às armas de fogo ilícitas de propriedade particular, parece haver uma preferência por tipos de armas dissimuláveis. Entre os 15 Estados membros da UA que forneceram informações a este respeito, nas respostas ao questionário do Small Arms Survey–UA, nove deles afirmaram serem armas de fogo curtas e três afirmaram serem armas artesanais os tipos de armas ligeiras ilícitas mais disponíveis em posse de pessoas físicas, nos seus respectivos países. Em contraste com isso, somente dois países seleccionaram armas de fabrico industrial e padrão militar (Small Arms Survey e UA, 2018). Essas respostas ilustram a procura de pessoas singulares por armas curtas facilmente dissimuláveis. Neste aspecto, a crescente circulação, em África, de imitações de armas curtas facilmente conversíveis e de armas de fabrico artesanal é preocupante, pois o valor de tais armas representa, tipicamente, uma fracção do preço de uma arma curta normal no mercado ilícito – ver abaixo King (2015). Estados membros da UA na África Austral informaram que os principais tipos de armas a serem traficadas pelas suas fronteiras eram armas curtas para o uso em roubos e espingardas utilizadas na caça ilegal. Em contraste, Estados membros da África Ocidental e África Oriental indicaram serem, sobretudo, as espingardas automáticas, como as de padrão AK, os principais artigos traficados pelas fronteiras para acirrar conflitos e abastecer grupos armados. Alguns países também assinalaram transferências de espingardas de caça e armas de fabrico artesanal. (Small Arms Survey e UA, 2018; Small Arms Survey, 2015).

De maneira geral, a maioria das armas ilícitas em circulação entre grupos armados em áreas afectadas por conflitos são espingardas de estilo militar e sistemas de armas de pequeno calibre, muitas vezes fabricados há décadas (ver UNODC, 2013; Florquin, 2014b). Uma análise das armas ilícitas documentadas pelos painéis da ONU encarregados de monitorar as sanções internacionais em África revela que a maioria (mais de 60%) dessas armas ligeiras são espingardas militares, seguidas de armas de fogo curtas (21%), espingardas de caça (11%) e imitações de armas (4%) (Brehm, no prelo). As armas recuperadas pelo Grupo de Trabalho Multinacional Conjunto contra o grupo terrorista Boko Haram (MNJTF), durante as suas operações contra o Boko Haram na área da Bacia do Lago Chade, incluem, em primeiro lugar, espingardas de padrões AK, G3 e AL, bem como lançadores de granadas M80, e as suas respectivas munições. Canhões antiaéreos, morteiros de 60 mm e 82 mm, e lançadores RPG7 também circulam no continente. A maior parte desse material militar foi fabricada na década de 1980 em países que incluem Bélgica, a então Alemanha Ocidental e a então União Soviética. As armas foram contrabandeadas principalmente da Líbia, mas também na sequência de ataques em Camarões, Níger e Nigéria, realizados com o objectivo de captar equipamentos das forças estatais destes países.⁹

A Missão Multidimensional Integrada da ONU para a Estabilização do Mali (MINUSMA) também identifica espingardas de padrão AK como o principal tipo de armas ilícitas em

circulação na sua área de operação, seguidas em menor proporção de submetralhadoras do tipo PKM, ambas as quais foram em sua maioria fabricadas nos países da antiga União Soviética e em China, a partir da década de 1960. Grupos armados no Mali também utilizam mísseis de 122 mm e morteiros de 120 mm fabricados na União Soviética entre as décadas de 1970 e 1980 para ataques de fogo indirecto. Essas munições foram saqueadas dos arsenais do exército maliano no norte do país em 2012. Desde 2014, insurgentes estão também a utilizar morteiros franceses de 81 mm das décadas de 1970 e 1980, e dispositivos explosivos improvisados fabricados a partir de minas antiveiculares de fabrico Belga adquiridas na Líbia.¹⁰ Da mesma forma, a maioria das armas à venda em grupos de redes sociais na Líbia entre finais de 2014 e finais de 2015 precediam o embargo de armas da ONU de 2011 e incluíam quantidades significativas de “armas de fogo de legado” (“legacy firearms”) envelhecidas (Jenzen-Jones e McCollum, 2017, p. 15).

Contudo, existem também provas de que estão a circular armas e munições ilícitas de fabrico relativamente mais recente. O banco de dados iTrace de armas ilícitas desenvolvido pela organização Conflict Armament Research (CAR) é instrutivo nesse aspecto. Enquanto a maioria das armas e munições ilícitas documentadas no continente pela CAR foi fabricada entre as décadas de 1970 e 1980 (muito embora possa ter sido exportada mais recentemente), armas de fabrico comparativamente recente estão em circulação em todas as zonas de conflito armado ou violência armada nas quais a CAR documentou material militar ilícito. Entre 1% das armas ligeiras e de pequeno calibre documentadas na Somália e 3% daquelas examinadas em Burkina Faso foram, com certeza, fabricadas a partir de 2010, e entre 9% das munições vistas em Burkina Faso

Enquadramento 2 Perfil geral de armas e munições documentadas no banco de dados iTrace

Desde 2014, a CAR vem trabalhando em parceria com as forças de segurança africanas e missões UA/ONU de manutenção de paz, para documentar as armas e munições ilícitas em nove países no Norte de África, África Oriental e África Ocidental afectados por conflito armado ou violência terrorista armada. Este trabalho formou parte do mecanismo mundial de informação sobre armas iTrace, uma iniciativa lançada em Novembro de 2013 para mapear os fluxos de armas ilícitas.¹¹ Em África, a partir de finais de 2017, a CAR documentou fisicamente mais de 1 900 armas ligeiras e de pequeno calibre individuais, e mais de 326 000 respectivas munições. Os equipamentos militares compreendem desde armas e munições apreendidas de civis armados e de grupos rebeldes não estatais, até armas utilizadas em ataques terroristas. A Tabela 4 oferece um panorama das armas e munições documentadas em nove países no período de 2014-17, bem como os anos de fabricação dos itens mais recentes, ilustrando a circulação de armas ilícitas de fabricação recente em todo o continente.

Tabela 4 Armas ligeiras e de pequeno calibre e munições documentadas pela CAR em países africanos, 2014–17

	Armas ligeiras e de pequeno calibre (armas individuais)	Munições (quantidade)	Ano de fabricação mais recente (armas)	Ano de fabricação mais recente (munições)
Burquina Faso	158	960	2015	2011
Líbia	39	7 555	2005	2013
Mali	53	1 319	2011	2013
Níger	307	9 389	2016	2013
Nigéria	56	604	2007	2014
RDC	153	1 557	2000	2007
República Centro- Africana	365	8 475	2011	2015
Somália	579	5 655	2012	2016
Sudão do Sul	215	291 191	2014	2015
Total	1 925	326 705		

Nota: Parte da amostra do Níger foi reunida em trabalho de campo conjunto com consultantes trabalhando tanto com a CAR como com o Small Arms Survey. A lista mais recente dos anos de fabricação pode estar incompleta, uma vez que, em muitos casos, o ano de fabricação das armas e munições não pode ser determinado a partir das marcações.

Fonte: CAR (2017)

e 17 % das munições investigadas na Somália foram fabricadas a partir de 2010 (ver Enquadramento 2).¹² Estes números podem ser comparados àqueles relativos aos conflitos no Médio Oriente, como os do Iraque e da Síria (CAR, 2017). Munições de armas ligeiras recentemente fabricadas (desde 2010) recuperadas no Sahel e no Sudão do Sul foram fabricadas em várias regiões, incluindo Bulgária, China, Federação da Rússia e Sudão.¹³ A cadeia de custódia e o exacto ponto de desvio desse material militar são muitas vezes difíceis de determinar. Segundo a MINUSMA, é provável que munições de 7,62 × 39 mm com marcações de fabricação datadas de 2015 fabricadas num Estado do Norte de África, e munições com marcações de fabricação de 2013 fabricadas num Estado do sudeste europeu foram capturadas a partir de arsenais estatais ou ainda em campo de batalha no Mali.¹⁴ ●



As armas traficadas no continente variam no tipo e na origem, compreendendo tanto equipamentos adquiridos na região como armas adquiridas ilicitamente de outras partes do mundo.”

Secção 2. Principais características, padrões de fornecimento e actores

Esta secção analisa os principais tipos de fluxos de armas ilícitas que afectam o continente africano bem como os actores envolvidos. Inicia-se com um panorama do tráfico transfronteiriço, identificados pelos Estados membros da UA participantes como sendo o principal tipo de fluxo ilícito enfrentado por eles. A secção também examina as origens das armas ilícitas em circulação no continente, que se podem dividir em duas grandes categorias: o desvio de armas ligeiras lícitas para utilizadores ou utilizações não autorizadas, e fontes continentais de armas já ilícitas.

2.1 Tráfico transfronteiriço e comércio formiga

O tráfico de armas entre fronteiras em África é provavelmente a fonte mais importante de armas ilícitas no continente. De facto, nas respostas ao questionário dos países, uma grande maioria dos Estados membros (15 dos 19 que responderam esta pergunta) classificaram o tráfico terrestre transfronteiriço com o maior tipo de fluxo de armas ilícitas que afecta os afecta (Small Arms Survey e UA, 2018). Este tráfico pode compreender desde comboios dedicados transportando exclusivamente armas e munições em números significativos, até, na extremidade oposta do tráfico, o chamado “comércio formiga”. Embora o comércio formiga geralmente envolva movimentos em pequena escala de armas contrabandeadas em pequenos números – normalmente, menos de uma dúzia de cada vez – o efeito cumulativo de muitas transferências deste tipo pode vir a ser significativo, sendo capaz de intensificar crimes e conflitos.

As armas traficadas no continente variam no tipo e na origem, compreendendo tanto equipamentos adquiridos na região como armas adquiridas ilicitamente de outras partes do mundo. Incluem armas de legados de conflitos anteriores recicladas (UNREC, 2016, p. 37), mas também armas desviadas muito recentemente de arsenais nacionais, tais como as remessas de armas dos arsenais líbios saqueados no período pós-2011. As munições para espingarda de caça contrabandeadas de Camarões para a República Centro-Africana em 2014, algumas das quais haviam sido importadas da Europa apenas semanas antes, mostram como transferências autorizadas podem ser rapidamente desviadas e chegar até aos actores de conflitos através do comércio formiga (CSNU, 2014b, Anexo 18). Armas traficadas por terra em pequenos números também incluem armas de fogo de fabrico artesanal, segundo relatos da Guiné e da Libéria, além de imitações de armas de fogo facilmente conversíveis ou já convertidas.¹⁵ Por último, vários Estados observaram uma tendência emergente no tráfico de peças e componentes de armas de fogo, que são fáceis de dissimular em veículos ou entre outras mercadorias (Small Arms Survey e UA, 2018).

Os actores especializados na movimentação de armas entre fronteiras para abastecer áreas afectadas por conflitos armados em curso tendem a ser organizações e redes sofisticadas. Na África Ocidental, incluem grupos armados, quadrilhas criminosas, fabricantes

Principais tipos de fluxos de armas ilícitas em África

Desvio de armas lícitas

Desvio designa a mudança não autorizada da posse ou utilização de armas originalmente legais.

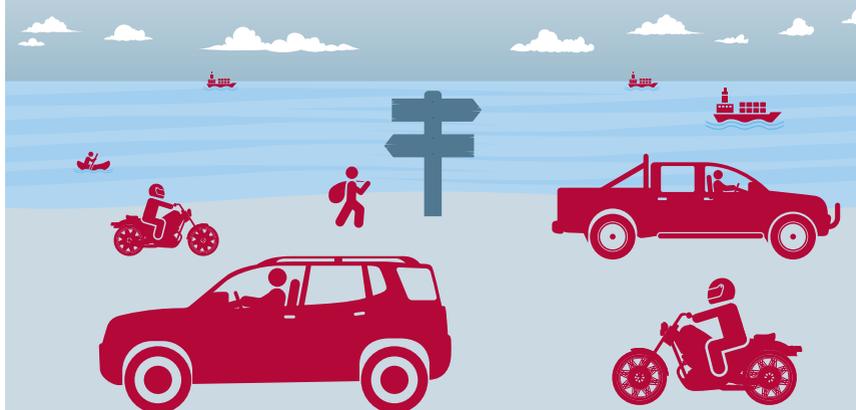
- Desvios de transferências
- Desvios de armas de arsenais nacionais (inclusive operações de paz)
- Desvios de armas civis

Fontes de armas já ilícitas

Há ao menos duas fontes de armas já ilícitas (armas que nunca foram legais):

- Fabricação caseira ou artesanal sem licença de armas de fogo
- Conversão ilícita de imitações de armas de fogo em armas para fins letais

Tráfego e comércio formiga transfronteiriços



Estados membros classificaram o tráfico transfronteiriço terrestre como o maior tipo de fluxo de armas ilícitas que os afecta — desde comboios dedicados transportando exclusivamente armas e munições em números significativos até, na extremidade oposta, o chamado "comércio formiga".

O quê?

- Armas de legados de conflitos anteriores recicladas
- Armas que foram desviadas muito recentemente de arsenais nacionais
- Armas de fogo de fabricação artesanal
- Imitações de armas de fogo convertidas
- Peças e componentes de armas de fogo que são fáceis de dissimular, em veículos ou entre outras mercadorias
- Munições

Quem?

- Grupos armados
- Oficiais de segurança corruptos
- Quadrilhas criminosas
- Traficantes de drogas
- Comerciantes ilegais
- Fabricantes locais
- Organizações de caça ilegal
- Soldados da paz em regresso
- Organizações e redes sofisticadas
- Grupos terroristas



Passagem de fronteira entre Burquina Faso e Côte d'Ivoire. Fonte: Matthias Nowak/Small Arms Survey

locais, oficiais da segurança corruptos e soldados da paz em regresso (ver Enquadramento 5) (UNODC, 2012, p. 36; UNREC, 2014, p. 22; Small Arms Survey e UA, 2018). Na área do Lago Chade, traficantes de drogas, comerciantes ilegais e grupos terroristas estiveram envolvidos no tráfico de armas (ver também Enquadramento 3).¹⁶ Na África Oriental, o Zimbabwe relatou o envolvimento de organizações de caça ilegal no tráfico de armas (Small Arms Survey e UA, 2018).

Em contraste, o tráfico formiga de menor escala pode envolver uma variedade maior de actores, muitas vezes incluindo membros de comunidades fronteiriças locais. Conexões

Enquadramento 3 Aquisição de armas ligeiras por terroristas: o caso de grupos ligados à al-Qaeda na África Ocidental

Os padrões de aquisição de armas por organizações terroristas são relativamente pouco conhecidos, tanto no continente africano como em outras regiões. De facto, a análise de armas terroristas é muitas vezes relegada ao segundo plano em relação a investigações sobre as redes de contactos pessoais, fontes de financiamento e movimentações dos autores dos atentados. Contudo, investigações sobre armas podem fornecer informações vitais para os programas antiterroristas acerca das fontes de apoio dos autores dos atentados e das suas ligações com redes maiores de terrorismo e crime organizado. As informações sobre a compra de modelos específicos de armas de fogo e tipos de munições, incluindo as fontes de abastecimento, podem ajudar a identificar as lacunas em matéria de controlo, permitindo aos governos responderem com ações legislativas e aplicação de leis direcionadas.

O caso da brigada Al Murabitun, grupo armado maliano filiado à al-Qaeda, ilustra o valor da investigação sobre armas utilizadas em atentados terroristas específicos. Em 2015, a organização reivindicou o atentado de 7 de Agosto a um hotel da ONU em Sevaré, no Mali, no qual oito pessoas foram mortas. Investigadores da MINUSMA examinaram os equipamentos utilizados pelo agressor, que incluíam uma espingarda de padrão AKMS 7,62 × 39 mm sem origem no arsenal nacional maliano. É significativo o facto de que espingardas de assalto do mesmo modelo, fabricante e ano de fabricação tenham sido utilizadas em atentados posteriores perpetrados por grupos armados alinhados com a al-Qaeda em Bamako no Mali, Uagadugu em Burquina Faso, Grand-Bassam na Côte d'Ivoire, e Gao no Mali (Anders, 2018, p. 5). Na realidade, a maioria das espingardas Tipo 56-1 utilizadas nesses atentados – fabricadas na Fábrica Estatal Chinesa 26 em 2011 – apresentavam números de série sequenciais, além do que, as suas marcações tinham sido parcialmente apagadas com métodos industriais semelhantes, o que sugere origens na mesma transferência ilícita (CAR, 2016a; 2017).

Enquanto se estão a realizar esforços de rastreio para determinar o ponto de desvio dessas armas, as provas disponíveis demonstram de maneira decisiva a habilidade que têm esses grupos de movimentarem equipamentos através de fronteiras a fim de perpetrarem atentados em diferentes localidades por toda a África Ocidental. Trata-se de uma capacidade significativa revelada, em parte, graças à partilha de informações de serviços secretos.

étnicas entre grupos pastoralistas atravessando fronteiras facilitam o tráfico transfronteiriço: os turkana no Quênia, os dodos em Uganda e os toposa no Sudão do Sul, por exemplo, comerciaram armas pelas fronteiras dos três países, incluindo espingardas de padrão AK e HK, a fim de se armarem para protegerem o seu gado (*The Guardian*, 2014; Small Arms Survey e UA, 2018). Investigações realizadas em áreas pastoralistas do norte do Quênia, Somalilândia (Somália), Equatória Oriental (Sudão do Sul), e na região de Karamoja no nordeste do Uganda indicaram quantos membros dessas comunidades adquiriram armas de fogo para proteção. Os pastoralistas vivem de maneira nômade, à procura de água e pastos para os seus rebanhos, o que pode provocar disputas quando invadem terras de tribos rivais. A crescente disponibilidade de armas ligeiras modernas nessas áreas implica uma frequente escalada de tais disputas em violência armada. Alguns membros dessas comunidades envolvem-se mais facilmente em assalto à mão armada e em abigeato, exacerbando sentimentos locais de insegurança e, por consequência, aumentando a procura local por armas ligeiras e o seu tráfico (Wepundi et al., 2014, pp. 1-2). O combate a esse tráfico formiga representa, portanto, um desafio considerável. As intervenções irão necessariamente exigir o estabelecimento de contacto com comunidades locais para garantir o atendimento às suas necessidades em matéria de segurança, bem como a manutenção dos seus sistemas lícitos de subsistência (Faltas, 2018).

Se o tráfico formiga é uma atividade secundária para os actores locais nele envolvidos, cuja principal atividade é o contrabando de mercadorias legais, em alguns casos, para fins de discrição, sindicatos do crime externalizam o transporte de armas e drogas para actores locais (Mangan e Nowak, 2018). Na zona do Saara-Sahel, conflitos no Mali e na Líbia e a subsequente proliferação de grupos armados em regiões fronteiriças conduziram à militarização e ao aumento do crime nas rotas tradicionais de comércio, que caíram sob o controlo de poderosos actores armados (Kartas e Arbia, 2015, p. 5). Participantes do presente estudo observaram que a população geral, incluindo migrantes e refugiados, é por vezes usada como “mulas” para transportar armas (Small Arms Survey e UA, 2018). Por exemplo, Uganda observou o envolvimento de mulheres nesse tipo de tráfico, enquanto na República Centro-Africana, em 2014, uma mulher acompanhada do filho tentaram contrabandear cartuchos de espingarda de caça a partir de Camarões num saco de cebolas – os cartuchos destinavam-se a milícias anti-Balaka (Small Arms Survey e UA, 2018; CSNU, 2014b, Anexo 18).

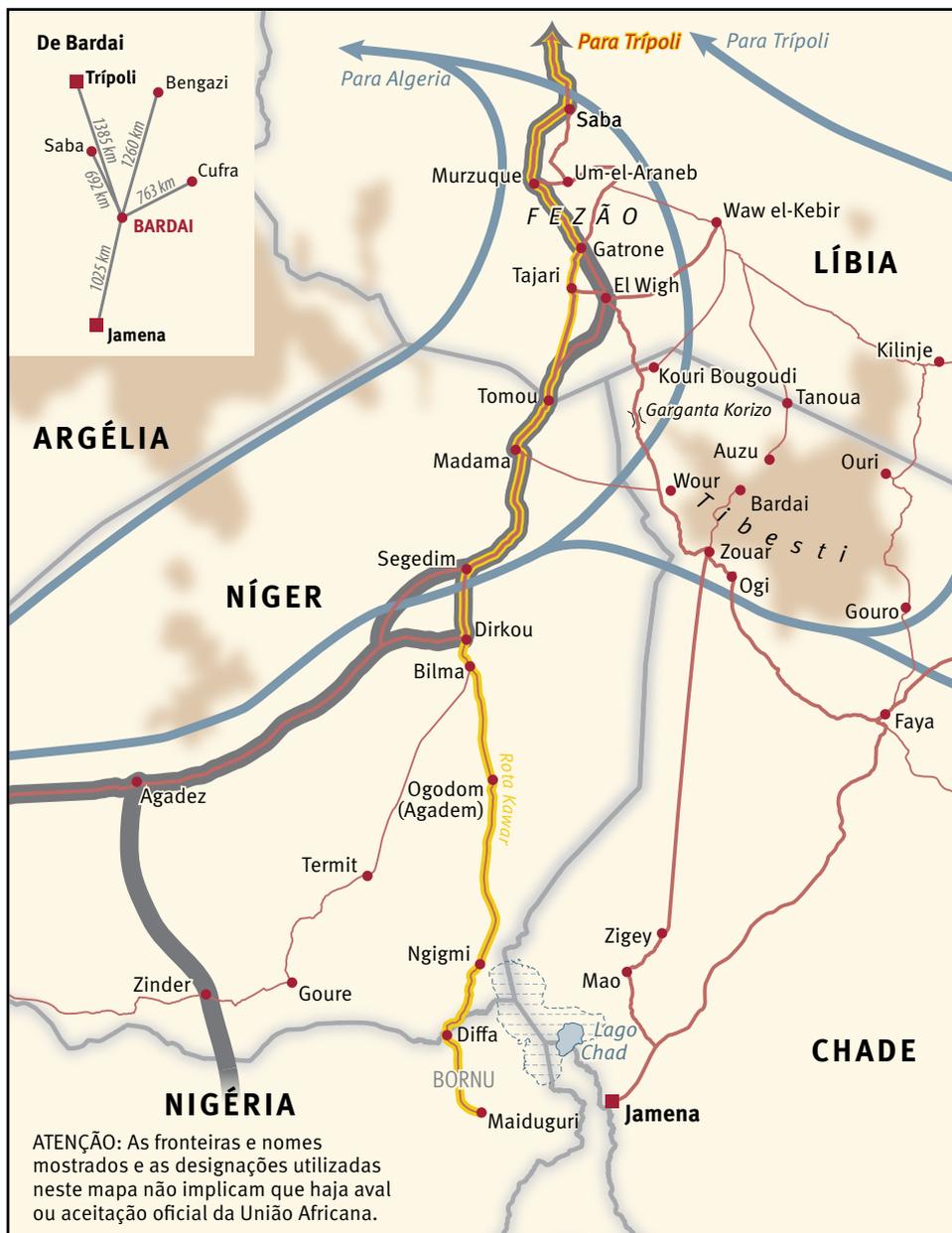
Os traficantes utilizam uma vasta variedade de meios de transporte. Investigações revelaram o uso de mototáxis (conhecidos como *boda-bodas* em Uganda), veículos pessoais, camiões de transporte e pequenos barcos (Small Arms Survey e UA, 2018). Armas e munições foram transportadas entre o Burundi e a RDC, tanto em veículos como em barcos, por exemplo, pelo rio Ruzizi ou através do lago Tanganica (Opongo, 2017, p. 14; CSNU, 2017c, par. 49; 2017d, par. 92; 2018, par. 198). As armas, por vezes desmontadas, são dissimuladas em compartimentos escondidos nos veículos ou entre outras mercadorias, tais como máquinas de lavar ou automóveis desmontados (Small Arms Survey e UA, 2018).

As rotas utilizadas para o tráfico são muitas vezes rotas comerciais tradicionais, que são utilizadas para movimentar uma variedade de mercadorias entre fronteiras (Kartas, 2013; Tubiana e Gramizzi, 2017, Mapa 3). Em alguns casos, as armas traficadas são vendidas em mercados a céu aberto nas proximidades de áreas de forte procura como, por exemplo, perto dos garimpos artesanais de ouro no norte do Níger, onde os garimpeiros julgam precisar de armas para se protegerem (Pellerin, 2017, p. 8).¹⁷ A incapacidade dos Estados para monitorarem as movimentações por fronteiras longas dificulta consideravelmente as actividades de combate ao tráfico (Alusala, 2015, p. 5; Hennop,

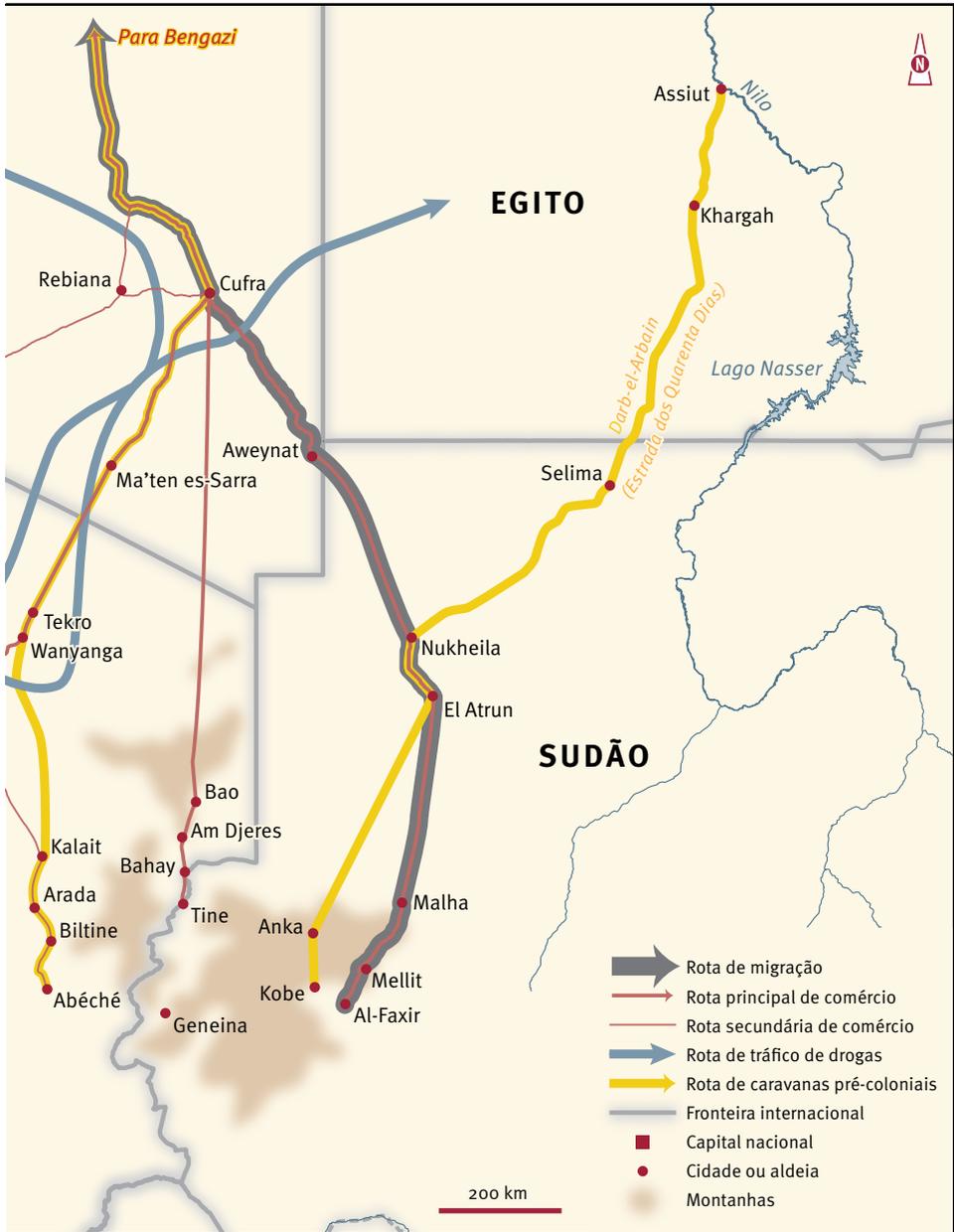


Munições entregues por grupos armados à MINUSCA no âmbito do programa pré-DDR em Bouar, República Centro-Africana. Fotografia: Matthias Nowak/Small Arms Survey

Mapa 3 Rotas de comércio e tráfico na fronteira entre Chade, Líbia e Sudão, 2017



Fonte: Tubiana e Gramizzi (2017, pp. 126-27)



Jefferson, e McLean, 2011; Opongo, 2017, p. 14). Quando autoridades ou actores internacionais procuram lutar contra as actividades ilícitas nas rotas principais, traficantes e comerciantes recorrem a trilhas e passagens fronteiriças menos frequentadas, e muitas vezes mais inseguras. Isso conduz a uma maior militarização e armamento dos traficantes (Kartas, 2013; Tubiana e Gramizzi, 2017).

2.2 Desvio de armas lícitas

Muitas das armas ligeiras ilícitas em circulação em África foram inicialmente fabricadas ou possuídas legalmente e posteriormente desviadas para grupos armados, criminosos ou outros utilizadores não autorizados, em alguma altura da sua vida útil. Desvio designa, portanto, a mudança não autorizada da posse ou do uso de armas originalmente legais (Parker, 2016, p. 118). Três principais padrões de desvios são discutidos abaixo dentro do contexto africano: desvios de transferências, desvios de arsenais nacionais (incluindo de forças de manutenção da paz), e desvios de armas civis.

2.2.1 Desvios de transferências

“Desvios de transferência de armas” geralmente designam “a transferência de artigos controlados autorizados para a exportação para um utilizador final, mas entregues a um utilizador final não autorizado, ou utilizados pelo utilizador final autorizado de maneira não autorizada” (Schroeder, Close e Stevenson, 2008, p. 114). Desvios de transferência podem ocorrer em diferentes fases da cadeia de transferência, inclusive no país de origem (ponto de embarque), durante o transporte ou em trânsito, e no momento da entrega ao destinatário previsto, ou logo depois. Podem ser resultantes de extravio, furto ou de novas transferências deliberadas, porém não autorizadas (Schroeder, Close e Stevenson, 2008, p. 115).

Desvios de transferências de armas eram ocorrências regulares em África na década de 1990 e nos primeiros anos da primeira década do século XXI, período no qual armamentos da antiga União Soviética mantidos sob segurança precária foram desviados para o continente, muitas vezes no intuito de contornar embargos de armas da ONU (Florquin, 2014a, pp. 103–4; CSNU, 2001). A partir da primeira década do século XXI, actores envolvidos em conflitos pareceram preferir meios mais diversos, sofisticados e estabelecidos para comprar armas ligeiras já disponíveis no continente, inclusive através do tráfico transfronteiriço de armas de outros conflitos recicladas e desvios a partir de arsenais nacionais (Khakee, 2005, p. 159). Como demonstra este relatório, nos últimos anos, os padrões de fornecimento de armas em zonas de conflito têm permanecido variados e até certo ponto baseados em materiais militares disponíveis localmente. Contudo, os desvios de transferência de armas seguem suscitando uma preocupação importante.

Os casos recentes de desvios de transferências de armas são mais conhecidos e documentados no contexto de embargo de armas. Em Agosto de 2018, estavam em vigor embargos de armas obrigatórios decretados pela ONU aos seguintes países: República Centro-Africana (desde Dezembro de 2013), Eritreia (desde Dezembro de 2009), Líbia (desde Fevereiro de 2011), Somália (desde Janeiro de 1992), Sudão do Sul (desde Julho de 2018) e Sudão (região do Darfur, desde Julho de 2004) (SIPRI, s.d.). No âmbito dessas sanções, as comissões de sanção da ONU designaram painéis de peritos, grupos de peritos ou grupos de monitoramento para monitorarem o seu cumprimento e investigarem possíveis violações. Os relatórios públicos desses órgãos de monitoramento constituem uma rica fonte de informações sobre os fluxos de armas ilícitas com destino a, e em procedência de países sob sanções da ONU. Esses órgãos recolhem informações em primeira mão sobre apreensões de armas e também podem solicitar que os Estados fabricantes ou compradores rastreiem o material militar apreendido, a fim de documentarem a cadeia de transferências e identificarem os pontos de desvio para os mercados ilícitos (de Tessières, 2017, pp. 8-9).

O Small Arms Survey extraiu informações desses três relatórios relativamente a regimes de sanções impostos à República Centro-Africana, Líbia, Somália/Eritreia, Sudão do Sul¹⁸ e Sudão, a fim de realizar análises sobre as tendências observadas nos relatórios sobre os fluxos de armas ligeiras ocorridos desde 2011.¹⁹ Uma análise preliminar dos dados indica que os maiores casos de desvios de transferência foram direcionados à Líbia, e nomeadamente antes do reforço do embargo de armas ao país em meados de 2014. Por exemplo, o Painel de Peritos da ONU para a Líbia revelou que um corretor albanês e uma empresa ucraniana organizaram a transferência de 800 000 cartuchos de calibre 12,7 × 108 mm da Albânia para a Líbia em 2011. Os Emirados Árabes Unidos tinham assinado o certificado de utilizador final especificando que as munições não seriam retransferidas, e tinham emitido uma declaração segundo a qual o material militar tinha, de facto, sido entregue lá (ver Enquadramento 4, lacunas sobre controlos do utilizador final). O Painel de Peritos, no entanto, conseguiu comprovar que um transportador arménio tinha expedido as munições por via aérea directamente da Albânia para Benghazi na Líbia entre os dias 10 e 12 de Setembro de 2011, em violação ao embargo de armas. Revelou-se também que as munições transferidas tinham sido fabricadas entre a década de 1960 e finais da década de 1970, o que ilustra que casos recentes de desvios de transferências podem envolver equipamentos fabricados há décadas (CSNU, 2013, pp. 20-21, 75-76).

Também houve casos de cidadãos africanos que facilitaram violações aos embargos. De acordo com o Grupo de Monitoramento sobre a Somália e a Eritreia, um cidadão Sudanês organizou o envio por navio de 25 000 pistolas para tiro em seco facilmente conversíveis, da Turquia à Eritreia em Janeiro de 2017. De acordo com a documentação de despacho, o destinatário final previsto era uma empresa estatal eritreia de importações e exportações sediada em Asmara. Embora o navio que transportava a carga tenha inicialmente acostado no porto de Maçuá, Eritreia, foi apreendido duas semanas depois

Enquadramento 4 Lacunas nos controlos de utilização e utilizadores finais²⁰

No continente africano, os sistemas de controlo de utilização e utilizador finais ineficazes e mal aplicados só começaram a atrair a atenção internacional na década de 1990, no contexto das sanções da ONU. Nessa altura, tais sistemas facilitavam o fornecimento de armas e munições a entidades estatais e não estatais sujeitas aos embargos da ONU em Angola (CSNU, 2000b), Libéria (CSNU, 2002), Serra Leoa (CSNU, 2000a) e Somália (CSNU, 2003b). O conflito na Líbia, mais recentemente, destacou-se como um caso em que a ausência de um sistema eficaz de controlo de utilização e utilizador finais contribuiu para o desvio de armas, com consequências significativas para muitos Estados no continente.²¹

Sistemas de controlo de utilizador e utilizações finais ineficazes têm resultado em casos de desvio nos quais a documentação da utilização ou do utilizador final foi usada para se adquirirem armas por meio de falsificação, cópia ou uso fraudulento de documentos, ou ainda por intermédio de oficiais corruptos. Em outros casos, as armas foram transferidas e importadas legalmente, sendo em seguida reexportadas pelo país importador em contravenção às garantias apresentadas ao país exportador original de que não seriam reexportadas sem notificação ou autorização prévia. Ainda em outros casos, os desvios de armas resultaram da incapacidade por parte dos países importadores de monitorarem e controlarem a(s) utilização(ões) e o(s) utilizador(es) finais, inclusive de gerirem com segurança os stocks de armas importadas (UNIDIR, 2016a).

Em resposta a isso, países como Burquina Faso e África do Sul, bem como organizações sub-regionais como a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) (ver Enquadramento 8) desenvolveram sistemas nacional e sub-regional de controlo de utilização e utilizador finais, a fim de eliminar as lacunas em matéria de certificação e



no porto de Kismayo, na Somália. O proprietário sudanês afirmou que queria descarregar as armas na Eritreia, a fim de as transferir por terra para as vender a distribuidores no Sudão. Embora exista um grande mercado para tais armas de fogo no Sudão, o governo sudanês impõe restrições sobre o número de itens que podem ser importados e aplica rigorosas leis de licenciamento para importadores. O corretor neste caso deve ter tentado driblar tais leis por meio do contrabando das armas por terra via a Eritreia. Contudo, o Grupo de Monitoramento não conseguiu confirmar se as armas tinham como destino o Sudão e não a Eritreia ou a Somália, nem registaram as razões pelas quais a carga seguiu para a Somália após a acostagem na Eritreia (CSNU, 2017e, par. 14-17).

De maneira geral, o repetido envolvimento de Estados do Médio Oriente em transferências de armas ilícitas vem emergindo como uma tendência robusta. Os relatórios dos painéis de peritos da ONU identificam Estados do Médio Oriente como pontos de origem de vários casos de transferência ilícita de armas ligeiras, armas de pequeno

▶ verificação de utilização e utilizador finais. Mais especificamente, essas experiências sugerem que as seguintes medidas são particularmente promissoras na prevenção de desvios de armas transferidas:

- estabelecer uma autoridade nacional e interministerial e/ou sistemas inter-agências para os controlos das transferências de armas, incluindo um sistema nacional de controlo de utilização e utilizador finais;
- desenvolver uma documentação nacional sobre utilização e utilizador finais que aplique as boas práticas internacionais recomendadas na área de utilizadores e utilizações finais, bem como de reexportação de armas;
- limitar o número de oficiais autorizados a assinarem a documentação sobre utilização e utilizador finais, e a fornecerem espécimes das suas assinaturas a missões diplomáticas estrangeiras, que possam ajudar o país exportador a autenticar e verificar as solicitações de autorização;
- utilizar medidas cooperativas entre países exportadores e importadores durante as fases de pré-autorização, pré-entrega, transferência e pós-entrega; e
- associar o sistema de controlo de transferências a procedimentos eficazes de gestão do arsenal de munições a fim de prevenir o desvio de armas.

Contudo, todos esses esforços continuam a ser minados por certos países exportadores que não cumprem ou mesmo desconhecem: os mecanismos sub-regionais de autorização; os sistemas de notificação de embargo de armas estabelecidos pelos comités de sanções da ONU; ou sistemas, documentações ou procedimentos de controlo de utilização e utilizador finais de Estados importadores. Há, portanto, uma necessidade de se reforçarem a cooperação e o diálogo com países exportadores, a fim de se melhorarem os sistemas e mecanismos nacionais e sub-regionais de controlo de utilização e utilizador finais, no continente africano.

Fonte: Giezendanner (2018)

calibre e munições para países sob embargo (Brehm, no prelo). A CAR relatou a proliferação de espingardas semiautomáticas e pistolas para tiro sem bala conversíveis fabricadas na Turquia entre 2012 e 2016, em mercados negros ou no contexto de apreensões de armas no norte da Somália, norte do Níger e nordeste/sudeste da Nigéria. As armas observadas na Somália e na Nigéria correspondiam aos tipos ou modelos específicos de armas interceptadas em 2017, em meio a grandes remessas ilícitas para cada um dos dois países (CAR, 2017). A CAR observou também transferências marítimas contínuas para a Somália, nomeadamente com a interceptação de três remessas em Fevereiro e Março de 2016 ao largo do Chifre da África, todas compostas de armas ligeiras ilícitas e munições com características comuns. Por exemplo, entre as peças apreendidas, encontravam-se mais de 2 000 espingardas de padrão AKM de fabrico desconhecido com números de série sequenciais – o que sugere que provinham dos *stocks* de algum país – e 46 espingardas de precisão de padrão

SVD “Hoshdar-M” fabricadas no Irão, também com números de série sequenciais (CAR, 2016b; 2017).

Além disso, houve casos de desvios de transferências de armas ocorridos após a entrega das remessas. Por exemplo, armas legalmente enviadas para a Líbia sob os procedimentos de exceção do embargo de armas da ONU foram, em seguida, desviadas após chegarem ao solo líbio. A Resolução 2009 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de Setembro de 2011, admitia exceções ao embargo de armas sob a condição de que as transferências fossem destinadas às autoridades nacionais e que a Comissão de Sanções da ONU fosse previamente notificada. Até Agosto de 2014, a comissão não havia rejeitado quaisquer notificações do tipo, que à altura totalizavam 60 000 armas de fogo curtas, 65 000 espingardas de precisão, 15 000 submetralhadoras, 4 000 metralhadoras e 60 milhões de cartuchos (CSNU, 2015a, par. 118-19). Embora não se possa determinar a proporção exacta das armas notificadas que foram entregues na Líbia, está claro que algumas vazaram para actores não autorizados após chegar ao país. Tal é o caso, por exemplo, de duas das espingardas antimaterial M93 que a Sérvia entregou para o Ministério Líbio da Defesa em 2014 em conformidade com o processo de notificação, e que na sequência foram anunciadas à venda em grupos de redes sociais online utilizados para comercializar armas na Líbia (Jenzen-Jones e Rice, 2016, p. 7; CSNU, 2017b, p. 141). Além do mais, o Grupo de Peritos da ONU sobre a Côte d’Ivoire revelou vários exemplos de equipamentos não letais inicialmente importados dentro do regime de notificação previsto no embargo, que foram, na sequência, convertidos para uso com fins letais. Tal foi, por exemplo, o caso de veículos civis que foram convertidos em veículos armados através da montagem de metralhadoras pesadas juntamente com os seus suportes. O Grupo de Peritos também manifestou a preocupação de que alguns tipos de lançadores de granadas não letais importadas da mesma maneira pudessem ser utilizadas para disparar pelo menos algumas munições letais (CSNU, 2014c, par. 53–55, 63; 2015b, par. 98–101).

Por fim, os esforços de monitoramento da ONU revelaram que a África não só recebe transferências de armas em violação de embargos, mas muitas vezes é também a fonte de tais transferências. Tal é o caso de transferências de armas para fora da Líbia, que se enquadram no embargo à importação e exportação de armas à Líbia. Em 2014, o Painel de Peritos da ONU já se encontrava a investigar transferências de armas ilícitas partindo da Líbia para não menos que 14 países no Norte da África e na África Oriental, África Ocidental e África Central (CSNU, 2014a, pp. 5, 26-49).

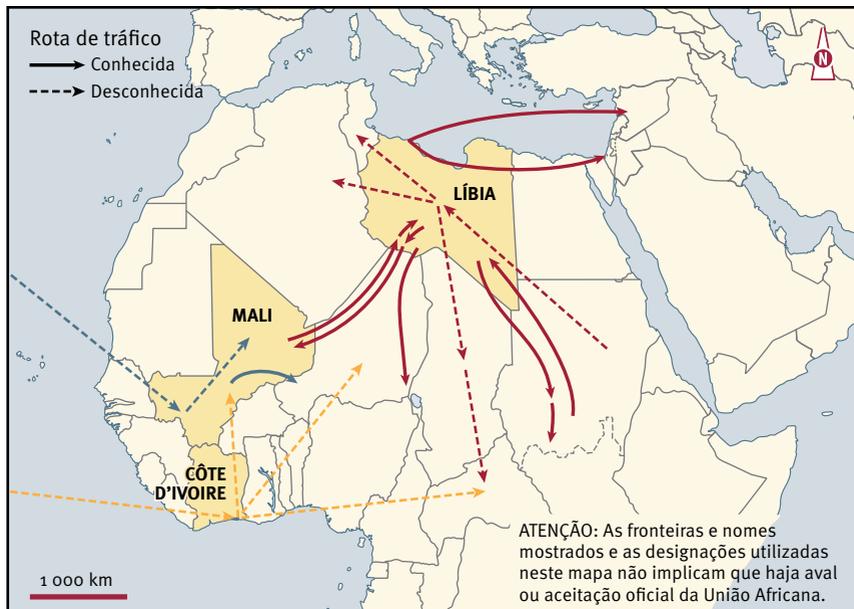
2.2.2 Desvio de armas de arsenais nacionais

“Desvio de armas de arsenais nacionais” designa o extravio de armas e munições que se encontram sob o controlo das forças de defesa e segurança de um Estado. Pode ocorrer de várias formas, inclusive através de furto por parte do pessoal e de actores externos tanto em depósitos de armazenamento como durante operações de combate.

Muitas vezes, é propiciado por uma vigilância fraca ou por medidas de segurança física inadequadas (Parker, 2016, pp. 120-21). O Roteiro da UA destaca a importância dos esforços para prevenir desvios de armas de arsenais nacionais, nomeadamente em situações de conflito (UA, 2016, p. 10).

Em África, tem-se dado muita atenção aos efeitos do conflito armado na Líbia em 2011, que conduziu à perda do controlo por parte do Estado e ao saque do vasto arsenal nacional de armas acumulado sob o regime de Muammar Kadhafi (UNODC, 2013, pp. 33-38). Durante o período de 2012 a 2014, armas de origem líbia foram alegadamente traficadas para uma série de países limítrofes chegando até à República Central-Africana e Somália (CSNU, 2014a, pp. 26-49). No Chade e Níger, comboios consequentes de combatentes e armas foram regularmente interceptados entre 2011 e 2013, enquanto transitavam para outros países, como o Mali e o Sudão (de Tessières, 2018b, pp. 44-45; Tubiana e Gramizzi, 2017, p. 13) (ver Mapa 4). Entre o equipamento militar saqueado, centenas – talvez mesmo milhares – de sistemas de defesa aérea portáteis capazes de derrubar aviões comerciais escaparam ao controlo do Estado. Muitos deles foram mais tarde recuperados na Líbia, e vários outros no Mali, na Tunísia, no Líbano, e provavelmente até na República Centro-Africana (Schroeder, 2015, pp. 3-7).

Mapa 4 Fluxos documentados de armas e pessoal armado não estatal no Sahel, 2011–17



Fonte: CAR (2017)

Fontes múltiplas indicam que o tráfico de armas provenientes do arsenal nacional líbio recuou um pouco nos últimos anos, nomeadamente devido à retomada do conflito e decorrente procura por armas na própria Líbia, ao posicionamento de forças internacionais e sub-regionais no Sahel e ao reforço do embargo de armas da ONU à Líbia em meados de 2014 (de Tessières, 2018b, p. 45). Dinâmicas de tráfico mais diversas estão agora envolvidas no suprimento da procura por armas, na sub-região (ver Mapa 4). O tráfico a partir da Líbia persiste, mas em escala muito mais limitada. No norte do Chade e do Níger, por exemplo, consiste principalmente, há algum tempo, no contrabando de pequenos números de armas individuais para atender à procura local (Tubiana e Gramizzi, 2017, p. 13; Pellerin, 2017).

O desvio de armas de arsenais nacionais permanece sendo uma das principais preocupações em outros países da região Saara-Sahel e além (UNREC, 2016, p. 22). O Boko Haram perpetrou ataques em Camarões, Níger e Nigéria com o objectivo específico de capturar equipamentos provenientes das forças estatais desses países.²² Segundo oficiais da MINUSMA, ataques a posições e comboios do exército agora representam uma fonte significativa de material militar para grupos terroristas armados, por exemplo, no norte do Mali. Complementa essa aquisição interna um tráfico contínuo de arsenais desviados de vários Estados da sub-região, inclusive da Líbia, mas também, em escala crescente, de outros países da faixa sul do Sahel.²³ Por exemplo, armas provenientes de arsenais costa-marfinenses foram recuperadas em uma variedade de países do Sahel, e provavelmente até na República Centro-Africana. Armas provenientes dos arsenais malianos também foram movimentadas para outras áreas do Sahel (CAR, 2016a, pp. 35, 43). Gana comunicou um caso relacionado com o descobrimento, a 14 de Dezembro de 2015, de um esconderijo de armas de fogo e munições, em Kumasi. Entre elas, encontravam-se 21 armas (incluindo 11 espingardas de padrão AK) e 9 450 cartuchos de vários calibres. Cinco das espingardas de padrão AK tinham marcações da CEDEAO, o que permitiu às autoridades ganesas determinar rapidamente que as armas haviam sido recentemente desviadas da Côte d'Ivoire, facto confirmado pelas autoridades costa-marfinenses em resposta a um procedimento de rastreio (Small Arms Survey e UA, 2018).

Na República Centro-Africana, foram documentadas armas anteriormente pertencentes às forças governamentais da RDC e Chade (UNREC, 2016, p. 28). Grupos armados da RDC adquiriram armas de munições provenientes do arsenal através de ataques direcionados a depósitos militares ou por meio da venda ou transferência directa de material por pessoal militar (CSNU, 2018, par. 180). Na Somália, o desvio e venda de armas estatais para grupos não estatais – para além das capturas em campo de batalha de armas pertencentes ao Governo Federal da Somália e à Missão da ONU na Somália – contribuíram para a ampliação do conjunto de armas e munições ilícitas (Carlson, 2016, p. 1). Os desvios de armas de arsenais nacionais também incluem armas perdidas ou capturadas de tropas destacadas no âmbito de operações de paz (ver Enquadramento 5).

Enquadramento 5 O extravio de armas e munições durante operações de paz

Mais de 25 organizações além da ONU empreenderam mais de 100 operações de paz no mundo todo, muitas delas em África. A vigilância do equipamento militar utilizado durante muitas dessas missões pode ser inadequada. Conseqüentemente, armas e munições de países contribuidores de tropas (PCT) podem ser extraviadas ou roubadas, ou ainda desviadas ao decorrer de patrulhas e escoltas, bem como durante operações de reabastecimento, rotação de tropas ou repatriação (Berman, Racovita e Schroeder, 2017). Em alguns incidentes consideráveis (isto é, ataques envolvendo o extravio de mais de dez armas ou mais de 500 cartuchos) documentados só no Sudão do Sul e no Sudão, soldados da paz perderam mais de 500 armas – incluindo armas de fogo curtas, espingardas automáticas, metralhadoras, lançadores de granadas, armas antitanque e morteiros – e mais de 750 000 cartuchos (Berman e Racovita, 2015). Esses números, no entanto, representam uma estimativa significativamente inferior à verdadeira dimensão do problema.

As organizações regionais que autorizam as operações de paz lançaram iniciativas para promover a melhoria das práticas atuais, a fim de prevenir extravios como o mencionado acima. A Comissão da UA, em cooperação com o Small Arms Survey, está a formular um documento descrevendo a política de gestão das armas recuperadas durante operações de apoio a paz mandatadas pela UA (ver Berman e Brehm, no prelo). Instrumentos sub-regionais também contêm obrigações relevantes para os Estados membros: tanto o Artigo 11º da Convenção da CEDEAO (CEDEAO, 2006) como o Artigo 22 da Convenção de Kinshasa (2010) exigem que as tropas dos Estados membros de ambas as regiões documentem em bancos de dados sub-regionais centralizados as armas ligeiras e munições que levam e trazem das áreas de missão (incluindo peças e componentes). A CEDEAO está a realizar consultas com os PCT da região sobre como aperfeiçoar os formulários de relatório das transferências mencionadas e das armas e munições que os soldados da paz recuperam durante as suas missões.

Os desvios de armas de arsenais nacionais representam também uma preocupação em outras sub-regiões africanas menos afectadas por conflitos armados. Reportagens em Madagáscar, por exemplo, expuseram vários casos de ex-oficiais da polícia que retiravam armas de arsenais oficiais sem as devolver, e também casos de armas de fogo desaparecidas ou roubadas de esquadras de polícia (*Madagascar Tribune*, 2012). Na África do Sul, a polícia relatou ao parlamento que 740 armas de fogo tinham sido declaradas roubadas ou perdidas por policiais durante o ano fiscal 2011/12 (Bopape, 2014, p. 13). Em alguns países da África Oriental, forças de segurança alegadamente forneceram armas e munições a pastoralistas para que protegessem certas áreas fronteiriças e se defendessem de grupos rivais de além-fronteira (Matthysen et al., 2010, pp. 16-17).

2.2.3 Desvio de armas civis

Armas civis legais incluem armas e munições na posse de uma variedade de actores, incluindo fabricantes de armas de fogo, grossistas, lojas de armas, empresas de segurança privadas, caçadores e outras pessoas físicas que são proprietárias legítimas. Essas armas também podem ser roubadas ou desviadas para actores não autorizados, contribuindo assim para o crime e a violência armados (Bevan, 2008, p. 62). É difícil medir o grau de desvio de armas civis em África, pois poucos países publicam estatísticas nacionais sobre o assunto. Além do mais, os dados disponíveis podem ser inferiores à verdadeira dimensão do problema, uma vez que os proprietários de armas de fogo que as perdem talvez não declarem as suas perdas, sistematicamente, à polícia.

Uma fonte de informações é o Sistema de Gestão e Registo de Armas Ilícitas da Interpol (iARMS). Agências policiais no mundo todo podem registar informações pormenorizadas sobre armas de fogo declaradas extraviadas, roubadas, traficadas ou contra-bandeadas, nesse banco de dados. Isso, por sua vez, possibilita verificar-se se as armas apreendidas ou recuperadas por oficiais da lei, em qualquer país, estavam registadas no iARMS. Podem-se assim obter pistas que ajudem a investigar a cadeia de custódia de determinada arma. Em Outubro de 2017, 12 países africanos tinham fornecido estatísticas sobre armas de fogo roubadas e extraviadas ao iARMS, desde o seu lançamento em princípios de 2013. Aí estão incluídos dados sobre ao todo 424 armas de fogo – principalmente armas de fogo curtas, seguidas de espingardas de caça e carabinas. 48 delas haviam sido roubadas e 376 extraviadas. A maioria dessas armas de fogo foi registada por serviços policiais da África Austral, a segunda categoria eram armas registadas por países da África Ocidental e África Oriental. Por outro lado, nenhum país da África Central e do Norte de África submeteram declarações ao iARMS durante este período (ver Tabela 5).²⁴ Além disso, o iARMS contém registos de armas de fogo extraviadas ou roubadas tanto de forças nacionais de segurança como de proprietários civis. Embora não tenha sido possível obter dados discriminados para este estudo, segundo relatórios de oficiais da Interpol, na África Ocidental, as armas de fogo registadas no iARMS provêm, em sua maioria, de arsenais nacionais.²⁵ Percebe-se que, embora crescente, a participação no iARMS segue parcial. Logo, não se pode considerar que esses números representem a verdadeira dimensão dos extravios e roubos de armas de fogo no continente.

Outras informações valiosas, no entanto, demonstram que o desvio de armas civis pode ser significativo e, em alguns casos, até mais do que o desvio de armas de arsenais nacionais. Na África do Sul, por exemplo, durante o ano fiscal de 2015/16, em média, 20 armas de fogo por dia foram roubadas de proprietários particulares (por outras palavras, mais de 7 000 armas por ano), contra uma média de 2 armas de fogo roubadas da polícia por dia (GFSA e ISS, 2017). Reportagens sugerem que as quadrilhas criminosas do país têm como alvo para o roubo de armas não somente proprietários particulares, mas também guardas de segurança privados (Wicks, 2018).

Tabela 5 Armas de fogo declaradas perdidas ou roubadas no banco de dados iARMS por sub-região africana, 2013-Outubro de 2017, por sub-região da ONU

Sub-região da ONU*	Nº total de armas de fogo registadas no iARMS	Armas de fogo roubadas	Armas de fogo perdidas	Principais calibres	Principais tipos
África Austral	372	29	343	9 mm Calibre 12 9 mm PAR 7,65 mm 7,62 mm	Armas de fogo curtas, espingardas de caça, carabinas
África Oriental	10	10	0	Calibre 12 7,62 mm	Armas de fogo curtas, espingardas de caça
África Ocidental	42	9	33	7,62 mm 22 mm 9 mm	Armas de fogo curtas
Total	424	48	376		

* Os agrupamentos desta tabela baseiam-se nas sub-regiões africanas designadas pela UNSD, reproduzidas no Anexo 1.

Fonte: Comunicação por escrito com oficial da Interpol, Outubro de 2017

Há também provas de grupos armados que utilizam armas civis, nomeadamente munições para espingardas de caça. Incluídas aí estão munições de caça fabricadas legalmente na República do Congo e no Mali, que em seguida chegaram às mãos de forças não-governamentais e de grupos criminosos em outros lugares da região (Holtom e Pavesi, 2018b).

Munições para espingardas de caça importadas de outras regiões e destinadas ao mercado civil em África também foram contrabandeadas mais tarde para países que se encontram sob embargo de armas da ONU. Por exemplo, em Fevereiro e Abril de 2014, autoridades alfandegárias na República Centro-Africana, com o apoio da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana liderada por países africanos, apreenderam várias caixas de munições calibre 12 de fabrico espanhol na fronteira dos Camarões, que aparentemente se destinavam a combatentes de milícias anti-Balaka. Inquéritos por parte do Painel de Peritos da ONU revelaram que as munições tinham sido expedidas desde Espanha num lote de 528 000 cartuchos para um vendedor registado de armas de fogo em laundé, Camarões, a 9 de Janeiro de 2014. Embora o vendedor tenha assinado um termo de compromisso relativo ao utilizador final para uso exclusivo nos Camarões, alguns dos cartuchos chegaram a ser apreendidos na

República Centro-Africana somente semanas mais tarde (CSNU, 2014b, Anexo 18). Milícias anti-Balaka na República Centro-Africana utilizaram munições para espingarda de caça, às vezes alteradas para disparar chumbos letais ou projéteis revestidos (CAR, 2015; 2017; CSNU, 2014b, Anexo 18).²⁶ Tais casos ilustram a forma como munições destinadas ao mercado civil podem ser muito rapidamente desviadas para o uso em áreas de conflito, até mesmo pouco tempo após uma importação autorizada.

2.3 Fontes de armas já ilícitas

Além de armas que foram desviadas da esfera legal, há ao menos duas fontes de armas já ilícitas (isto é, armas que nunca tiveram o estatuto de armas legais) em circulação no continente africano. São elas: a fabricação caseira ou artesanal sem licença de armas de fogo; e a conversão ilícita de imitações de armas de fogo em armas para fins letais.

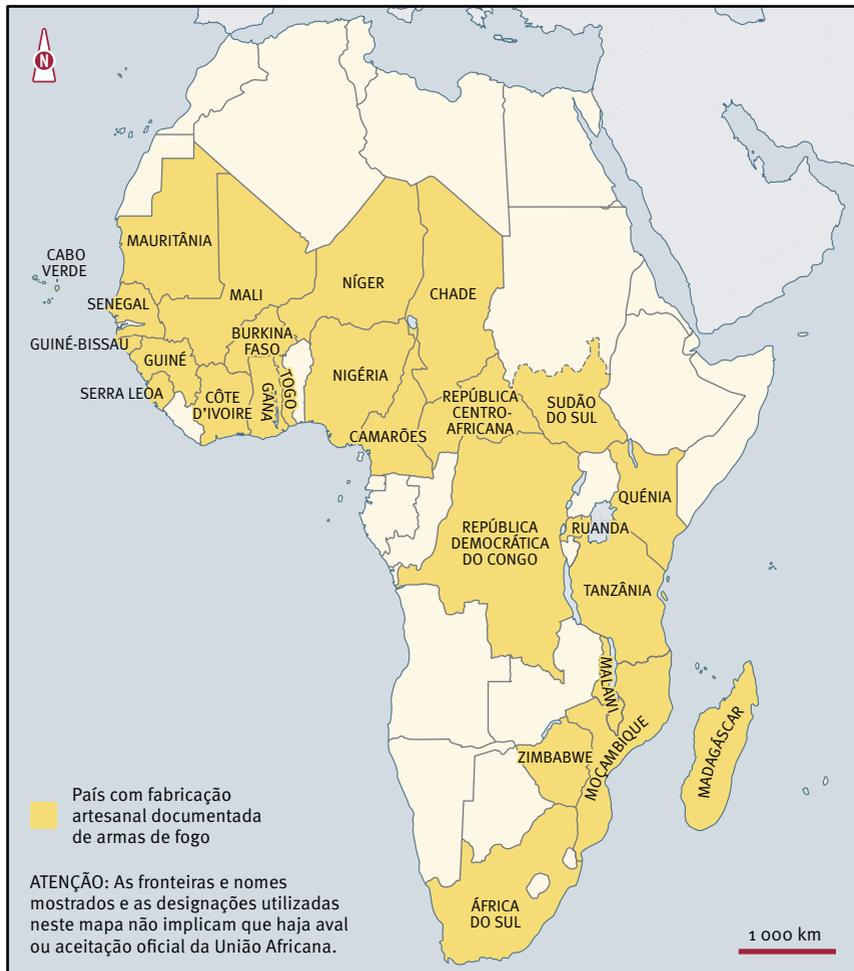
2.3.1 Fabricação artesanal

A fabricação artesanal de armas ligeiras consiste na fabricação manual de armas fora do controlo do Estado, em pequenas quantidades e com capacidade reduzida, (Berman, 2011, p. 1; Nowak e Gsell, 2018, p. 4). De maneira geral, acredita-se que a maioria dos países abrigue algum grau de fabricação artesanal (RECSA, 2013, p. 29). O presente projecto conseguiu recolher relatórios sobre fabricações artesanais de armas ligeiras em pelo menos 26 países no continente, cobrindo a maioria das sub-regiões (Mapa 5). Trata-se, muito provavelmente, de uma sub-representação da distribuição geográfica dessa actividade, refletindo mais a realidade dos países em que se realizaram investigações específicas para documentar a fabricação artesanal armas de fogo.

De maneira geral, a fabricação artesanal destaca-se como sendo a segunda fonte mais proeminente de armas ilícitas para os países que responderam o questionário. Ainda assim, apresenta-se bem atrás das transferências transfronteiriças terrestres ilícitas. Sete países declararam a presença desse tipo de fabricação no seu território,²⁷ enquanto cinco declararam ter apreendido ou recuperado tais armas desde 2011.²⁸ A Côte d'Ivoire e a Serra Leoa classificaram a fabricação artesanal interna como sendo a fonte mais significativa de armas ilícitas nos seus países (para a Côte d'Ivoire, a fabricação artesanal ocupou o primeiro lugar juntamente com os fluxos transfronteiriços terrestres), enquanto a Guiné declarou serem a sua principal preocupação as transferências transfronteiriças ilícitas de armas artesanais por terra. Outros seis países²⁹ apontaram a fabricação artesanal interna como sendo a segunda fonte mais proeminente de armas ilícitas (Small Arms Survey e UA, 2018).

A proliferação de armas artesanais está mais bem documentada na África Ocidental, com estudos aprofundados realizados nomeadamente na Côte d'Ivoire, Gana e Nigéria

Mapa 5 Fabricação artesanal documentada de armas ligeiras, 2011-2018



Fontes (por conjuntos sub-regionais designados pela UNSD): **África Ocidental:** Burkina Faso (UNREC, 2016, p. 21); Cabo Verde (Mack, 2017, p. 7); Côte d'Ivoire (Small Arms Survey e UA, 2018); Gana (Small Arms Survey e UA, 2018; Pokoo, Aning e Jaye, 2014, p. 35); Guiné (Small Arms Survey e UA, 2018); Guiné-Bissau (Mack, 2017, p. 7); Mali (Small Arms Survey e UA, 2018; UNREC, 2016, p. 21); Mauritânia (Pézard e Glatz, 2010, p. 37); Níger (Pellerin, 2017, p. 9; de Tessières, 2017); Nigéria (UNREC, 2016, p. 35; Nowak e Gsell, 2018); Senegal (Small Arms Survey e UA, 2018; UNREC, 2016, p. 37); Serra Leoa (Small Arms Survey e UA, 2018); Togo (UNREC, 2014, p. 56). **África Central:** Camarões (UNREC, 2016, pp. 21, 26); República Centro-Africana (UNREC, 2016, p. 28); Chade (UNREC, 2016, p. 29); RDC (RECSA, 2013, p. 23; Berghezian, 2015). **África Oriental:** Quênia (RECSA, 2013, p. 56); Madagáscar (Small Arms Survey, 2011, p. 181); Malawi (RECSA, 2013, p. 71); Moçambique (Mack, 2017, p. 7); Ruanda (RECSA, 2013, p. 85; Munyengango, 2016); Sudão do Sul (CSNU, 2017a, p. 41); Tanzânia (Small Arms Survey e UA, 2018); Zimbabue (RECSA, 2013, p. 156). **África Austral:** África do Sul (South Africa Today, 2018)



Pistola de fabrico artesanal em localidade não divulgada, Nigéria.
Fonte: Matthias Nowak/Small Arms Survey

(ComNat-ALPC, 2017; Nowak e Gsell, 2018). Em Gana armas artesanais estão envolvidas em 80% dos crimes relacionados com armas de fogo, segundo o Ghana Police Service (Small Arms Survey e UA, 2018). Na Nigéria, é comum a posse de armas de fabrico artesanal: corresponde a 17% dos proprietários rurais de armas, contra 10% dos proprietários de armas nas cidades (Nowak e Gsell, 2018, p. 3).

As armas fabricadas variam desde armas de caça rudimentares e tradicionais até armas de fogo mais sofisticadas, incluindo cópias de espingardas de assalto, além de munições caseiras (Assanvo, 2017; Nowak e Gsell, 2018, p. 3; UNREC, 2016, p. 35). Armas de fogo artesanais são fabricadas em oficinas clandestinas, pequenas empresas e residências privadas. A fabricação artesanal parece estar particularmente concentrada na África Ocidental, onde a maioria dos países parece abrigar fabricantes artesanais. Existem capacidades na África Central, mas parecem ser mais limitadas. A natureza e extensão das capacidades de fabricação artesanal são menos conhecidas na África Oriental e África Austral, embora haja lá informações sobre o uso de armas artesanais para a caça, inclusive a caça ilegal (RECSA, 2013, p. 71).

O acesso fácil e o preço (armas artesanais chegam a custar quatro vezes menos do que os seus equivalentes de fabrico industrial) tornam as armas de fogo artesanais bastante atraentes para fins de autoproteção. Factores culturais também alimentam a procura, especialmente em áreas com um historial orgulhoso de fabricação de armas ou onde a propriedade de armas constitui símbolo de prestígio. Contudo, a fabricação artesanal é também uma fonte de armamento para grupos armados e criminosos, incluindo organizações designadas terroristas como o Boko Haram (Nowak e Gsell, 2018, p. 3).

A maior parte da fabricação artesanal é realizada fora do controlo do Estado. Organizações sub-regionais observaram uma carência geral de regulações relativas aos registos e marcações de armas ligeiras artesanais. Somente três países africanos possuem medidas legislativas explícitas sobre a marcação de armas ligeiras artesanais (RECSA, 2013, pp. 22-23). Dos sete países que comunicaram a existência de fabricação artesanal nas suas respostas ao questionário do Small Arms Survey-UA, quatro indicaram que a prática não era regulada, enquanto três indicaram que ela pode ser registada ou licenciada (Small Arms Survey e UA, 2018).

As políticas focadas essencialmente na criminalização da fabricação artesanal apresentam o risco de conduzir os fabricantes ainda mais à clandestinidade, enquanto também devem impactar economias locais. Especialistas observaram que o combate a esse problema requer o desenvolvimento de estratégias holísticas ainda que específicas ao contexto, que aliem uma série de medidas para ajustar o dispositivo regulamentar, combater os factores da procura e pôr a oferta sob maior controlo do Estado (Nowak e Gsell, 2018, pp. 14-17).

2.3.2 Conversão ilícita de imitações de armas de fogo

Imitações de armas de fogo são objectos que se parecem com armas de fogo verdadeiras, sobretudo com armas curtas, tanto na aparência como na acção, mas que são projectadas para fins não letais. Algumas, como as armas de salva, podem disparar cartuchos sem bala. Já outras podem talvez disparar chumbinhos de plástico ou metais ligeiros. Alguns modelos de imitações de armas de fogo revelaram-se fáceis de se converter para disparar munições verdadeiras, sem exigir habilidades ou ferramentas especializadas. Tais modelos são frequentemente descritos como sendo “facilmente conversíveis”. Isso tem-se observado particularmente em algumas pistolas de alarme de fabrico turco, que regularmente são apreendidas já convertidas na Europa, mas também no continente africano (Florquin e King, 2018, pp. 19, 27-30). Tal qual as armas de fogo ligeiras, armas de fogo convertidas custam apenas uma fração – podendo descer a um décimo – do preço dos equivalentes letais, o que torna armas curtas ilícitas mais acessíveis.

Há cada vez mais provas da circulação de imitações de arma de fogo em todo o continente africano. Alguns países parecem ter mercados regulados relativamente grandes para imitações de armas. Um vendedor no Sudão, por exemplo, declarou aos observadores da ONU que, em média, vendia 1 500 armas de tiro sem bala todos os anos. O preço por grosso para cada arma é cerca de USD 9, ao passo que o preço a retalho no Sudão é USD 130-150. As armas convertidas são vendidas por USD 200 no mercado ilícito (CSNU, 2017e, par. 14-17).

Inicialmente, a proliferação de imitações de arma de fogo era significativa sobretudo no Norte de África, e especialmente na Líbia, onde tanto comerciantes como utilizadores finais, inclusive grupos armados, as convertiam (Jenzen-Jones e McCollum, 2017, p. 15; King, 2015, pp. 7-8; CSNU, 2017b, p. 64, Anexo 46). Importantes remessas de armas de alarme facilmente conversíveis vindas da Turquia foram interceptadas em ou a caminho de Djibuti, Egípto, Líbia, Somália e Sudão (King, 2015, pp. 7-8). Está aí incluída a apreensão anteriormente mencionada de não menos que 25 000 pistolas de alarme turcas em 2017 no porto de Kismayo, Somália (CSNU, 2017e, par. 14-17). A partir dessas localidades, parecem ter sido contrabandeadas por terra e apreendidas já convertidas numa série de países limítrofes, incluindo no Quênia, Níger e Somália (Pellerin, 2017; King, 2015, pp. 7-8). Outros inquéritos do Small Arms Survey revelaram a circulação de imitações de armas de fogo curtas no Burquina Faso, Chade, Gana, Guiné, Maurítânia, República Centro-Africana e Zimbábwe (Florquin e King, 2018, p. 29; Small Arms Survey e UA, 2018).

Essa lista não se baseia numa avaliação sistemática, que exigiria consultas minuciosas com peritos em armas de fogo vinculados a serviços de aplicação da lei em todo o continente. De facto, é difícil para o observador leigo identificar imitações de armas de fogo, pelo qual elas podem não ser sistematicamente registadas como tal nas estatísticas das apreensões a nível nacional. Consequência disto é o importante desafio que representa medir a extensão verdadeira do problema. Em virtude dos desafios levantados por este tipo de armas em outras regiões, é de crucial importância para os países africanos examinar melhor tanto o problema propriamente dito como as brechas nas regulamentações que possam facilitar a proliferação dessas armas. Os países cuja legislação não classifica imitações de armas como sendo armas de fogos verdadeiras (e, por conseguinte, permitem a sua venda com poucas restrições), bem como organizações regionais e sub-regionais, talvez tenham interesse em adoptar padrões técnicos para garantir que os modelos a serem vendidos no continente não sejam do tipo facilmente conversíveis.³⁰ ●



Em algumas áreas, importantes lacunas de conhecimento ainda precisam de ser preenchidas; em outras, já há uma boa prática estabelecida; e há ainda outras áreas nas quais as principais prioridades são a coordenação e a implementação.”

Secção 3. Boas práticas e recomendações

Esta secção analisa as boas práticas e apresenta uma série de recomendações sobre diversas maneiras de se combaterem os fluxos de armas ilícitas no continente africano, com base nas constatações do presente estudo de investigação e contributos recebidos durante o *workshop* de validação em Adis Abeba. Parte da reunião foi dedicada às opiniões dos participantes sobre as iniciativas actuais e desejáveis para combater os seis tipos de fluxos de armas ilícitas discutidos na secção anterior. As discussões do *workshop* encontram-se resumidas no Anexo 2, que oferece exemplos de boas práticas e recomendações para a UA, organizações sub-regionais e Estados membros da UA.

A parte narrativa desta secção oferece orientações gerais, dividindo as acções recomendadas em três grandes níveis de intervenção:

- elaborar avaliações para preencher lacunas no conhecimento;
- desenvolver orientações práticas e ferramentas; e
- apoiar e coordenar a implementação dessas acções recomendadas.

Esses níveis de acção distinguem as possíveis medidas que devem ser tomadas de acordo com o que é exigido em determinado contexto. Em algumas áreas, lacunas críticas de conhecimento ainda precisam de ser preenchidas; em outras, já há uma boa prática estabelecida; e há ainda outras áreas nas quais as principais prioridades são a coordenação e a implementação.

3.1 Elaboração de avaliações para suprir lacunas de conhecimentos

Um dos objectivos deste estudo de mapeamento foi identificar importantes lacunas de conhecimentos que precisam de ser preenchidas a fim de se desenvolverem soluções baseadas em factos para combater os fluxos de armas ilícitas. Embora o estudo ofereça uma tipologia para a compreensão e categorização dos fluxos de armas ilícitas, e analise um certo número de casos concretos, é evidente que se necessita uma maior acumulação de informações em diversas áreas. A natureza fluida e adaptável desses fluxos ilícitos apresenta as seguintes implicações: tais fluxos haverão-de evoluir com o tempo; novas fontes de armas ilícitas continuarão a surgir; e serão necessários o monitoramento e a análise regulares dessas ameaças aos níveis continental, sub-regional e nacional para se garantirem respostas eficazes.

Com base neste estudo, a UA e as organizações africanas sub-regionais têm um importante papel a desempenhar na pilotagem da ampliação das investigações sobre os fluxos de armas ilícitas. As dimensões do elemento de género desses fluxos são particularmente relevantes, mas permanecem pouco compreendidas e precisam de ser

Recomendações e boas práticas*

Avaliação das lacunas*

Precisa-se de uma maior recolha de informações em várias áreas

- **Monitoramento e análise regulares de novas fontes** de armas ilícitas nos níveis continental, sub-regional e nacional.
- Realização de análises adicionais de **questões e áreas geográficas específicas, incluindo áreas não afectadas por conflitos.**
- **Comunicar informações** sobre fluxos de armas ilícitas em África para entidades interessadas que possam ter algum impacto.
- Adquirir uma melhor compreensão das **dimensões de género** dos fluxos de armas ilícitas, e solucioná-las.
- Adquirir uma melhor compreensão dos **factores de procura** que impulsionam os fluxos de armas ilícitas, incluindo:
 - **As fontes de insegurança** que afligem as comunidades e as motivam a se armar, e
 - Os papéis de **populações e grupos armados fronteiriços** no tráfico, com a realização de recolha de dados em regiões fronteiriças.
- Adquirir uma melhor compreensão da escala e natureza de **tipos específicos de fluxos de armas, incluindo:**
 - A escala e distribuição geográfica de **imitações de armas de fogo ilegalmente convertidas** em África, e lacunas regulamentares conexas,
 - A identificação de medidas práticas para lidar com **armas de fogo artesanais** e realizar recenseamentos nacionais de produtores artesanais.
- Aumentar o alcance de **inquéritos residenciais sobre percepções associadas às armas ligeiras a fim de estabelecer metas mensuráveis e monitorar o progresso dos esforços** para alcançá-las.
- Utilizar **operações de apoio à paz** como fonte potencial de dados e estatísticas sobre os fluxos de armas ilícitas para complementar os esforços dos Estados membros da UA.



Orientações práticas*

Desenvolver ferramentas e orientações práticas elaboradas especificamente para o contexto africano

- Desenvolver directrizes que ajudem **agentes de gestão de arsenais** a antecipar e gerir melhor os impactos em função do género de **intervenções para a gestão de armas e munições.**
- Considerar **programas de marcação de armas** e os tipos de máquinas de marcação mais adaptadas para manter registos electrónicos na região.
- Considerar **o aumento de iniciativas fronteiriças conjuntas.**
- Considerar **medidas de valor para o controlo de armas**, tais quais:
 - **Programas de recolha de armas civis** (incluindo amnistias, troca de armas por projectos de desenvolvimento e DDR),
 - **Controlos de utilização e utilizador finais** sub-regionais e nacionais, e
 - Mecanismos sub-regionais para rastrear e monitorar **actividades de corretagem.**
- Desenvolver orientações que simplifiquem e garantam a acessibilidade dos procedimentos para registar armas em posse legal e fabricantes de armas artesanais a fim de aumentar **o número de registos.**
- Registrar informações **sobre armas recuperadas**, incluindo aquelas marcadas para serem destruídas.
- Considerar a **compilação e divulgação de uma lista das normas e directrizes regionais e sub-regionais existentes para o controlo de armas**, que também identifique as principais lacunas.



*Fonte: Baseado nos contributos dos participantes do workshop de validação, realizado na sede da UA, em Adis Abeba, 19-20 de Setembro de 2018.

Apoiar e coordenar a implementação*

Níveis internacional, regional e nacional



Nível internacional

- Incentivar os principais exportadores de armas de África a declarar as suas exportações se já não o fazem, a fim de ajudar a prevenir desvios de transferências.
- Estabelecer um diálogo com os fabricantes de imitações de armas de fogo a fim de garantir que os artigos que exportam para África atendam às normas técnicas para prevenir a sua conversão em armas de fogo letais.
- Instruir exportadores sobre a existência de mecanismos sub-regionais de controlo de utilização e utilizador finais.



Nível regional

- Reforçar a cooperação e troca de informações, incluindo o seguinte:
 - Criando bancos de dados nacionais e sub-regionais para monitorar as tendências e facilitar os esforços de rastreio — identificando o ponto de desvio,
 - Aumentando a troca de informações através do uso de plataformas existentes,
 - Incentivando transparência e prestação de informações em geral.
- Promovendo operações conjuntas de aplicação da lei para desmantelar redes de tráfico de armas ilícitas de maneira mais regular — talvez mesmo permanente.



Nível nacional

- Coordenar os esforços de assistência e desenvolvimento de capacidades para que atendam melhor às necessidades manifestadas pelas autoridades nacionais.
- Utilizar os perfis dos países compilados para este relatório a fim de identificar prioridades nacionais e efectuar uma melhor correspondência entre necessidades e recursos disponíveis.
- Apoiar iniciativas de desenvolvimento de capacidades, incluindo:
 - A harmonização de legislações nacionais;
 - A certificação de que a legislação nacional aborde produção artesanal e imitações de armas de fogo;
 - A implementação e aplicação de embargos de armas;
 - A oferta de formações para combater o tráfico tanto terrestre como aquático;
 - A facilitação do acesso à assistência internacional; e
 - O desenvolvimento das capacidades das instituições forenses nacionais para rastrear armas ilícitas.



*Fonte: Baseado nos contributos dos participantes do workshop de validação, realizado na sede da UA, em Adis Abeba, 19-20 de Setembro de 2018.

Enquadramento 6 Dimensões de género dos fluxos de armas ilícitas

Dados repartidos por género no contexto da violência armada são particularmente escassos em África, o que impede avaliações da extensão e natureza dos impactos por género das armas ligeiras no continente. Estima-se que, em 2016, 84% das vítimas de morte violenta em todo o mundo foram homens e rapazes. Com base nas informações disponíveis, também se encontram mais homens e rapazes nas estatísticas relativas à África. No entanto, no mundo todo, mulheres e raparigas continuam a ser as principais vítimas de homicídios resultantes de violência conjugal, e a presença de armas de fogo é considerada um importante factor de risco para esse tipo de violência (Mc Evoy e Hideg, 2017, pp. 63-65). Embora não haja estatísticas fiáveis disponíveis para todas as sub-regiões, estima-se que a África Austral apresente a maior taxa de mortalidade feminina por causas violentas do mundo, com uma média de 9,4 por 100 000 mulheres durante o período de 2011-16 (Mc Evoy e Hideg, 2017, p. 65).

São necessárias uma prestação de informações e investigações mais sistemáticas para que se possa estabelecer um quadro pormenorizado das dimensões da violência por armas de fogo no que toca ao género. Além do mais, os impactos negativos das armas ligeiras estendem-se para além da segurança física, afectando também as esferas social e económica. Os participantes do *workshop* para a validação deste estudo, por exemplo, destacaram a urgente necessidade de se desenvolverem directrizes para ajudar os implementadores a compreender, antecipar e abordar os impactos por género das medidas para controlar os fluxos e para gerir os arsenais de armas e munições.

Da mesma maneira, são necessárias mais informações para se compreenderem o recrutamento, função, meios e motivações das mulheres e raparigas envolvidas no tráfico de armas ligeiras. Embora muitas vezes se suponha que são os homens os principais actores nesse tipo de tráfico, este relatório assinalou casos em que mulheres estiveram directamente envolvidas no contrabando de armas e munições através de fronteiras, como por exemplo aqueles relatados pela Uganda e pelo Painel de Peritos da ONU sobre a República Centro-Africana (Small Arms Survey e UA, 2018; CSNU, 2014b, Anexo 18).

Por fim, as funções de mulheres e raparigas como agentes de mudança poderiam ser mais reconhecidas e apoiadas. Na Líbia, o Serviço de Acção Anti-Minas da ONU, em cooperação com o Small Arms Survey, vem apoiando mulheres que estão a actuar na conscientização das suas comunidades sobre os riscos relacionados às armas ligeiras e sobre as medidas de controlo, por meio de sessões de instrução sobre os riscos, da distribuição de materiais de conscientização e de programas de rádios (UNSMIL, 2017). A necessidade de melhorar a participação das mulheres nos processos de decisão em todos os níveis também tem sido um tema frequente nas discussões que visam a reforçar a implementação de instrumentos de controlo de armas ligeiras.³¹ Para este fim, o Small Arms Survey, em cooperação com especialistas nas áreas de controlo de armas e de género, está a desenvolver um “Manual sobre Género e Controlo de Armas” (*Gender and Arms Control Handbook*), destinado a facilitar a participação total, igualitária e significativa de elaboradores de política e profissionais de ambos os géneros nos esforços, a nível internacional, para o controlo de armas.³² Em África, compreender e tratar das múltiplas dimensões dos fluxos de armas ilícitas serão essenciais para se levar a cabo com êxito a pauta Silenciar as Armas.

estudadas (ver Enquadramento 6). Da mesma maneira, a compreensão actual dos factores de procura que impulsionam esses fluxos permanece irregular, incluindo as fontes da insegurança que aflige comunidades e as motiva a se armarem, e o papel das populações fronteiriças e grupos armados no tráfico. A recolha de dados em regiões fronteiriças pode fornecer conhecimentos valiosos para a elaboração de políticas públicas. A investigação com grupos de foco em comunidades pastoraisistas no Chifre da África mostrou que, se as populações fronteiriças consideravam as armas de fogo importantes instrumentos de autoproteção, elas também reconheciam os perigos inerentes às armas. Os membros da comunidade consultados para o presente estudo propuseram uma série de medidas para a redução do mau uso de armas ligeiras, inclusive programas de desarmamento, formações sobre o armazenamento seguro e iniciativas alargadas pacificadoras, sociais e educacionais (Wepundi et al., 2014, pp. 1-2).

Certas questões e áreas geográficas específicas também necessitam análises adicionais. Os conhecimentos actuais sobre as fontes e rotas do tráfico são mais extensos



Evento na Sede da ONU sobre o tema “Estruturas conjuntas UA-ONU para parcerias reforçadas nas áreas de paz e segurança e para a implementação das Pautas 2063 e 2030 da África da política à implementação”.

Fonte: Rick Bajornas/UN Photo

em áreas afectadas pelo conflito armado ou sujeitas a embargos de armas, por causa da maior atenção internacional que se dá a tais contextos. Reforçar os conhecimentos sobre fluxos de armas ilícitos em áreas não afectadas por conflitos pode ajudar a identificar problemas – e soluções aplicáveis – que sejam relevantes para um maior leque de cenários. Da mesma maneira, existe a necessidade de se compreenderem melhor a escala e natureza de tipos específicos de fluxos de armas. Isto inclui a escala e distribuição geográficas das imitações de armas de fogo ilícitamente convertidas em África, e as lacunas regulamentares conexas. Em matéria de fabricação artesanal, os participantes do *workshop* enfatizaram a necessidade de se considerar a possível formulação de normas de fabricação e segurança para armas de fogo artesanais. De facto, tais normas ajudariam os Estados a determinarem se e quando regulariam a prática. Participantes também assinalaram a boa prática de se recensarem os fabricantes artesanais, como um primeiro passo para a avaliação da extensão e natureza do fenómeno e o desenvolvimento de opções de solução.

A nível nacional, este relatório assinala que somente dez países no continente realizaram inquéritos residenciais sobre percepções em torno das armas ligeiras, apesar da utilidade de tais inquéritos para melhorar os conhecimentos de qualquer país sobre posses lícitas e ilícitas de armas de fogo. Quando fazem parte das avaliações básicas nacionais, esses inquéritos têm também ajudado a estabelecer os fundamentos para políticas nacionais e planos de acção abrangentes, formulados para enfrentar desafios relacionados às armas ligeiras. Como importante ferramenta na elaboração de políticas, poderiam ser mais promovidos por todo o continente e utilizados mais sistematicamente para estabelecer metas mensuráveis e monitorar o progresso dos esforços para alcançá-las.

Operações de apoio à paz são mais uma fonte em potencial de dados e estatísticas sobre os fluxos de armas ilícitas, que complementaria os esforços dos Estados membros da UA. Resoluções do CSNU forneceram um dispositivo para o monitoramento de embargos por missões de manutenção da paz da ONU, bem como mandatos para que missões específicas monitorem as armas ilícitas ou apoiem o trabalho de monitoramento de embargos por parte dos painéis ou grupos de peritos da ONU (Anders, 2018, p. 3). Contudo, muitas vezes, tais missões desconhecem o seu potencial de contributo à luta contra os fluxos de armas ilícitas, ou não dispõem do pessoal técnico necessário para executar essa função integralmente (Anders, 2018, p. 3). Em alguns casos, por razões de confidencialidade, talvez não possam fornecer registos pormenorizados das armas e munições recuperadas a actores que não pertençam ao sistema da ONU.³³

Suprir lacunas de conhecimentos importantes também implica comunicar informações sobre o fluxo de armas ilícitas em África para entidades interessadas que possam ter algum impacto. Isso pode incluir a divulgação dos resultados do presente estudo aos níveis sub-regional, regional e internacional. Os participantes do *workshop* sugeriram,

por exemplo, que a UA cooperasse com o Mecanismo da UA para a Cooperação Policial (AFRIPOL) a fim de partilhar informações sobre armas ilícitas entre os seus países membros e promover métodos comuns de combate a esse problema.

3.2 Desenvolvimento de orientações práticas e ferramentas

Como o Anexo 2 ilustra, os Estados membros implementaram uma série de iniciativas para enfrentar os fluxos de armas ilícitas. Esse facto reflete-se no número de organizações sub-regionais em operação no continente mandatadas pelos seus Estados membros para trabalhar em um ou vários aspectos do problema das armas ligeiras. Em 2016, por exemplo, o Small Arms Survey identificou 52 organizações regionais de todo o mundo que trabalham na implementação do PoA da ONU sobre armas ligeiras, 22 delas sediadas em África (Berman e Maze, 2016, p. 7). Contudo, as abordagens



Destuição de armas recolhidas organizada pelo Serviço de Polícia da Zâmbia no quartel-general em Lusaca.
Fonte: Khristopher Carlson/Small Arms Survey

existentes apresentam variados níveis de maturidade, no que respeita à identificação das lições aprendidas. Provavelmente, a melhor prática mais estabelecida seja no campo das medidas que visam a melhorar a gestão de armas e munições de propriedade estatal, de acordo com normas internacionais como o Compêndio de Módulos para a Implementação do Controlo de Armas Ligeiras (MOSAIC) e as Directivas Técnicas Internacionais sobre Munições (IATG). Isto resulta, em grande parte, do apoio internacional substancial fornecido a iniciativas de gestão de arsenais.

Contudo, o próprio sector de gestão de munições beneficiaria do desenvolvimento de ferramentas e orientações práticas especificamente elaboradas para o contexto africano. Isto vale especialmente para situações precisas que tornam os arsenais estatais muito vulneráveis a desvios. Por exemplo, os participantes do *workshop* frisaram a necessidade de se desenvolverem protocolos que permitam aos soldados da paz auxiliar os países de acolhimento a proteger os seus arsenais em situações de conflito. Também recomendaram o desenvolvimento de directrizes que ajudem gestores de

Enquadramento 7 Mudanças na paisagem DDR

A maioria dos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) implementados até hoje se concentraram em África. Tornaram-se uma ferramenta importante no combate aos fluxos de armas ilícitas por todo o continente. De facto, o Roteiro da UA identifica programas eficazes de DDR como sendo uma das medidas principais para se levar a cabo com êxito a pauta Silenciar as Armas (UA, 2016, pp. 11-12).

Se governos nacionais conduziram um pequeno número de programas de DDR em África, a vasta maioria deles foram dirigidas e organizadas pela ONU, fazendo parte de uma série mais ampla de medidas destinadas a solucionar os desafios de segurança em contextos de conflito e pós-conflito. As abordagens à gestão de armas e munições segundo a estrutura de DDR evoluíram extremamente nos últimos 30 anos. Os programas de DDR estão a ser cada vez mais desenvolvidos em contextos caracterizados por números crescentes de grupos armados e níveis agudos de proliferação de armas, nos quais há conflitos e violência em curso, inclusive terrorismo, e nos quais os acordos de paz ou não existem ou são apenas parcialmente aplicados.

Essas configurações exigem abordagens programáticas inovadoras e um controlo abrangente das armas, associados a DDR. Reconhecendo isto, o Departamento da ONU de Operações de Manutenção da Paz e o Gabinete da ONU para os Assuntos de Desarmamento prepararam juntos um manual para auxiliar os agentes de DDR a desenvolverem e implementarem actividades sobre armas e munições nos níveis tanto programático como técnico (de Tessières, 2018a). As boas práticas seguintes foram desenvolvidas para certos ambientes de DDR e deveriam ser aplicadas mais ampla e intensivamente:

- a análise mais minuciosa da propriedade de armas entre actores armados e o ambiente de segurança conexo;

- a recolha e gestão contínuas de dados, incluindo registos de armas, a fim de elaborar e monitorar a implementação de programações relevantes ao contexto;
- a troca de práticas boas e inovadoras em vários programas de DDR africanos, especialmente em ambientes que carecem de acordos de paz e/ou afetados pelo terrorismo, e onde o desarmamento pode não ser realizável;
- o uso de critérios de elegibilidade relevantes ao contexto para garantir que armas utilizáveis sejam recolhidas, ao mesmo tempo que se previne a exclusão de categorias específicas de combatentes, incluindo mulheres e crianças;
- a criação de dispositivos jurídicos e institucionais nacionais e a adopção de procedimentos operacionais padrões (SOPs) para a gestão de armas e munições, a fim de garantir uma aplicação consistente das boas práticas e uma redução dos riscos que afetem a gestão de armas, munições e explosivos relacionadas ao DDR;
- onde for apropriado e em contextos que não permitam o desarmamento, o desenvolvimento da capacidade dos actores armados, inclusive não estatais, de gerirem correctamente armas e munições;³⁴
- a identificação e eliminação de materiais militares de maior calibre, inclusive armas ligeiras e pesadas e suas respectivas munições, bem como de explosivos. Estes tipos de armas vêm-se tomando cada vez mais frequentes em conflitos recentes e exigem POP específicos bem como instalações logísticas;
- a destruição de armas e munições recolhidas durante o DDR, a fim de reduzir os riscos de desvio e de explosões não planeadas, e de evitar custos desnecessários de armazenamento;
- a identificação exacta, a marcação sistemática e o registo de todos os materiais militares do DDR, com vista à prevenção ou à identificação de desvios; e
- a partilha de dados com órgãos internacionais relevantes, tais como os painéis de peritos da ONU que monitoram os embargos de armas, a Interpol, ou organizações de investigação especializadas, a fim de apoiar a detecção das transferências ilícitas e o uso de materiais militares do DDR em actividade criminosa.

Fonte: de Tessières (2018a; 2018c)

arsenais a antecipar melhor os impactos das intervenções de gestão de armas e munições nas populações em função do género. Além do mais, embora as avaliações tenham ajudado a identificar aprendizados a partir dos programas de marcação de armas e dos tipos de máquinas de marcação mais adaptadas, os países continuam a enfrentar problemas de armas por todo o território, bem como dificuldades a manter os registos electrónicos actualizados (Bevan e King, 2013).

Iniciativas fronteiriças conjuntas representam outra nova área de boas práticas que parece precisar da elaboração de orientações sub-regionais ou regionais. Tais iniciativas incluem a criação de comissões fronteiriças conjuntas, de comitês transfronteiriças, de comissões tripartidas e quadripartidas e de estratégias de segurança transfronteiriças sub-regionais. Embora muitas vezes seja difícil medir os impactos desses mecanismos

sobre os fluxos de armas transfronteiriços, os retornos episódicos de algumas comunidades fronteiriças afectadas têm sido positivos. A Força Fronteiriça Conjunta do Chade e do Sudão, por exemplo, ainda que não consiga patrulhar todos os 700 quilómetros da fronteira em comum, conseguiu conquistar a confiança das populações locais focando nas áreas da fronteira mais povoadas e fornecendo assistência médica e educacional a essas comunidades. Esses esforços conduziram à prisão de traficantes de armas e produtos da flora e da fauna selvagens (Faltas, 2018, pp. 6, 15, 22). ONGs como o Danish Demining Group (DDG) também têm apoiado comunidades locais trabalhando na neutralização de tensões de ambos os lados da fronteira entre a Tunísia e a Líbia.³⁵ Sistematizar as lições aprendidas e elaborar orientações práticas baseadas nessas e em outras iniciativas semelhantes no continente beneficiaria organizações sub-regionais e Estados membro da UA que se encontram a desenvolver estratégias para combater o tráfico transfronteiriço.

Outras medidas merecedoras de crédito identificadas neste estudo incluem os programas de recolha de armas civis (inclusive anistias, a troca de armas por projectos de desenvolvimento e DDR – ver Enquadramento 7), controlos sub-regionais e regionais de utilização e utilizador finais (ver Enquadramento 8) e mecanismos sub-regionais para rastrear e monitorar actividades de corretagem. Os participantes do *workshop* também ressaltaram a necessidade de uma orientação que simplifique e garanta a acessibilidade dos procedimentos para registar legalmente armas possuídas e fabricantes artesanais de armas a fim de aumentar o número de registos. Também recomendaram que autoridades nacionais registassem informações básicas sobre as armas recuperadas e marcadas para serem destruídas, de forma a deter desvios e gerar informações sobre as armas que são desviadas, sempre preservando a confidencialidade habitualmente oferecida aos proprietários de armas em períodos de anistia.

Ao mesmo tempo que consolida orientações práticas para o continente africano, um actor regional como a UA poderia compilar e divulgar uma lista das normas e directrizes de controlos regional e sub-regional existentes, que também identificasse as principais lacunas em tais normas e directrizes.

3.3 Apoiar e coordenar a implementação

Não existe escassez de instrumentos continentais e sub-regionais em África para reduzir os fluxos de armas ilícitas. O cumprimento desses compromissos, inclusive através de uma coordenação eficaz e do desenvolvimento de capacidades, deve, portanto, servir de base para os esforços necessários à realização da pauta Silenciar as Armas.

A nível internacional, os órgãos políticos da UA, sobretudo o CPS, podem desempenhar um papel importante no contacto com agentes exteriores a fim de superar os desafios enfrentados pelos Estados membros da UA. Isso poderia incluir, por exemplo, incentivar os principais exportadores de armas a declararem as suas exportações de

Enquadramento 8 O mecanismo da Convenção da CEDEAO para o monitoramento da utilização e utilizador finais³⁶

Os países fizeram esforços significativos para fortalecer os sistemas nacionais e sub-regionais de controlo de utilização e utilizador finais, no continente africano. Para este fim, desenvolveram dispositivos normativos, processos administrativos e orientações às políticas.

Nomeadamente, a Convenção da CEDEAO proíbe as transferências de armas ligeiras e de pequeno calibre a partir de, para e através do território nacional dos Estados membros da CEDEAO.³⁷ Também estipula um procedimento de isenção para as transferências de armas, que exige a solicitação, por parte dos Estados membros, de um certificado de isenção, bem como o fornecimento, antes de qualquer transferência, da documentação de utilização e utilizador finais para a Comissão da CEDEAO. Se a solicitação de isenção for aprovada após avaliação e análise por parte da comissão e dos demais Estados membros,³⁸ uma autorização para a transferência das armas é então concedida ao Estado membro solicitante.

Segundo os termos da Convenção da CEDEAO, o Secretariado da CEDEAO deve inserir num banco de dados sub-regionais as informações contidas nos certificados de solicitação da isenção e na documentação do controlo de utilização e utilizador finais. Este sistema de banco de dados, contudo, ainda deve ser computadorizado.³⁹ Em teoria, este sistema constitui um mecanismo sub-regional de monitoramento da utilização e do utilizador finais. Na prática, a capacidade do Secretariado e dos Estados membros da CEDEAO para monitorar utilização e utilizadores finais através do mecanismo sub-regional depende, em larga medida, da aderência por parte dos países exportadores aos procedimentos da Convenção da CEDEAO relativos a: isenções, troca de informações relevantes entre Estados membros da CEDEAO, nível de centralização dos sistemas de controlo de utilização e utilizador finais nos países importadores, e documentação de utilização e utilizador finais que acompanha as solicitações de isenção. ▶

armas, se já não o fazem, a fim de identificar – e idealmente prevenir – os desvios de transferências. Outra possibilidade seria estabelecer um diálogo com os fabricantes de armas de imitação para garantir que os artigos que exportem para África respeitem os padrões técnicos que impedem a conversão delas em armas de fogo letais. Por fim, esses tipos de acções extensivas poderiam ajudar a instruir os exportadores de armas acerca da existência de mecanismos de controlo de utilização e utilizador finais (ver Enquadramento 8).

A cooperação e troca de informações a nível internacional são essenciais para o monitoramento dos fluxos de armas ilícitas, a identificação de novas ameaças, a obtenção de informações utilizáveis sobre armas, e a coordenação das acções de resposta. Na realidade, as principais convenções sub-regionais contêm disposições para o estabeleci-

► Os Estados membros da CEDEAO ainda têm de cumprir a Resolução 1467 de 2003 do CSNU, que exorta os Estados membros da ONU a introduzirem uma documentação de utilização e utilizador finais padronizada (CSNU, 2003a). A falta de harmonização na documentação de utilização e utilizador finais na sub-região África Ocidental e a persistência de sistemas de controlo de utilização e utilizador finais a nível nacional enfraquecem ainda mais a operação do mecanismo sub-regional. Até agora, três Estados membros da CEDEAO desenvolveram a sua própria documentação nacional de utilizador e utilização finais: Burquina Faso, Gana e Nigéria.⁴⁰ Contudo, a maioria dos sistemas nacionais de controlo de utilização e utilizador finais na África Ocidental está descentralizada, o que resulta na utilização, por parte de agências e ministérios nacionais de segurança e defesa de um mesmo país, de diferentes documentações de utilização e utilizador finais, sem que haja qualquer mecanismo ou autoridade para coordenar e centralizar as solicitações de isenção no âmbito da Convenção da CEDEAO. Em 2016, somente a Nigéria possuía um sistema centralizado (UNIDIR, 2016b, p. 25).

A adopção do TCA pela maioria dos Estados membros da CEDEAO oferece uma oportunidade para se aperfeiçoarem os sistemas de controlo de utilização e utilizador finais, desenvolver confiança e reforçar o controlo de armas a nível sub-regional. O TCA também identificou os desafios em matéria de coordenação interna que enfrentam certos Estados membros da CEDEAO e demonstrou que diferentes entidades nacionais são responsáveis pela implementação do TCA e da Convenção da CEDEAO. O mecanismo sub-regional de monitoramento de utilização e utilizador finais, incluindo os certificados de isenção e os procedimentos conexos, aplica-se actualmente a armas ligeiras e de pequeno calibre, suas peças, componentes e munições. Registaram-se casos de Estados membros que submeteram deliberadamente solicitações de isenção e documentação de utilização e utilizador finais para sistemas de armas de maior calibre cobertos pelo TCA, mas não pela Convenção da CEDEAO.⁴¹ Isso levou o Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança da CEDEAO a explorar as complementaridades e sinergias entre os dois instrumentos, incluindo uma possível extensão do âmbito da Convenção da CEDEAO para a alinhar pelo TCA.⁴²

Fonte: Giezendanner (2018)

mento de bancos de dados sub-regionais⁴³ e nacionais⁴⁴ a fim de facilitar tal cooperação. Além das tendências de monitoramento, os bancos de dados podem ser utilizados para facilitar esforços de rastreio, uma vez que as armas ilícitas recuperadas podem ser rapidamente verificadas em tais bancos de dados de forma a determinar o seu último proprietário legítimo, num primeiro passo para se identificar o ponto de desvio.

Contudo, a África apresenta resultados contrastantes no que toca ao uso de plataformas internacionais de partilha de informações e à implementação de novos bancos de dados. Só há dados disponíveis sobre armas civis registadas para 20 países africanos, e há pouca transparência em torno das armas de posse estatal (Karp, 2018a; 2018b; 2018c). Os países africanos também tendem a fazer uso limitado das plataformas internacionais de partilha de informações sobre o rastreio e a aplicação da lei. Entre

2012 e 2017, somente 18 países africanos prestaram informações sobre a sua cooperação com a Interpol, nos seus relatórios nacionais sobre a implementação do PoA da ONU (Holtom e Ben Hamo Yeger, 2018, p. 59). Segundo a Interpol, de 2013 até Outubro de 2017, somente 14 países na África Ocidental e África Austral submeteram, ao todo, 3 482 solicitações de rastreamento por meio do banco de dados iARMS, da organização.⁴⁵ As taxas de resposta às solicitações de rastreamento também são baixas. Somente 683 respostas (20%) foram recebidas na sequência de pedidos de rastreamento.⁴⁶ O uso limitado da plataforma também significa dizer que não houve nenhum acerto directo (*hit*) até Outubro de 2017. Isto é, não houve nenhuma correspondência entre as armas recuperadas no continente que foram verificadas no sistema e aquelas anteriormente registradas no iARMS como extraviadas ou roubadas. Segundo a Interpol, no entanto, houve numerosos casos de armas recuperadas em África que corresponderam a armas de fogo declaradas extraviadas nos registos nacionais, mas não inseridas no iARMS.⁴⁷

Estas estatísticas sugerem que a cooperação e troca de informações sobre armas de fogo ilícitas entre os países africanos podem ser reforçadas significativamente, o que auxiliaria imensamente os serviços de aplicação da lei nos seus esforços de combate ao tráfico, bem como os actores que buscam monitorar as tendências gerais e emergentes do tráfico de armas.⁴⁸ As organizações sub-regionais da UA podem desempenhar um papel importante nesse processo de promoção da troca de informações através da utilização das plataformas existentes, apoiando o desenvolvimento de bancos de dados nacionais e sub-regionais, e incentivando a transparência e a prestação de informações em geral.

Os participantes do *workshop* citaram recentes operações conjuntas de aplicação da lei como exemplos de boa prática na coordenação da acção para desmantelar as redes de tráfico de armas ilícitas. Apontaram com modelo nesse aspecto a cooperação no combate ao tráfico entre a Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Oriental (EAPCCO) e a Organização de Cooperação Regional dos Chefes de Polícia da África Austral (SARPCCO). Outro exemplo é a Operação Trigger III, que a Interpol coordenou em cooperação com o UNODC e a Organização Mundial das Alfândegas, em Novembro de 2017. A operação envolveu 11 países limítrofes no Norte de África e no Sahel e resultou na apreensão de 152 armas de fogo e na prisão de 159 indivíduos por posse ilegal ou outros delitos relacionados a armas de fogo (Desmarais, 2018, p. 14). Além dos seus resultados imediatos, essas operações conjuntas ajudaram a estabelecer a confiança entre países e a consolidar a cooperação entre agências de combate ao tráfico. Elas também podem incentivar países a contribuir com mais dados para as plataformas de partilha de informações, e a desenvolverem ou reforçarem os seus bancos de dados nacionais. Os participantes do *workshop* julgaram ser útil promover esforços de coordenação semelhantes de forma mais regular – e talvez mesmo permanente.

A nível nacional, os participantes do *workshop* assinalaram a necessidade de se coordenar os esforços de assistência e desenvolvimento de capacidade, para que atendam

melhor às necessidades manifestadas pelas autoridades nacionais. A este respeito, os perfis de países compilados no âmbito da presente investigação podem constituir uma base útil para a identificação de prioridades nacionais. Desenvolver ainda mais esses perfis e incorporá-los no banco de dados online ajudariam as autoridades nacionais e os seus parceiros internacionais a fazerem a correspondência entre as necessidades e os recursos disponíveis. Embora as necessidades em matéria de assistência sejam geralmente específicas a cada país, os participantes do *workshop* destacaram as seguintes prioridades gerais para o desenvolvimento de capacidades:

- harmonizar a legislação nacional com as disposições dos instrumentos internacionais;
- garantir que a legislação nacional trate das questões da produção artesanal e das imitações de armas de fogo;
- implementar e aplicar embargos de armas;
- fornecer formações e assistência técnica para o combate ao tráfico por terra e mar de armas ligeiras;⁴⁹
- facilitar o acesso à assistência internacional e aos mecanismos de financiamento; e
- desenvolver as capacidades de instituições forenses para rastrear armas ilícitas.⁵⁰ ●



Os Estados membros da UA podem estar confiantes de que a sua determinação política e experiência colectiva serão trunfos valiosos para a implementação com êxito do Silenciar as Armas.”

Conclusão

Os fluxos de armas ilícitas continuam a desestabilizar o continente africano, fomentando crime, conflitos e actividade terroristas. Este relatório de mapeamento mostrou que não há um actor ou mercado únicos a dominar o comércio de armas ilícitas no continente, e que se trata de um problema complexo e específico a cada contexto, podendo envolver uma variedade de actores. No entanto, as estimativas disponíveis indicam que o número de armas de fogo ilícitas no continente é limitado em comparação àquele de outras regiões, o que sugere que a tarefa em questão certamente não é impossível de se realizar. De facto, os dados recolhidos neste relatório destacaram a forma como os fluxos de armas e munições ilícitas podem ser identificados e repartidos de acordo com a vida útil das armas, fornecendo pontos concretos para acções iniciais.

Os Estados membros da UA ressaltaram sobretudo a ameaça representada pelo tráfico de armas entre as suas fronteiras terrestres. De facto, a circulação de armas ilícitas em África é motivo de preocupação em todo o continente. As sub-regiões afectadas por conflitos armados recorrentes apresentam as formas mais organizadas de tráfico por terra, que por vezes envolve grandes quantidades de armas e grupos armados especializados. Por todo o continente, um “comércio formiga”, com pequenas quantidades de armas (que se podem acumular com o tempo), contribui para atender à procura local impulsionada por baixos níveis de criminalidade, caça ilegal, e necessidade de autoproteção. Se as rotas utilizadas podem inicialmente confundir-se com rotas tradicionais do comércio fronteiriço, são fluidas, e muitas vezes transferidas para áreas fronteiriças remotas a fim de escapar às patrulhas. O policiamento das vastas fronteiras nacionais no continente constitui um desafio tanto técnico como humano, uma vez que os sistemas de subsistência das comunidades locais muitas vezes dependem do comércio transfronteiriço, e essas comunidades têm poucas opções em matéria de segurança. Operações antitráfico que também perturbam o comércio local de outras mercadorias comportam o risco de forçar actores locais a aderirem a actividades criminosas mais lucrativas e de ameaçar a resiliência já frágil desses actores.

As armas ilícitas em circulação têm origem tanto dentro como fora de África. Entram no mercado ilícito praticamente a cada etapa da sua vida útil. Na fase de fabricação, Estados membros da UA manifestaram uma preocupação particular com a persistente ameaça representada pela fabricação artesanal não licenciada de armas de fogo. A conversão ilícita de imitações de armas de fogo é um fenómeno emergente que permite a circulação de armas de fogo curtas letais ilícitas a custos muito mais reduzidos. Armas e munições de padrão militar fabricadas em África também acabaram por chegar a zonas de conflito. O desvio de transferências de armas pode não dominar as manchetes hoje em dia, como o fez em finais da década de 1990 e nos primeiros anos da primeira década do século XXI, mas as transferências ilícitas para o continente continuam a ser documentadas no contexto dos embargos de armas, inclusive a tendência emergente do envolvimento de países do Médio Oriente em tais transferências. As

crises na República Centro-Africana, Líbia e Mali ilustraram os efeitos de longo prazo da diversão maciça de arsenais nacionais que pode ocorrer em situações de conflito armado. Este relatório de mapeamento revelou que o desvio de arsenais em menor escala também ocorre em várias sub-regiões e pode incluir as armas de fogo na posse legal de civis, que estão igualmente expostas a furtos e extravios. Por último, podem-se ainda melhorar as práticas de eliminação dos excedentes e das armas recolhidas, incluindo aquelas recuperadas no contexto das operações de paz, a fim de prevenir o seu retorno à circulação ilícita.

Não há uma solução fácil para esses múltiplos desafios. Melhorar os controlos em várias fases da vida útil das armas irá exigir um combate consequente à ameaça dos fluxos de armas ilícitas. Instrumentos internacionais como o TCA e o PoA da ONU, assim como as principais convenções sub-regionais, preconizam compromissos que, se postos em prática, podem contribuir de maneira significativa para a prevenção e redução dos fluxos de armas ilícitas no continente. O Roteiro da UA também identifica medidas práticas oportunas e relevantes para este fim, com particular foco nas seguintes acções: ratificação e implementação de instrumentos, investigação, denúncia pública dos fornecedores de armas ilícitas, e desenvolvimento de capacidades para os países nas áreas de gestão de arsenal, manutenção de registos e rastreio e destruição de armas de fogo ilícitas (UA, 2016, pp. 6-7). Garantir que a legislação nacional preveja a aplicação de embargos de armas e cubra ameaças emergentes, como a proliferação de imitações de armas de fogo facilmente conversíveis, constitui também uma importante medida a ser tomada.

Embora sejam necessárias acções em várias frentes, as prioridades concorrentes e os recursos limitados exigem investimento em áreas que apresentem potencial para gerar mais benefícios. A natureza complexa e fluida dos fluxos de armas ilícitas no continente ilustra a necessidade de informações fiáveis e pertinentes a nível estratégico, a fim de se detectarem e se abordarem de forma eficiente as novas fontes de fornecimento. Devido às capacidades nacionais desiguais, um mosaico de actores está actualmente a contribuir para a reunião dessas informações, inclusive países, mas também forças militares internacionais, intervenções de manutenção da paz, e organizações da sociedade civil. A actual participação limitada dos Estados membros da UA nas plataformas internacionais de partilha de informações sugere que o continente poderia actuar melhor na área de monitoramento das armas ilícitas e troca de informações. Organizações sub-regionais podem desempenhar um papel importante neste sentido, aumentando o peso político de plataformas e processos existentes, e coordenando avaliações regulares a nível nacional. O fornecimento de assistências financeira e técnica razoáveis nessa área, aliado com programas de extensão e conscientização direccionados aos decisores nacionais, ajudaria muito os países a priorizarem as suas respostas.

Além disso, nos últimos anos, alguns Estados membros acolheram ou implementaram práticas e intervenções inovadoras e, desta forma, tiraram aprendizados importantes

que serão relevantes e oportunos para todo o continente e fora dele. Isto inclui a experiência adquirida por vários países e organizações sub-regionais na área de controlos de utilização e utilizadores finais, que deve ser divulgada e transformada em orientações práticas para os países interessados. Da mesma maneira, os esforços de DDR tiveram de superar desafios novos e complexos, que serão observados numa série de outras configurações. Isso não significa dizer que as boas práticas que surgem no continente estejam limitadas a essas áreas, mas sim que compensa investir no aprendizado e na conscientização propiciadas por essas intervenções para o benefício do continente e de outras regiões. De facto, os Estados membros da UA podem estar confiantes de que a sua determinação política e experiência colectiva serão trunfos valiosos para a implementação com êxito da pauta Silenciar as Armas. ●

Annexes

Anexo 1. Sub-regiões estatísticas (“M49”) da ONU*

África Oriental

Burundi	Comores
Djibouti	Eritreia
Etiópia	Madagáscar
Malawi	Maurícia
Mayotte	Moçambique
Quênia	Reunião
Ruanda	Seicheles
Somália	Sudão do Sul
Tanzânia	Terras Austrais Francesas
Território Britânico do Oceano Índico	Uganda
Zâmbia	Zimbabwe

África Central

Angola	Camarões
Chade	Gabão
Guiné Equatorial	República Centro-Africana
República Democrática do Congo	República do Congo
São Tomé e Príncipe	

Norte da África

Argélia	Egipto
Líbia	Marrocos
Saara Ocidental	Sudão
Tunísia	

África Austral

África do Sul	Botswana
Lesoto	Namíbia
Suazilândia	

África Ocidental

Benim	Burquina Faso
Cabo Verde	Côte d’Ivoire
Gâmbia	Gana
Guiné	Guiné-Bissau
Libéria	Mali
Mauritânia	Níger
Nigéria	Santa Helena
Senegal	Serra Leoa
Togo	

* Nota: O Small Arms Survey não toma qualquer posição relativamente ao estatuto ou nome de países ou territórios mencionados nesta publicação.

Fonte: UNSD (s.d.)

Anexo 2. Boas práticas e recomendações para combater os fluxos de armas ilícitas identificadas no workshop de validação, Adis Abeba, 19-20 de Setembro de 2018

Tipos de fluxos de armas ilícitas	Exemplos de boas práticas	Recomendações		
		Para a UA	Para as organizações sub-regionais	
Tráfico transfronteiriço (por terra, mar, ar, rio e lago)	<ul style="list-style-type: none"> Comissões (Quênia-Etiópia) e forças (Chade-Sudão) conjuntas transfronteiriças Comités transfronteiriços Comissões tripartida (República Centro-Africana, Chade, Sudão) e quadripartida (Camarões, Chade, Níger, Nigéria) Estratégia de União do Rio Mano para a segurança transfronteiriça, e reuniões mensais sobre segurança (Côte d'Ivoire, Libéria, Guiné, Serra Leoa) Formações para combater o tráfico por terra, rio e lago (Chade) Operações conjuntas transfronteiriças e inter-regionais (cooperação SARPCCO—EAPCCO, Operação Trigger III) 	<p>Para a UA</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliar as investigações sobre as fontes e rotas de todo tipo de tráfico, especialmente em situações de ausência de crise Desenvolver diretrizes e POP para iniciativas fronteiriças conjuntas Trabalhar por meio de instituições especializadas (AFRIPOL e Comitê dos Serviços de Inteligência e Segurança de África - CISSA) para promover uma compreensão partilhada das questões relativas ao tráfico Identificar pontos de entrada para otimizar intervenções de combate ao tráfico no Programa Fronteiriço da União Africana, e em linha com a Convenção da União Africana sobre a Cooperação Transfronteiriça 	<p>Para as organizações sub-regionais</p> <ul style="list-style-type: none"> Coordenar o desenvolvimento de capacidades/formações sobre medidas de combate ao tráfico Promover cooperações de aplicação da lei/coordenação de atividades de combate ao tráfico permanentes (enfocando armas de fogo e outras mercadorias) Promover o desenvolvimento de planos de gestão de fronteiras Gerar conjuntos de dados regionais para o policiamento baseado nos serviços de inteligência 	<p>Para os Estados membros da UA</p> <ul style="list-style-type: none"> Considerar a criação de comissões/comitês conjuntos sobre tráfico em áreas “quentes” (“hotspots”) Desenvolver estratégias para conquistar os “corações e mentes” das populações locais e criar vínculos com as comunidades fronteiriças nas atividades de combate ao tráfico Aumentar a cooperação de combate ao tráfico entre países e o estabelecimento da confiança em situações de ausência de crise Aumentar a vigilância fronteiriça e o policiamento comunitário Melhorar a cooperação interagências no combate ao tráfico Reforçar a resposta da justiça penal ao tráfico de armas e apoiar a vigilância dos fluxos de armas ilícitos pelas instituições forenses nacionais

Tipos de fluxos de armas ilícitas	Exemplos de boas práticas	Recomendações		
		Para a UA	Para organizações sub-regionais	Para os Estados membros da UA
Desvio de Transferências	<ul style="list-style-type: none"> • Controlos sub-regionais de utilizadores finais (Convenção da CEDEAO) • Incentivo à iniciativa na região da SADC • Iniciativas para melhorar a marcação, registo e rastreio de armas 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a implementação de embargos de armas e melhorar a cooperação com os comités de sanções e grupos de peritos da ONU • Melhorar a harmonização regional e sub-regional da regulamentação/legislação sobre a corretagem de armas e partilha de informações • Promover a ratificação e domesticação do TCA 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer, a nível sub-regional, controlos de utilizador final e mecanismos para rastrear e monitorar a actividade de corretagem • Reforçar a implementação de protocolos regionais sobre a marcação de armas importadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar, reforçar e aplicar mecanismos jurídicos para a corretagem, os controlos de utilização e utilizador finais e a implementação de embargo de armas • Cooperar nas investigações sobre os desvios de transferência • Aplicar protocolos regionais sobre a marcação de armas importadas
Desvio de armas de arsenais nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Normas/diretrizes internacionais sobre armas ligeiras e munições (i.e. MOSAIC e IATG) • Esforços coordenados de gestão de armas e munições para lidar com dinâmicas transfronteiriças (p. ex. UNREC) 	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir os procedimentos de controlo de armas em Operações de Apoio à Paz (OAP) em linha com a política da União Africana • Desenvolver orientações africanas para a gestão de armas e munições, utilizando normas/diretrizes internacionais sobre armas ligeiras e munições como ponto de referência, mas garantindo a relevância para África • Desenvolver protocolos para que as OAP ajudem proteger os arsenais nacionais em situações de conflito 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a recolha de dados sobre as armas antes de serem destruídas a fim de facilitar o mapeamento das armas ilícitas • Apoiar a marcação de armas e manutenção de registos a fim de facilitar o rastreio e as medidas da justiça penal • Desenvolver POP realistas para a gestão de armas e munições (e de outros materiais militares de segurança, incluindo procedimentos de entrada/saída e a declaração e monitoramento de extravios e furtos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar as ferramentas disponíveis (p. ex. Matriz de Segurança Física e Gestão de Arsenais – PSSM; planos estratégicos) para coordenar e priorizar esforços de gestão de armas e munições a nível nacional • Promover normas de gestão de armas e munições não só para militares, mas também para os serviços de segurança e de aplicação da lei

<p>Desvio de armas civis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Anistias, recolha e destruição de armas; DDR • Armas-por-programas-de-desenvolvimento (p. ex. projecto CEDEAO—UE) • Disposições em convenções sub-regionais sobre a posse civil de armas ligeiras • Avaliações/inquéritos nacionais de base sobre armas ligeiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Lançar um estudo sobre a procura e os factores que impulsionam o tráfico de armas, inclusive sobre as fontes de instabilidade/insegurança para comunidades e países, e os papéis de comunidades e grupos armados no tráfico de armas • Promover a utilização de bancos de dados existentes sobre armas de fogo, com o IARMS, para declarar e monitorar armas de fogo roubadas • Sensibilizar os Estados membros sobre o Mês da Anistia de África^a 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a harmonização sub-regional das regulamentações nacionais sobre a posse civil de armas ligeiras • Promover e apoiar inquéritos nacionais de base em linha com a boa prática internacional • Incentivar membros (e doadores) a actualizar e implementar planos de acção nacionais • Promover iniciativas de entrega voluntária de armas 	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificar os procedimentos de registo/licenciamento de armas de fogo • Promover o registo de armas de fogo em comunidades fronteiriças/remotas • Tomar medidas direccionadas que combatam os factores de insegurança e fluxos de armas • Melhorar a proteção e registos de armas apreendidas/recuperadas
<p>Fabricação artesanal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de sistemas de subsistência alternativos para fabricantes artesanais • Sindicalizar e regulamentar fabricantes e produtos • Recenseamentos nacionais dos fabricantes • Registo e marcação para facilitar o rastreio • Sensibilização constante dos fabricantes artesanais sobre questões relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Lançar um estudo da viabilidade do desenvolvimento de normas de fabricação/segurança para armas artesanais 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a harmonização sub-regional das regulamentações nacionais sobre a fabricação artesanal, incluindo a transferência tecnológica • Apoiar o desenvolvimento de capacidades para a identificação de armas artesanais 	<ul style="list-style-type: none"> • Lançar recenseamentos dos fabricantes como um primeiro passo para avaliar a extensão da fabricação artesanal • Estabelecer mecanismos para monitorar a fabricação artesanal • Quando o registo for previsto nas regulamentações nacionais, simplificar os procedimentos de registo para fabricantes artesanais • Apoiar a marcação de armas artesanais • Esclarecer as regulamentações e penalidades para a fabricação artesanal ilícita

Tipos de fluxos de armas ilícitas	Exemplos de boas práticas	Recomendações		Para os Estados membros da UA
		Para a UA	Para organizações sub-regionais	
Conversão ilícita	<ul style="list-style-type: none"> Políticas para proibir imitações de armas de fogo ou as regulamentar como armas de fogo verdadeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um diálogo com e sensibilizar fabricantes de imitações de armas de fogo sobre o tráfico de artigos convertidos em África e os riscos conexos Lançar um estudo do mapeamento da proliferação das imitações de armas de fogo facilmente convertíveis no continente, incluindo uma avaliação das lacunas nas regulamentações 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização nos Estados membros sobre a conversão ilícita Promover a harmonização sub-regional das regulamentações nacionais sobre imitações de armas de fogo Incentivar os Estados membros a registar casos de conversões ilícitas nos seus territórios e a partilhar informações através dos mecanismos regionais Apoiar o desenvolvimento de capacidades para a identificação e rastreio de armas de fogo convertidas 	<ul style="list-style-type: none"> Esclarecer o estatuto legal das imitações de armas de fogo na legislação nacional Registar os casos de conversões ilícitas e os declarar como tal nas estatísticas de crime e apreensão de armas
Questões Transfronteiriças	<ul style="list-style-type: none"> Harmonização da legislação nacional com as exigências dos instrumentos internacionais e sub-regionais (CEDEAO; UNODC em Norte de África) Criação de conjuntos de dados nacionais (software do RECSA utilizado na Côte d'Ivoire) 	<ul style="list-style-type: none"> Compilar e divulgar POP e diretrizes práticas para o controlo sub-regional de armas e identificar lacunas que precisem de ser eliminadas Promover a universalidade de e conformidade com instrumentos internacionais e regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver, estabelecer e manter modelos/bancos de dados para facilitar registos centralizados Incentivar a transparência e prestação de informações para instrumentos regionais e internacionais, inclusive através do desenvolvimento de capacidades 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver, estabelecer e manter bancos de dados relacionados a armas, e os disponibilizar para trocas regionais e internacionais de armas, e de acordo com os compromissos e obrigações de transparência/prestação de informações

<ul style="list-style-type: none"> • Apoio do UNREC para facilitar o acesso de Estados membros à assistência (Funco Fiduciário Voluntário – FFV – do TCA; UN Trust Facility Supporting Cooperation on Arms Regulation – UNSCAR; Fundo da ONU para a Consolidação da Paz, Fundo Fiduciário da ONU para a Paz e o Desenvolvimento) • Fornecedores de contributos de assistência e parcerias com a ONU, ONGs especializadas e organizações de investigação para identificar desafios emergentes e desenvolver capacidades para combater o fluxo de armas ilícitas 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o acesso dos Estados membros a fontes de assistência multilateral, sub-regional e bilateral (p. ex. FFV do TCA relativo à implementação do TCA e ao incentivo a regulamentações) • Eliminar lacunas de conhecimentos em relação às dimensões de género (o impacto das armas nas mulheres, papéis masculinos e femininos no tráfico e aspectos relacionados a questões de género das medidas de combate) • Desenvolver diretrizes sobre e ampliar a compreensão dos impactos, em relação aos géneros, das intervenções de gestão de armas e munições • Incentivar a transparência e prestação de informações para instrumentos regionais e internacionais, inclusive por meio do desenvolvimento de capacidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a implementação do TCA nas sub-regiões do continente 	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar informações sobre acções judiciais bem-sucedidas de casos de tráfico e sanções impostas aos culpados • Registrar dados sobre armas ilícitas em plataformas existentes de partilha de informações, como a IARMS
--	--	---	--

a Em 2017, a UA declarou o mês de Setembro de cada ano até 2020 como sendo o Mês da Anistia de África para a entrega voluntária e recolha de armas ilícitas e de pequeno calibre. Durante o Mês da Anistia, os Estados membros devem organizar e promover iniciativas para a entrega voluntária de armas ilícitas. Aqueles que entregarem armas terão garantidos o anonimato e imunidade judicial. Ver (<http://www.peaceau.org/en/article/open-session-on-africa-amnesty-month>).

Fonte: Baseado nos contributos dos participantes do *workshop* de validação, realizado na sede da UA, em Adis Abeba, 19-20 de Setembro de 2018.

Notas

- 1 Foram eles: Botswana, Burundi, República Centro-Africana, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Suazilândia, Etiópia, Gana, Guiné, Quênia, Libéria, Malawi, Mali, Namíbia, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zimbábue.
- 2 Incluindo representantes da Comissão da UA, Interpol, Missão Multidimensional Integrada da ONU para a Estabilização do Mali (MINUSMA), Divisão de Assuntos do Conselho de Segurança da ONU e o Ministério francês dos Negócios Estrangeiros.
- 3 Nigéria e Serra Leoa participaram do *workshop*.
- 4 Esta definição, de maneira geral, corresponde àquelas encontradas em vários instrumentos multilaterais, embora seja mais sucinta e afirme de forma mais clara que armas de fogos legais utilizadas em actos ilegais devem ser consideradas ilícitas. Há outras definições mais específicas, incluindo aquela encontrada no IIR, que afirma que «armas ligeiras e de pequeno calibre são ilícitas se: (a) forem consideradas ilícitas conforme a lei do Estado em cuja jurisdição territorial se encontrar a arma ligeira ou de pequeno calibre; (b) forem transferidas em violação a embargos de armas decididos pelo Conselho de Segurança em conformidade com a Carta das Nações Unidas; (c) não forem marcadas em conformidade com as disposições deste instrumento; (d) forem fabricadas ou montadas sem licença ou autorização da autoridade competente do Estado em que se efetuar a fabricação ou montagem; ou (e) forem transferidas sem licença ou autorização emitida por uma autoridade nacional competente» (AGNU, 2005, par. 6).
- 5 Grandes exportadores são países que exportam – ou acredita-se que exportam – no mínimo USD 10 milhões em armas ligeiras, de pequeno calibre, as suas peças, acessórios e munições num determinado ano. O Barómetro de Transparência de 2018 inclui todo Estado classificado de grande exportador ao menos uma vez durante o período de 2001 a 2015; avalia as actividades de comércio de armas para o ano 2015, que é o mais recente em matéria de dados disponíveis (Holtom e Pavesi, 2018, p. 9). No entanto, a indicação de apenas um Estado membro da UA – a África do Sul – que tenha preenchido tais critérios é quase certamente inferior à realidade, uma vez que outros países africanos podem ter exportado USD 10 milhões ou mais em armas ligeiras num único ano, sem declarar essas importações a mecanismos existentes (ver Box 1).
- 6 Ver Tabela 1. Entre eles, nove países africanos informaram ao PoA ONU/IIR durante o período 2012-17 que os seus Estados fabricam armas ligeiras ou de pequeno calibre (Holtom e Ben Hamo Yeger, 2018, p. 36).

- 7 Tanto as Forças Armadas da Serra Leoa como a Comissão Nacional da Serra Leoa sobre Armas Ligeiras submeteram respostas.
- 8 Efectivamente, algumas das restantes armas de fogos estimadas podem estar registadas, mas os dados não foram disponibilizados. Além do mais, em alguns países, é provável que não se exija registo para a posse de certos tipos de armas de fogo. Logo, as armas de fogo apontadas como não registadas não são necessariamente ilícitas.
- 9 Correspondência por escrito com a Equipa da UA de Apoio à Missão para oficial da MJTF, 6 de Dezembro de 2017.
- 10 Correspondência por escrito com oficial da MINUSMA, 30 de Outubro de 2017.
- 11 O iTrace Global Weapon Reporting System está mandatado por duas decisões do Conselho da União Europeia (698/CFSP/2013 de 25 de Novembro de 2013 e 1908/CFSP/2015 de 22 de Outubro de 2015). Os nove países são: Burkina Faso, República Centro-Africana, RDC, Líbia, Mali, Níger, Nigéria, Sudão do Sul e Somália.
- 12 Números do banco de dados iTrace. Nota: Estas estatísticas evoluirão com a ampliação da documentação, e é possível que estejam subestimadas, uma vez que em muitos casos o ano de fabricação de armas ligeiras e de pequeno calibre (especialmente de padrão Warsaw Pact) não pode ser determinada a partir das marcações. Os números devem ser considerados apenas indicativos: como mostra a Tabela 4, em alguns casos, as amostras por país, que servem de base para os cálculos, são bastante pequenas.
- 13 CAR (2016a, p. 10); Leff e LeBrun (2014, pp. 44–45, 69); de Tessières (2018b, Anexo); correspondência por escrito com oficial da MINUSMA, 30 de Outubro de 2017. Ver também Enquadramento 3.
- 14 Correspondência por escrito com oficial da MINUSMA, 30 de Outubro de 2017.
- 15 Small Arms Survey e UA (2018); de Tessières (2018b); Desmarais (2018); Pellerin (2017).
- 16 Correspondência por escrito com Equipa de Apoio à Missão da UA para oficial da MNJTF, 6 de Dezembro de 2017.
- 17 Mercados a céu aberto onde se podem comprar armas foram registados em vários Estados africanos e nas maiorias das sub-regiões, embora geralmente funcionem por tempo limitado. Além do exemplo do Níger citado, há relatos de tais mercados em Trípoli, Líbia (Jenzen-Jones e McCollum, 2017, p. 25); Rafah, Egipto (Marsh, 2017, p. 86); Awkwa, Nigéria (UNREC, 2016, p. 35); Mogadíscio, Somália (Florquin, 2013, p. 254); Bangassu e Tissi na República Centro-Africana (UNSC, 2016, pp. 16, 34, 42); e várias outras cidades em Gana, onde a fabricação artesanal de armas de fogo é uma tradição (Aning, 2005).
- 18 Embora tenha sido adoptadas em Março de 2015, as sanções direccionada ao Sudão do Sul não incluíram um embargo de armas até Julho de 2018. Contudo, desde a sua criação, o Painel de Peritos do Sudão do Sul foi incumbido da missão de «examinar e analisar informações relativas ao fornecimento, venda ou transferência de armas e materiais conexos e assistência conexa, militares ou de outra natureza, incluindo as modalidades de financiamento de tais actividades, bem como a compra de tais artigos através das redes de tráfico ilícitas, para pessoas singulares ou entidades que obstruam a implementação do Acordo ou que participem em actos que violem o código internacional dos direitos humanos ou o direito humanitário internacional» (UNSC, 2015c, par. 18.c).
- 19 O banco de dados resultante inclui informações sobre mais de 76 000 armas ligeiras, 1 303 armas de pequeno calibre, 88 milhões de cartuchos, 148 000 granadas e 5 800 mísseis que foram registados (Brehm, no prelo). Os tipos de incidentes incluem interdição de remessas, apreensões e recuperações, registos de apreensões agregadas, incidentes com armas transpor-

- tadas por traficantes enquanto movimentavam outras mercadorias, rendições voluntárias, armas vendidas em mercados de armas, furto e desvio, remessas concluídas e recuperações durante ou após tiroteios.
- 20 Muito do conteúdo deste enquadramento é extraído de Giezendanner (2018) e baseia-se, em parte, no projecto de investigação do Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento (UNIDIR), que examinou opções a nível internacional e percepções comuns a nível regional, a fim de reforçar os sistemas de controlo de utilização e utilizador finais para combater o desvio de armas (UNIDIR, 2015-17). Complementam o enquadramento investigações documentais adicionais e entrevistas realizadas para o presente estudo.
 - 21 Ver acima e CSNU (2014a).
 - 22 Correspondência por escrito com a Equipa da UA de Apoio a Missão para oficial da MNJTF, 6 de Dezembro de 2017.
 - 23 Correspondência por escrito com oficial da MINUSMA, 30 de Outubro de 2017; ver também Anders (2018, pp. 174-80); CAR (2016a).
 - 24 Comunicação por escrito com oficial da Interpol, Outubro de 2017.
 - 25 Na África Ocidental, armas extraviadas ou roubadas de civis mal são declaradas a iARMS porque poucos países centralizaram e digitalizaram os registos nacionais de armas de fogo civis. Além do mais, quando tais registos existem, tendem a ser limitados nos países em que os procedimentos de registo só podem ser realizados na capital, o que dificulta o acesso para muitos proprietários de armas de fogo (comunicação por escrito com oficial da Interpol, Outubro de 2018).
 - 26 Ver também banco de dados iTrace, especificamente o caso de referência 165E21F1Fo091440C (itrace.conflictarm.com); correspondência de rastreio da CAR com o governo italiano e distribuidor camaronês de munições para caça, 2016-17.
 - 27 Côte d'Ivoire, Gana, Guiné, Mali, Senegal, Serra Leoa e Tanzânia.
 - 28 República Centro-Africana, Côte d'Ivoire, Gana, Guiné e Libéria.
 - 29 Guiné, Mali, Namíbia, Senegal, Tanzânia e Zimbábue.
 - 30 A União Europeia (EU), por exemplo, irá lançar tais padrões técnicos a fim de combater a proliferação de armas de fogo facilmente conversíveis e corrigir regulamentações inconsistentes entre os Estados membros (Florquin e King, 2018, pp. 50-52).
 - 31 Ver, por exemplo, UNGA (2018).
 - 32 Este manual está previsto para ser lançado na 5ª Conferência dos Países Membros do TCA em 2019, e está a ser redigido com parte do projecto GLASS - Gender Lens for Arms Control Support and Sustainability (Lente de Género para o Apoio e a Sustentabilidade do Controlo de Armas) do Survey.
 - 33 Correspondência por escrito com oficial da MINUSMA, 30 de Outubro de 2017.
 - 34 Isso pode incluir a assistência com vista ao armazenamento ou ao isolamento de armas pesadas, à eliminação de restos de plataformas de armas, à remoção de munições e explosivos para longe de áreas em que representem uma ameaça à segurança da população e ao fornecimento de conselhos básicos sobre a gestão de arsenais. Desenvolver as capacidades de actores não estatais é uma tarefa particularmente delicada que exige um planeamento e uma análise cuidadosos dos riscos. De facto, pode até certo ponto contribuir para as capacidades militares de grupos armados e, por conseguinte, revelar-se contraproducente para o DDR. Ao mesmo tempo, os riscos de não se fazer nada podem ser igualmente elevados em alguns contextos, pois as próprias reservas de armas e munições detidas por grupos armados encontram-se expostas a mais desvios ou a serem vendidas, pondo a população local em perigo. Um

apoio limitado pode conduzir a um melhor conhecimento dos arsenais de grupos armados através de uma maior vigilância por parte de diversas partes interessadas, e assim ajudar a reduzir os riscos de segurança e as percepções de insegurança associados a esses arsenais. A boa prática demonstra com ênfase que as autoridades nacionais devem aprovar essas actividades de desenvolvimento de capacidade, que tais actividades devem ser empreendidas no âmbito de uma estratégia de DDR mais ampla, e que devem seguir POP definidos especificamente para o contexto local (de Tessières, 2018a, pp. 47-49).

- 35 O DDG está a trabalhar no sudeste da Tunísia desde 2014, implementando projectos com o objectivo de melhorar a segurança e resiliência das comunidades em cidades fronteiriças chave. Em princípios de 2018, a organização expandiu a sua programação para a segurança de comunidades e prevenção de violência de Ben Guerdane e Dehiba, na Tunísia, para além-fronteira, até as cidades fronteiriças líbias de Zuwara, Nalut e Wazin. Esta programação tentou uma abordagem holística à gestão de fronteiras, com foco nas dinâmicas múltiplas e muitas vezes complexas que causam tensões em e entre comunidades, acentuando a insegurança e o comércio ilícito por toda a região da fronteira. Como resultado, o DDG conseguiu estabelecer um comité de gestão de conflitos em cada cidade, e promoveu oportunidades de troca de informações e iniciativas de gestão conjunta de conflitos transfronteiriços, que estão a contribuir para a estabilização da região da fronteira (correspondência por escrito com representante do DDG, 2 de Outubro de 2018).
- 36 O conteúdo deste enquadramento foi, em grande parte, extraído de Giezendanner (2018) e baseia-se parcialmente num projecto de investigação do UNIDIR, que examinou opções a nível internacional e entendimentos comuns a nível regional, a fim de reforçar os sistemas de controlo de utilização e utilizador finais para combater o desvio de armas (UNIDIR, 2015-17). Ele é complementado por investigações documentais adicional e entrevistas realizadas para o presente estudo.
- 37 Ver ECOWAS (2006, art. 3).
- 38 Ver ECOWAS (2006, art. 5).
- 39 Correspondência do autor com Dr. Sani Adamu, Directório de Manutenção da Paz e Segurança Regional, Comissão da CEDEAO, 6 de Dezembro de 2017.
- 40 Correspondência do autor com Dr. Sani Adamu, Directório da Manutenção da Paz e Segurança Regional, Comissão CEDEAO, 6 de Dezembro de 2017.
- 41 Correspondência do autor com Dr. Sani Adamu, Directório da Manutenção da Paz e Segurança Regional, Comissão CEDEAO, Abril de 2017.
- 42 Correspondência do autor com Dr. Sani Adamu, Directório da Manutenção da Paz e Segurança Regional, Comissão CEDEAO, 4 de Novembro de 2017.
- 43 A Convenção da CEDEAO preconiza o estabelecimento de um banco de dados sub-regional (art. 10.1) e contém disposições sobre o registo de armas para operações da paz (art. 11). Da mesma maneira, o Protocolo de Nairobi para a Prevenção, Controlo e Redução de Armas Ligeiras na Região dos Grandes Lagos e no Corno de África (Protocolo de Nairobi, 2004) exorta os países a “estabelecerem bancos de dados nacionais sobre as armas ligeiras e de pequeno calibre de forma a facilitar a troca de informações sobre as importações, exportações e transferências de armas ligeiras e de pequeno calibre” (art. 16d) e a “estabelecerem e melhorarem os bancos de dados nacionais e sistemas de comunicação, bem como a adquirirem equipamentos para a monitoração e o controlo dos movimentos de armas ligeiras e de pequeno calibre entre fronteiras” (art. 4c). No âmbito do Artigo 16.b do Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos na Região da Comunidade para o Desenvolvimento

- da África Austrá (SADC) (Protocolo SADC, 2001), os países participantes comprometem-se a “estabelecer bancos de dados nacionais sobre armas de fogo para facilitar a troca de informações sobre as importações, exportações e transferências de armas de fogo”.
- 44 O capítulo IV da Convenção da CEDEAO – intitulado “Transparência e Troca de Informações” – estipula que “os Estados Membros deverão estabelecer – onde ainda não existirem – registos e bancos de dados computadorizados das armas ligeiras e de pequeno calibre” (CEDEAO, 2006, art. 9.1). Nomeadamente, tais registos nacionais devem incluir uma descrição do produto, o conteúdo de qualquer marcação, os nomes e moradas dos proprietários anteriores e actuais e, quando possível, dos proprietários sucessíveis, a data de registo e as informações sobre cada transacção.
- 45 Países da África Austral lançaram a vasta maioria (3 452, ou 99%) de solicitações de rastreio, enquanto os países em outras sub-regiões têm utilizados pouco o sistema. A maioria das solicitações (2 552, ou 74%) foi enviada para outros países africanos, e as restantes foram enviadas para países europeus (497, ou 14%) e outras regiões (426 ou 12%) (comunicação por escrito com oficial da Interpol, Outubro de 2017). Esses números não incluem solicitações de rastreio submetidas na sequência de operações mais recentes, como a Africa Trigger III em Novembro de 2017, que conduziu a novos rastreios através da plataforma iARMS (Desmarais, 2018, p. 12).
- 46 As taxas de respostas foram aproximadamente semelhantes entre os países de África (21%) e da Europa (20%), mas significativamente mais baixas em outras regiões (12%) (comunicação por escrito com oficial da Interpol, Outubro de 2017).
- 47 Comunicação por escrito com oficial da Interpol, Outubro de 2017.
- 48 O mesmo aplica-se à troca de informações balísticas. A IBIN é a Rede de Informações Balísticas da Interpol utilizada para partilhar dados sobre crimes com uso de armas de fogo e sobre cartuchos recuperados a até 80 km das fronteiras internacionais. Em Agosto de 2018, Botswana, Suazilândia, Namíbia e Uganda eram os únicos países africanos da IBIN, com a África do Sul prestes a fazer parte, dependendo da conexão (Interpol, s.d.). Por ainda estar a dar os seus primeiros passos no continente, em Novembro de 2017, o Sistema ainda não tinha gerado correspondências com países africanos, mas espera-se que o faça em outras regiões, à medida que mais países forem aderindo e utilizando a plataforma (entrevista com representantes da Interpol, Lyon, 15 de Novembro de 2017).
- 49 Ver, por exemplo, a formação piloto que o UNODOC ofereceu a autoridades chadianas em 2018 sobre investigação e indiciamento em casos de tráfico de armas de fogo (UNODOC, 2018). O projecto de 18 meses do governo chadiano e FRONTCHAD da UE é um exemplo de assistência fornecida para combater o tráfico por terra e mar. O FRONTCHAD envolveu: um aumento no número de agentes da polícia aquática nacional encarregados de patrulhar o Lago Chade, o treinamento de pessoal para a realização de patrulhas fluviais e a melhoria da infraestrutura de segurança tanto no Lago Chade como nos rios Chari e Logone. A situação de maior segurança que resultou do projecto levou à reabertura das actividades de pesca e horticultura na área, apesar da ameaça constante representada pelo Boko Haram (EC, 2018).
- 50 Uma avaliação recente das capacidades de instituições forenses no Sahel demonstra que autoridades judiciais não seguem sistematicamente os procedimentos estabelecidos de investigação na cena do crime e, portanto, não submetem todas as armas recuperadas à polícia científica e unidades forenses, para análise. Embora sejam necessárias assistência técnica e formação nesses países, é igualmente essencial trabalhar-se com o sector judiciário para garantir que os peritos forenses tenham um acesso mais sistemático às armas de fogo recuperadas, a fim de que as possam examinar correctamente (Desmarais, 2018, p. 3).

Referências

- Alusala, Nelson. 2015. *Assessment Report on Cross-border Small Arms and Light Weapons Trafficking between the Democratic Republic of the Congo and the Republic of Burundi*. Londres: Action on Armed Violence. Dezembro.
- Anders, Holger. 2018. *Monitoring Illicit Arms Flows: The Role of UN Peacekeeping Operations*. Security Assessment in North Africa Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- AGNU (Assembleia Geral das Nações Unidas). 1997. *Report of the Panel of Governmental Experts on Small Arms*. A/52/298 de 27 de Agosto (anexo).
- . 2005. International Instrument to Enable States to Identify and Trace, in a Timely and Reliable Manner, Illicit Small Arms and Light Weapons ('International Tracing Instrument'). A/60/88 de 27 de Junho de 2005 (anexo).
- . 2015. Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution 70/1 of 25 September. A/RES/70/1 de 21 de Outubro.
- . 2017. Resolução 71/313 de 6 de Julho. A/RES/71/313 de 10 Julho.
- . 2018. *Outcome Document of the Third United Nations Conference to Review Progress Made in the Implementation of the Programme of Action to Prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects*. A/CONF.192/2018/RC/3 de 6 de Julho.
- Aning, Emmanuel Kwesi. 2005. 'The Anatomy of Ghana's Secret Arms Industry.' In Nicolas Florquin e Eric Berman, eds. *Armed and Aimless: Armed Groups, Guns, and Human Security in the ECOWAS Region*. Genebra: Small Arms Survey, pp. 79–107.
- Assanvo, William. 2017. 'Are West Africa's Gunsmiths Making Violence Cheap?' *ISS Today*. Pretória: Institute for Security Studies. 27 de Novembro.
- Berghezan, Georges. 2015. *Armes artisanales en RDC: Enquête au Bandundu et au Maniema*. Bruxelas: GRIP.
- Berman, Eric. 2011. *Craft Production of Small Arms*. Research Note N° 3, Weapons and Markets. Genebra: Small Arms Survey. Março.
- e Kerry Maze. 2016. *Regional Organizations and the UN Programme of Action on Small Arms (PoA)*, 2ª edição. Manual. Genebra: Small Arms Survey. Maio.
- e Mihaela Racovita. 2015. *Under Attack and Above Scrutiny? Arms and Ammunition Diversion from Peacekeepers in Sudan and South Sudan, 2002–14*. Genebra: Small Arms Survey. Julho.
- , Mihaela Racovita, e Matt Schroeder. 2017. *Making a Tough Job More Difficult: Loss of Arms and Ammunition in Peace Operations*. Report. Genebra: Small Arms Survey. Outubro.

- e Jefferson Brehm. No prelo. *Promoting Arms and Ammunition Management in Non-UN Peace Operations*. Background paper. Genebra: Small Arms Survey.
- Bevan, James. 2008. 'Arsenals Adrift: Arms and Ammunition Diversion.' In Small Arms Survey. *Small Arms Survey 2008: Risk and Resilience*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 42–75.
- e Benjamin King. 2013. *Making a Mark: Reporting on Firearms Marking in the RECSA Region*. Relatório Especial. Genebra: Small Arms Survey. Abril.
- Bopape, Lesetja Simon. 2014. 'An Analysis of the Firearms Control Measures Used by the South African Police Service.' DLitt et Phil thesis, School of Criminal Justice, Universidade da África do Sul.
- Brehm, Jeff. Forthcoming. *Trend Analysis of Arms Transfers Reported by UN Monitoring Bodies*. Security Assessment in North Africa Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey.
- CAR (Conflict Armament Research). 2015. *Non-state Armed Groups in the Central African Republic*. Londres: CAR.
- . 2016a. *Investigating Cross-border Weapon Transfers in the Sahel*. Londres: CAR.
- . 2016b. *Maritime Interdictions of Weapon Supplies to Somalia and Yemen*. Novembro.
- . 2017. *Five Findings from the iTrace Programme*. Background paper. Londres: CAR. Outubro.
- Carlson, Khristopher. 2016. *Measuring Illicit Arms Flows: Somalia*. Research Note No. 61. Genebra: Small Arms Survey. Outubro.
- CE (Comissão Europeia). 2018. 'Tackling Organised Crime and Building Economic Resilience in Chad.' Service for Foreign Policy Instruments Showcases.
- Chivers, C.J. 2016. 'Tools of Modern Terror: How the AK47 and AR15 Evolved into Rifles of Choice for Mass Shootings.' *New York Times*. 8 de Abril.
- ComNat-ALPC. 2017. *Etude sur la fabrication artisanale des armes à feu en Côte d'Ivoire*. Artigo não publicado.
- Conselho da UE (União Europeia). 2015. *Council of the European Union, User's Guide to Council Common Position 2008/944/CFSP Defining Common Rules Governing the Control of Exports of Military Technology and Equipment*. EU document COARM 172, CFSP/PESC 393. Aprovado pelo Conselho (Assuntos Estrangeiros) a 20 de Julho.
- Convenção de Kinshasa (Convenção da África Central para o Controlo de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, das suas Munições e de Todas as Peças e Componentes que Possam Servir para o seu Fabrico, Reparação e Montagem). 2010. Assinado em Kinshasa, 30 de Abril de 2010; entrada em vigor a 8 de Março de 2017.
- CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas). 2000a. *Report of the Panel of Experts Appointed Pursuant to Security Council Resolution 1306 (2000), Parágrafo 19, relacionado com a Serra Leoa*. S/2000/1195 de 20 de Dezembro.
- . 2000b. *Final Report of the Monitoring Mechanism on Angola Sanctions*. S/2000/1225 de 21 de Dezembro.
- . 2001. *Report of the Panel of Experts Pursuant to Security Council Resolution 1343 (2001), Paragraph 19, concerning Liberia*. S/2001/1015 de 26 de Outubro.
- . 2002. *Report of the Panel of Experts Appointed Pursuant to Security Council Resolution 1408 (2002), Paragraph 16, concerning Liberia*. S/2002/1115 de 25 de Outubro de 2002.
- . 2003a. Resolução 1467 (2003). S/RES/1467 (2003) de 18 de Março.
- . 2003b. *Report of the Panel of Experts on Somalia Pursuant to Security Council Resolution 1425 (2002)*. S/2003/223 de 25 de Março.
- . 2013. *Final Report of the Panel of Experts Established Pursuant to Resolution 1973 (2011) concerning Libya*. S/2013/99 de 9 de Março.
- . 2014a. *Final Report of the Panel of Experts Established Pursuant to Resolution 1973 (2011) concerning Libya*. S/2014/106 de 19 de Fevereiro.

- . 2014b. *Interim Report of the Panel of Experts in Accordance with Paragraph 59(c) of Resolution 2127 (2013)*. S/2014/452 de 26 de Junho.
 - . 2014c. *Midterm Report of the Group of Experts on Côte d'Ivoire Pursuant to Paragraph 27 of Security Council Resolution 2153 (2014)*. S/2014/729 de 13 de Outubro.
 - . 2015a. *Final Report of the Panel of Experts in Accordance with Paragraph 13 (d) of Resolution 2144 (2014)*. S/2015/128 de 23 de Fevereiro.
 - . 2015b. *Final Report of the Group of Experts on Côte d'Ivoire Pursuant to Paragraph 27 of Security Council Resolution 2153 (2014)*. S/2015/252 de 13 de Abril.
 - . 2015c. Resolução 2206 (2015). S/RES/2206 de 3 de Março.
 - . 2016. *Final Report of the Panel of Experts on the Central African Republic Extended Pursuant to Security Council Resolution 2262 (2016)*. S/2016/1032 de 5 de Dezembro.
 - . 2017a. *Final Report of the Panel of Experts on South Sudan*. S/2017/326 de 13 de Abril.
 - . 2017b. *Final Report of the Panel of Experts on Libya Established Pursuant to Resolution 1973 (2011)*. S/2017/466 de 1 de Junho.
 - . 2017c. *Final Report of the Group of Experts Submitted in Accordance with Paragraph 5 of Security Council Resolution 2360 (2017)*. S/2017/672/Rev.1 de 10 de Agosto.
 - . 2017d. *Midterm Report of the Group of Experts Submitted in Accordance with Paragraph 6 of Resolution 2360 (2017)*. S/2017/1091 de 22 de Dezembro.
 - . 2017e. *Eritrea Report of the Monitoring Group on Somalia and Eritrea Submitted in Accordance with Resolution 2317 (2016)*. S/2017/925 de 6 de Novembro.
 - . 2018. *Final Report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo*. S/2018/531 de 4 de Junho.
- Desmarais, André. 2018. *Monitoring des armes au Sahel: Les institutions nationales forensiques*. Security Assessment in North Africa Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- ECOWAS (Economic Community of West African States). 2006. *ECOWAS Convention on Small Arms and Light Weapons, Their Ammunition and Other Related Materials*. Abuja, 14 de Junho.
- Faltas, Sami. 2018. *Controlling Small Arms: Practical Lessons in Civilian Disarmament and Anti-trafficking*. Bonn: Bonn International Center for Conversion.
- Florquin, Nicolas. 2013. 'Price Watch: Arms and Ammunition at Illicit Markets.' In Small Arms Survey. *Small Arms Survey 2013: Everyday Dangers*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 250–81.
- . 2014a. 'Armed Actors: A New Subject of Research.' In Peter Batchelor and Kai Michael Kenkel, eds. *Controlling Small Arms: Consolidation, Innovation and Relevance in Research and Policy*. Londres: Routledge.
 - . 2014b. *Documenting Weapons in Situations of Armed Conflict: Methods and Trends*. Research Note N.º. 42. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
 - e Benjamin King. 2018. *From Legal to Lethal: Converted Firearms in Europe*. Report. Genebra: Small Arms Survey. Abril.
- GFSAs e ISS (Gun Free South Africa e Institute for Security Studies). 2017. 'Where Do Illegal Guns Come From?' Infographic.
- Giezendanner, Hardy. 2018. *Good Sub-/regional and National End Use/r Control Practices in Africa*. Background paper. Genebra: Small Arms Survey.
- Globalsecurity.org. s.d. 'Egypt—Military Industry.'
- Hennop, Etienne, Clare Jefferson, e Andrew McLean. 2011. *The Challenge to Control South Africa's Borders and Borderline*. Pretória: Institute for Security Studies.
- Holtom, Paul e Irene Pavesi. 2017. *Trade Update 2017*. Genebra: Small Arms Survey.
- . 2018a. *The 2018 Small Arms Trade Transparency Barometer*. Genebra: Small Arms Survey.
 - . 2018b. *Trade Update 2018: Sub-Saharan Africa in Focus*. Genebra: Small Arms Survey.

- e Moshe Ben Hamo Yeger. 2018. *Implementing the Programme of Action and International Tracing Instrument: An Assessment of National Reports, 2012–17*. Report. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- HSBA (Human Security Baseline Assessment for Sudan and South Sudan). 2014. *The Military Industry Corporation (MIC)*. 2 de Julho.
- INTERPOL (International Criminal Police Organization). s.d. INTERPOL Ballistic Information Network (IBIN).
- IPIS (International Peace Information Service). s.d. 'Arms and Ammunition Factories in Africa.' Acessado a 20 de Outubro de 2018.
- Jenzen-Jones, N.R. e Ian McCollum. 2017. *Web Trafficking: Analysing the Online Trade of Small Arms and Light Weapons in Libya*. Working Paper Nº 26. Genebra: Small Arms Survey.
- e Graeme Rice. 2016. *The Online Trade in Light Weapons in Libya*. Security Assessment in North Africa Dispatch Nº 6. Genebra: Small Arms Survey. Abril.
- Karp, Aaron. 2018a. *Estimating Global Civilian-held Firearms Numbers*. Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- . 2018b. *Estimating Global Military-owned Firearms Numbers*. Documento informativo. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- . 2018c. *Estimating Global Law Enforcement Firearms Numbers*. Documento informativo. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- Kartas, Moncef. 2013. *On the Edge? Trafficking and Insecurity at the Tunisian–Libyan Border*. Working Paper Nº 17. Genebra: Small Arms Survey.
- e Ali Arbia. 2015. *Curbing Small Arms and Light Weapons Trafficking, and Increasing Border Security*. Relatório de Resumo do Workshop. Tunes, 20–21 de Março.
- Khakee, Anna com Nicolas Florquin. 2005. 'Sourcing the Tools of War: Small Arms Supplies to Conflict Zones.' In Small Arms Survey. *Small Arms Survey 2005: Moving Targets*. Oxford: Oxford University Press, pp. 159–77.
- King, Benjamin. 2015. *From Replica to Real: An Introduction to Firearms Conversions*. Issue Brief Nº 10. Genebra: Small Arms Survey. Fevereiro.
- Leff, Jonah e Emile LeBrun. 2014. *Following the Thread: Arms and Ammunition Tracing in Sudan and South Sudan*. HSBA Working Paper Nº 32. Genebra: Small Arms Survey.
- Mack, Daniel. 2017. *Production and Trade in SALW, Parts and Ammunition in Lusophone Africa (2013–17)*. Documento de referência não publicado. Genebra: Small Arms Survey.
- Madagascar Tribune*. 2012. 'Analyse: Madagascar, terre de bandits impitoyables.' 26 de Julho.
- Mangan, Fiona e Matthias Nowak. 2018. *Mapping Illicit Arms Trafficking in West Africa*. Versão não publicada do relatório encomendado pelo Ministério Alemão de Assuntos Estrangeiros. Versão de 29 de Junho.
- Marsh, Nicholas. 2017. 'Brothers Came Back with Weapons: The Effects of Arms Proliferation from Libya.' *Prism*, Vol. 6, Nº 4, pp. 79–96. Washington, DC: Center for Complex Operations.
- Matthysen, Ken, et al. 2010. *The Karamoja Cluster of Eastern Africa: Arms Transfers and Their Repercussions on Communal Security Perceptions*. International Peace Information Service vzw, Antwerp and Transarms-Research. Dezembro.
- McDonald, Glenn, Anna Alvazzi del Frate, e Moshe Ben Hamo Yeger. 2017. *Arms Control 2.0: Operationalizing SDG Target 16.4*. Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey. Outubro.
- Mc Evoy, Claire e Gergely Hideg. 2017. *Global Violent Deaths 2017: Time to Decide*. Report. Genebra: Small Arms Survey. Dezembro.
- Munyengango, Innocent. 2016. *An Assessment of Small Arms and Light Weapons Proliferation in East Africa: A Case Study of Rwanda*. Universidade do Gana. Junho.

- NISAT (Norwegian Initiative on Small Arms Transfers). s.d. NISAT Small Arms Trade Database. Researcher's database.
- Nowak, Matthias e Andre Gsell. 2018. *Handmade and Deadly: Craft Production of Small Arms in Nigeria*. Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- Opongo, Elias. 2017. *An Assessment of Illicit Small Arms and Light Weapons Proliferation and Fragility Situations: Burundi*. Nairobi: Regional Centre on Small Arms and Light Weapons.
- Parker, Sarah. 2016. *The Arms Trade Treaty: A Practical Guide to National Implementation*. Handbook. Genebra: Small Arms Survey.
- Pellerin, Mathieu. 2017. *Beyond the Wild West: The Gold Rush in Northern Niger*. Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- Pézard, Stéphanie e Anne-Kathrin Glatz. 2010. *Arms in and around Mauritania: National and Regional Security Implications*. Occasional Paper N° 24. Genebra: Small Arms Survey.
- Pokoo, John Mark, Kwesi Aning, e Thomas Jaye. 2014. *Addressing the Challenges of Small Arms and Light Weapons (SALW) Availability in Ghana—A Security/Development Dilemma? A Report on SALW Baseline Study on Ghana—2014*.
- Protocolo da SADC (Protocolo sobre o Controlo das Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Conexos na Região Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC). 2001.
- Protocolo de Nairobi (Protocolo de Nairobi para a Prevenção, o Controlo e a Redução das Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre na Região dos Grandes Lagos e no Corno de África). 2004. Nairobi, 21 de Abril.
- RECSA (Regional Centre on Small Arms). 2013. *Baseline Study for the African Union and European Union Project: The Fight against the Illicit Accumulation and Trafficking of Firearms in Africa*. Relatório Final. Nairobi.
- Schroeder, Matt. 2012. 'Surveying the Battlefield: Illicit Arms in Afghanistan, Iraq, and Somalia.' In Small Arms Survey. *Small Arms Survey 2012: Moving Targets*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 312–55.
- . 2015. *Missing Missiles: The Proliferation of Man-portable Air Defence Systems in North Africa*. Security Assessment in North Africa Issue Brief N° 2. Genebra: Small Arms Survey. Junho.
- , Helen Close, e Chris Stevenson. 2008. 'Deadly Deception: Arms Transfer Diversion.' In Small Arms Survey. *Small Arms Survey 2008: Risk and Resilience*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 112–53.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). n.d. Banco de dados da SIPRI: Embargos de Armas. Acessado a 13 de Agosto de 2018.
- Small Arms Survey. 2011. 'Ethos of Exploitation: Insecurity and Predation in Madagascar.' In Small Arms Survey. *Small Arms Survey 2011: States of Security*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 167–91.
- . 2015. 'In the Line of Fire: Elephant and Rhino Poaching in Africa.' In Small Arms Survey. *Small Arms Survey 2015: Weapons and the World*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 7–35.
- . 2018. Global Firearms Holdings Database. Geneva: Small Arms Survey.
- . n.d. Interactive Maps and Charts of Armed Violence Indicators.
- e UA (União Africana). 2017. *Mapping Illicit Arms Flows—Inception Meeting Report*. Adis Abeba, 13–14 de Junho.
- e UA (União Africana). 2018. *Country Responses to the Questionnaire on Mapping Illicit Arms Flows in Africa*.
- South Africa Today. 2018. 'Two Homemade "Zip Guns" Recovered, Strandfontein.' 13 de Julho.
- Stork, Joe. s.d. 'Arms Industries of the Middle East.' Middle East Research and Information Project.

- de Tessières, Savannah. 2017. *Measuring Illicit Arms Flows: Niger*. Briefing Paper. Genebra: Small Arms Survey. Março.
- . 2018a. *Planning Effective Weapons and Ammunition Management in a Changing DDR Context: A Handbook for Practitioners*. UNODA e UNDPKO.
 - . 2018b. *At the Crossroads of Sahelian Conflicts: Insecurity, Terrorism, and Arms Trafficking in Niger*. Report. Genebra: Small Arms Survey. Fevereiro.
 - . 2018c. *Good and Innovative Practices in DDR-related Weapons Collections and Management in Africa*. Background paper. Genebra: Small Arms Survey.
- The Guardian*. 2014. “Africa’s Arms Dump”: Following the Trails of Bullets in the Sudans.’ 2 de Outubro.
- Tubiana, Jérôme e Claudio Gramizzi. 2017. *Tubu Trouble: State and Statelessness in the Chad–Sudan–Libya Triangle*. Publicação conjunta do projecto Human Security Baseline Assessment, projecto Security Assessment in North Africa project, e Conflict Armament Research. Working Paper No. 43. Genebra: Small Arms Survey.
- UA (União Africana). 2016. Roteiro Orientador das Medidas Práticas para o Silenciar das Armas em África até ao Ano 2020 (Roteiro de Lusaca 2016).
- UN Comtrade (Banco de Dados Estatísticos de Comércio de Commodities das Nações Unidas). s.d.
- UNIDIR (Instituto das Nações Unidas para Investigação sobre Desarmamento). 2015. *Examining Options to Enhance Common Understanding and Strengthen End Use and End User Control Systems to Address Conventional Arms Diversion*.
- . 2015–17. *Tackling Diversion (Phase II): Promoting Regional Dialogue to Enhance Common Understanding and Cooperation to Strengthen End Use/r Control Systems*. Genebra.
 - . 2016a. *Examining Options to Enhance Common Understanding and Strengthen End Use and End User Control Systems to Address Conventional Arms Diversion*.
 - . 2016b. *Towards a National Framework for Weapon and Ammunition Management in the Federal Republic of Nigeria*. Documento não publicado. Genebra. Novembro.
- UNODC (Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime). 2012. *The Flows: Firearms Trafficking in West Africa*. Viena: UNODC.
- . 2013. *Transnational Organised Crime in West Africa: A Threat Assessment*, ch. 5.
 - . 2015. *UNODC Study on Firearms 2015: A Study on the Transnational Nature of and Routes and Modus Operandi Used in Trafficking in Firearms*. Viena: UNODC.
 - . 2018. ‘The Global Firearms Programme Worked with Chadian Authorities to Improve Firearms Trafficking Investigations.’
- UNREC (Centro Regional das Nações Unidas para a Paz e o Desarmamento em África). 2014. *Trafficking of Small Arms and Light Weapons in West Africa: Routes and Illegal Arms Caches between Ghana, Togo, Benin and Nigeria*. Abuja: Friedrich Erbert Stiftung.
- . 2016. *Assessment Survey on Small Arms in the Sahel Region and Neighbouring Countries*.
- UNSD (Divisão Estatísticas das Nações Unidas). s.d. ‘Standard Country or Area Codes for Statistical Use (M49).’ Acessado a Outubro de 2018.
- UNSMIL (Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia). 2017. ‘UNMAS Supports Libyan Women to Organize the First Small Arms and Light Weapons National Awareness Day in Libya.’ 28 de Dezembro.
- Wepundi, Manasseh, et al. 2014. *Evolving Traditional Practices: Managing Small Arms in the Horn of Africa and Karamoja Cluster*. Armed Actors Issue Brief N° 3. Geneva: Small Arms Survey. Junho.
- Wezeman, Pieter e Lucie Béraud-Sudreau. 2011. *Arms Flows to Sub-Saharan Africa*. SIPRI Policy Paper N° 30. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute.
- Wicks, Jeff. 2018. ‘Security Guard Killed for His Gun in Durban Shooting.’ *Sunday Times* (Johannesburg). 10 de Julho.

Small Arms Survey

Maison de la Paix
Chemin Eugène-Rigot 2E
1202 Geneva
Switzerland

t +41 22 908 5777

f +41 22 732 2738

e info@smallarmssurvey.org

Sobre o Small Arms Survey

O Small Arms Survey é um centro global de excelência, cuja incumbência é produzir um conhecimento de políticas importantes, imparciais e baseadas em evidências sobre todos os aspectos relativos às armas ligeiras e à violência armada. É a principal fonte internacional de opiniões, informação e análises sobre armas ligeiras e a violência armada e atua como uma fonte de recursos para governos, autoridades, investigadores e para a sociedade civil. O projeto tem sede no Graduate Institute of International and Development Studies, em Genebra, na Suíça.

O Small Arms Survey conta com uma equipa internacional de especialistas em estudos de Segurança, Ciências Políticas, Direito, Economia, Estudos de desenvolvimento, Sociologia e Criminologia, e colabora com uma rede de investigadores, instituições associadas, organizações não-governamentais e governos de mais de 50 países.

Para mais informações, visitar www.smallarmssurvey.org.



Uma publicação conjunta do Small Arms Survey e da Comissão da União Africana (UA), com o apoio financeiro do Ministro Federal das Relações Externas da Alemanha e os Estados membros da UA